



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM AMBIENTE, TECNOLOGIA E
SOCIEDADE

**EDUCAÇÃO AMBIENTAL EM CURSOS DE
ADMINISTRAÇÃO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO
NORTE**

ANA PAULA DE SOUSA ENÉAS

Mossoró/RN
Fevereiro de 2016

ANA PAULA DE SOUSA ENÉAS

**EDUCAÇÃO AMBIENTAL EM CURSOS DE ADMINISTRAÇÃO DO ESTADO DO
RIO GRANDE DO NORTE**

Dissertação apresentada à Universidade Federal Rural do Semi-Árido – UFERSA, Campus de Mossoró, como parte das exigências para a obtenção do título de Mestre em Ambiente, Tecnologia e Sociedade.

Orientadora: Profa. Dra. Lilian Caporlândia Giesta

Mossoró/RN
Fevereiro de 2016

© Todos os direitos estão reservados a Universidade Federal Rural do Semi-Árido. O conteúdo desta obra é de inteira responsabilidade do (a) autor (a), sendo o mesmo, passível de sanções administrativas ou penais, caso sejam infringidas as leis que regulamentam a Propriedade Intelectual, respectivamente, Patentes: Lei nº 9.279/1996 e Direitos Autorais: Lei nº 9.610/1998. O conteúdo desta obra tornar-se-á de domínio público após a data de defesa e homologação da sua respectiva ata. A mesma poderá servir de base literária para novas pesquisas, desde que a obra e seu (a) respectivo (a) autor (a) sejam devidamente citados e mencionados os seus créditos bibliográficos.

E532e Enéas, Ana Paula de Sousa.
Educação Ambiental em Cursos de Administração do Estado do Rio Grande do Norte / Ana Paula de Sousa Enéas. - 2016.
115 f. : il.

Orientadora: Lilian Caporlingua Giesta.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal Rural do Semi-árido, Programa de Pós-graduação em , 2016.

1. Ensino Superior. 2. Coordenadores. 3. Professores. 4. Projetos Pedagógicos dos Cursos. 5. Legislação. I. Giesta, Lilian Caporlingua, orient. II. Título.

O serviço de Geração Automática de Ficha Catalográfica para Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC's) foi desenvolvido pelo Instituto de Ciências Matemáticas e de Computação da Universidade de São Paulo (USP) e gentilmente cedido para o Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal Rural do Semi-Árido (SISBI-UFERSA), sendo customizado pela Superintendência de Tecnologia da Informação e Comunicação (SUTIC) sob orientação dos bibliotecários da instituição para ser adaptado às necessidades dos alunos dos Cursos de Graduação e Programas de Pós-Graduação da Universidade.


ANA PAULA DE SOUSA ENÉAS

**EDUCAÇÃO AMBIENTAL EM CURSOS DE ADMINISTRAÇÃO DO ESTADO DO
RIO GRANDE DO NORTE**

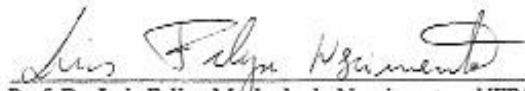
Dissertação apresentada à Universidade Federal Rural do
Semi-Árido – UFERSA, Campus de Mossoró, como parte
das exigências para a obtenção do título de Mestre em
Ambiente, Tecnologia e Sociedade.

Aprovada em: 29/02/2016


BANCA EXAMINADORA



Prof. Dra. Lilian Caporlingua Giesta – UFERSA
Presidente



Prof. Dr. Luis Felipe Machado do Nascimento – UFRGS
Membro Externo



Prof. Dra. Yábara Vasconcelos Pereira Leite
Membro Interno – UFERSA

Prof. Dra. Liana Holanda Nepomuceno Nobre
Suplente – UFERSA

*"Nem olhos viram, nem ouvidos ouviram, nem
jamais penetrou em coração humano o que
Deus tem preparado para aqueles que o
amam." (1 Coríntios 2:9).*

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente ao meu Deus, autor da vida, razão da minha existência.

Sou grata a minha família, especialmente aos meus pais e a minha irmã. Obrigada por todo tempo que investiram em mim. Eu os amo de maneira incondicional.

Ao meu esposo, Josenilson Fernandes, pelo companheirismo, paciência e dedicação em todos os momentos da pesquisa. Obrigada por fazer parte da minha vida, te amo!

Com muito carinho agradeço a minha orientadora, a Profa. Dra. Lilian Caporlândia Giesta, uma docente dedicada no seu trabalho como educadora, que desempenha suas atividades com muito esmero. Obrigada por todas as orientações e conselhos no decorrer desses dois anos do mestrado, com você aprendi valores maiores do que estar em sala de aula.

A banca de defesa examinadora, Prof. Dr. Luis Felipe Nascimento, Profa. Dra. Yákara Vasconcelos Pereira Leite e a Profa. Dra. Liana Holanda Nepomuceno Nobre, que prontamente atenderam a nossa solicitação em participar desse momento na construção do conhecimento e diálogo de saberes.

Agradeço à Universidade Federal Rural do Semi-Árido pela disponibilidade financeira, e que juntamente ao Programa de Pós-Graduação em Ambiente, Tecnologia e Sociedade, a qual estou vinculada, cederam o transporte da Universidade para que pudéssemos realizar as coletas de dados desta pesquisa.

Aos professores e colegas do mestrado, pessoas especiais com que tive o prazer de compartilhar bons momentos e incríveis experiências.

Aos alunos bolsistas de Iniciação Científica, orientados pela Profa. Dra. Lilian Giesta, Roberto, Djanilton e Lívia, pela ajuda na fase de coleta de dados da nossa pesquisa.

A minha querida amiga Hiara Câmara Gaudêncio, colega de turma do mestrado, e um presente que ganhei ainda na graduação, pela ajuda imensa em diversas etapas da pesquisa.

Agradeço às Instituições de Ensino Superior por conceder a realização da pesquisa em seus cursos de administração, em especial aos coordenadores e docentes dos cursos, pela disponibilidade e aceitação para participar das entrevistas. Para mim, foi de grande valia todos os discursos ouvidos, contribuindo para a minha formação como eterna estudante.

Não poderia também deixar de agradecer a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela concessão da bolsa durante os 24 meses como aluna do mestrado.

Por fim, aos que não mencionei que contribuíram de maneira direta ou indiretamente para a construção desse trabalho, o meu muito obrigado.

EDUCAÇÃO AMBIENTAL EM CURSOS DE ADMINISTRAÇÃO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

RESUMO

A questão ambiental nas organizações modernas ocupa hoje grande parcela dos esforços dos administradores, exigindo um novo perfil do profissional que consiga articular e organizar uma estrutura organizacional que relacione todos os setores das organizações rumo à responsabilidade social e ambiental. Portanto, formar administradores comprometidos com a questão ambiental e atuantes nas organizações constitui-se como um desafio para as Instituições de Ensino Superior (IES), sendo fundamental que os alunos dos cursos de Administração tenham em seus currículos disciplinas voltadas para a questão ambiental, visto que tais questões são de extrema importância nos círculos acadêmicos. Por isso, o objetivo desse trabalho foi o de analisar como a temática ambiental é trabalhada em cursos de Administração em Instituições de Ensino Superior do Estado do Rio Grande do Norte, visto que a educação ambiental, através de seus aportes teóricos, abre um estimulante espaço para um repensar de práticas sociais e do papel dos educadores. Para isso, foi realizado um estudo multi-casos, de caráter descritivo, e como procedimentos de coletas de dados foram realizados a pesquisa documental, através da análise dos PPCs dos cursos e a entrevista com os coordenadores dos cursos e com professores. Foram pesquisados 22 cursos de administração do estado do RN, sendo o total de 22 coordenadores entrevistados, e cada coordenador indicava um professor do curso de administração para participar da entrevista, tendo um número de 22 professores. Além das entrevistas, foram analisados os PPCs dos cursos, no entanto foram disponibilizados apenas 9 documentos. Os resultados da pesquisa apontam que, apesar da existência de iniciativas que abordam as questões ambientais nos cursos pesquisados, percebe-se que elas ocorrem de forma isolada e limitada a professores que têm maior aproximação ou envolvimento com a temática, não sendo realizada de modo interdisciplinar e transversal em todas as disciplinas e atividades dos cursos, como preconiza a legislação de educação ambiental. Para isso, recomenda-se que haja uma construção coletiva em torno do tema pelos cursos de administração com as suas devidas IES e todos os envolvidos, sendo eles colaboradores, professores e discentes, para que não se tenha o risco de descontinuidade das ações.

Palavras-Chave: Ensino Superior. Coordenadores. Professores. Projetos Pedagógicos dos Cursos. Legislação.

ENVIRONMENTAL EDUCATION IN ADMINISTRATION COURSES IN THE STATE OF RIO GRANDE DO NORTE

ABSTRACT

The environmental issue in modern organizations today occupies a large portion of the efforts of administrators, demanding a new professional profile that can articulate and organize an organizational structure linking all sectors of organizations towards social and environmental responsibility. Therefore forming committed managers with environmental issue and active in organizations constitutes a challenge for Higher Education Institutions (HEI), being essential that students of Administration courses have in their curricula focused disciplines on environmental issues, because these issues are of utmost importance in academic circles. Therefore, the objective of this study was to analyze how the environmental issue is worked in Management courses in Higher Education Institutions of Rio Grande do Norte State, as environmental education, through their theoretical contributions, opens a stimulating space for a rethinking of social practices and the role of educators. For this, it was performed a multi-case study of a descriptive nature, and how data collection procedures were conducted documentary research, by analyzing the PPCs of the courses and the interview with the coordinators of the courses and professors. 22 RN state administration courses were surveyed, with the total of 22 interviewed coordinators, and each coordinator indicated a business school professor to participate in the interview, with a number of 22 professors. Besides the interviews, the PPCs of the courses were analyzed, however were available only 9 documents. The survey results show that, despite the existence of initiatives that address environmental issues in the surveyed courses, it is noticed that they occur in isolation and limited way to teachers who have closer ties or involvement with the theme, not being held in an interdisciplinary and transverse way across disciplines and activities of the courses, as recommended by the environmental education legislation. For this, it is recommended that there is a collective construction around the theme of the administration courses with their IES and everyone involved, such as employees, professors and students, so that has not been the risk of discontinuity of actions.

Keywords: Higher Education. Coordinators. Professors. Pedagogical projects of the courses. Legislation.

LISTA DE ABREVIATURAS

CMMAD – Comissão Mundial Para o Meio Ambiente e Desenvolvimento
CNE – Conselho Nacional de Educação
DASP – Departamento Administrativo do Serviço Público
DCNs – Diretrizes Curriculares Nacionais
EA – Educação Ambiental
EAESP – Escola de Administração de Empresas de São Paulo
ESAN – Escola Superior de Administração e Negócios
FGV – Fundação Getúlio Vargas
IES – Instituições de Ensino Superior
LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC – Ministério da Educação
NDE – Núcleo Docente Estruturante
ONU – Organização das Nações Unidas
PCNs – Parâmetros Curriculares Nacionais
PIEA – Programa Internacional de Educação Ambiental
PNEA – Política Nacional de Educação Ambiental
PNMA – Política Nacional do Meio Ambiente
PNUMA – Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
PPC – Projeto Pedagógico do Curso
PRONEA – Programa Nacional de Educação Ambiental
RN – Rio Grande do Norte
RUPEA – Rede Universitária de Programas de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis
SEMA – Secretaria de Meio Ambiente
SISNAMA – Sistema Nacional de Meio Ambiente
TCCs – Trabalhos de Conclusão de Curso
TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UNB – Universidade de Brasília

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Instituições de Ensino Superior com o curso bacharelado em Administração, modalidade presencial, no Estado do Rio Grande do Norte e, respectiva codificação que será utilizada na pesquisa.....	49
Quadro 2 – Disponibilidade do Projeto Pedagógico de cada curso pesquisado.....	51
Quadro 3 – Agrupação das IES de acordo com a formação do coordenador do curso de Administração e a disciplina lecionada pelo professor entrevistado.....	53
Quadro 4 – Respostas dadas pelos coordenadores entrevistados acerca da inserção da questão ambiental nos cursos que coordenam.....	57
Quadro 5 – Respostas dos coordenadores se as questões ambientais estão bem contempladas nos cursos.....	65
Quadro 6 – Concepções dos professores sobre meio ambiente.....	74
Quadro 7 – A forma como os docentes trabalham com as questões ambientais em suas disciplinas.....	78

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Se as questões ambientais são trabalhadas nos cursos de administração.....	87
Tabela 2 – Se a instituição se propõe a trabalhar as questões socioambientais.....	88
Tabela 3 – Se a temática ambiental é abordada em uma disciplina obrigatória.....	89
Tabela 4- Se a temática ambiental é abordada em disciplinas optativas/eletivas.....	89
Tabela 5 – Quantitativo de disciplinas obrigatórias e optativas nos PPCs pesquisados onde a temática ambiental seja trabalhada de forma objetiva ou co-relata.....	90
Tabela 6 – Se há consideração de projetos de extensão relacionados com as questões ambientais documentados nos PPCs dos cursos de administração.....	91
Tabela 7 – Se há consideração de projetos de pesquisa relacionados com as questões ambientais documentados nos PPCs dos cursos de administração.....	92
Tabela 8 – Se a temática ambiental vem sendo trabalhada de forma interdisciplinar e transversal.....	93
Tabela 9 – Se o perfil do profissional formado atende a ideia de que o indivíduo é um dos atores do meio ambiente.....	94
Tabela 10 – Se em algum momento é citada a Lei Nº 9.795/1999.....	95
Tabela 11 – Se em algum momento são citadas as Diretrizes Curriculares Nacionais de Educação Ambiental.....	96

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
1.1 OBJETIVOS DA PESQUISA	16
1.1.1 Geral	16
1.1.2 Específicos	16
2 REFERENCIAL TEÓRICO	17
2.1 UM BREVE HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL.....	17
2.2 EDUCAÇÃO AMBIENTAL EM INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR.....	23
2.3 A POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL.....	31
2.3.1 O conteúdo da Lei Nº 9.795 de 27 de abril de 1999	33
2.4 A CRIAÇÃO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO.....	37
2.4.1 Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Administração	39
2.4.2 A Inserção da Temática Ambiental em Cursos de Administração	42
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	48
3.1 UNIVERSO DA PESQUISA	48
3.2 COLETA DE DADOS	50
3.2.1 Análise Documental	50
3.2.2 Entrevistas semiestruturadas	52
3.3 ANÁLISE DE DADOS	55
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO	56
4.1 ANÁLISE DAS ENTREVISTAS DOS COORDENADORES	56
4.2 ANÁLISE DAS ENTREVISTAS DOS DOCENTES	73
4.3 ANÁLISE DOS PROJETOS PEDAGÓGICOS DOS CURSOS DE ADMINISTRAÇÃO	86
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	98
REFERÊNCIAS	101
APÊNDICE A	112
APÊNDICE B	114
APÊNDICE C	115

1 INTRODUÇÃO

Em decorrência do intenso crescimento econômico e populacional, o debate mundial em torno das questões ambientais vem ocorrendo de maneira acentuada. A escassez dos recursos naturais e a degradação do meio ambiente têm provocado na sociedade o pensar mais consciente diante da emergência planetária.

O aumento da abordagem sobre os problemas ambientais deve-se a uma maior divulgação de pesquisas e informações que tratam a preocupação ambiental como tema importante a ser estudado. Tais preocupações estão cada vez mais atreladas ao mundo acadêmico e aos sistemas organizacionais, deixando de ser apenas do interesse de ecologistas e ganhando espaço de debates entre governos, organizações e sociedade.

Segundo Filho e Melo (2011, p. 87), “a temática ambiental tem sido objeto de eventos nacionais e internacionais e referência obrigatória nas campanhas políticas, além de contribuir para a expansão do mercado de atividades muito lucrativas”. Nessa direção, é possível destacar que a superação de problemas emergentes, como a questão ambiental, exige mudanças profundas na concepção de mundo, de natureza, de poder e de bem-estar, tendo por base a formação de novos valores e novas atitudes.

Dessa forma, é necessário resgatar a noção de educação como um direito humano, capaz de formar cidadãos críticos que assumam uma posição transformadora a fim de alcançar uma maior justiça social e ambiental. Segundo Freire (1979), a interação entre o ser humano, o ambiente e o conhecimento propõem novas bases para o processo da tomada de consciência, introduzindo a necessidade de diálogo no processo educativo.

Assim, a Educação Ambiental auxilia no debate sobre a incorporação da temática ambiental e se coloca como um dos elementos fundamentais contra a crise ambiental atual.

Em um dos mais variados espaços que o termo Educação Ambiental merece destaque, chama-se a atenção ao contexto organizacional, visto que as empresas se relacionam com o meio ambiente por meio de suas atividades. Para uma empresa que deseja portar-se ambientalmente correta, na busca por minimizar as suas ações agressivas ao meio ambiente e na melhoria da qualidade socioambiental, esta deve adotar um novo modelo de desenvolvimento que esteja ligado profundamente ao componente ambiental (RODRIGUES, 2011).

As preocupações com o meio ambiente não são recentes. Entretanto, é necessário destacar que esse olhar surgiu através da constatação de que os recursos naturais poderiam se esgotar de modo a prejudicar a produção. Assim, tal preocupação sempre esteve relacionada

com a conservação dos recursos naturais visando a sua utilização (CAMPOS, SHIGUNOV NETO, 2007). Nos círculos acadêmicos, os autores ressaltam que a temática ambiental surgiu apenas no final da década de 1990. Em geral, a questão ambiental no meio organizacional ainda está restrita às grandes empresas que adotam práticas ambientais socialmente responsáveis, motivadas pela responsabilidade socioambiental e pelo marketing verde e algumas práticas de empresas menores, motivadas pela preocupação individual dos proprietários.

Perante as atuais questões em torno do tema ambiente e acerca das atividades que o homem exerce sobre o meio e o advento de novas tecnologias, emergem discussões e debates na configuração de novas formas de desenvolvimento que incluam a responsabilidade das empresas na perspectiva de integrar competências na conservação do meio ambiente (GIESTA; SILVA, 2010), que contam com a Educação Ambiental como processo transformador.

Vale, então, apresentar a definição de Educação Ambiental, conforme a Política Nacional de Educação Ambiental, que diz tratar-se dos:

processos por meio dos quais, o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade (BRASIL, 1999, p. 1).

Diante desse contexto, Giesta (2009, p. 10) salienta que: “Educação Ambiental visaria, então, promover uma mudança de concepção das questões ambientais, em que cada indivíduo, trabalhador ou grupo promova também mudança social”. Nesse sentido faz-se necessário, repensar a importância de se trabalhar a Educação Ambiental, uma vez que o seu potencial para transformar as concepções do ser humano, enxergar a relação entre a sociedade e o ambiente, vem a ser fundamental para a construção de uma sociedade mais comprometida com a qualidade ambiental, ou seja, uma sociedade sustentável.

As práticas pedagógicas devem caminhar no sentido de propiciar a formação de cidadãos com convicções, atitudes éticas e valores de respeito ao ambiente, bem como cidadãos conscientes das suas responsabilidades individuais, no que se refere ao trato com o meio ambiente (SILVA; MARTIM, 2001). Nesta perspectiva, segundo Jacobi, Raufflet e Arruda (2011, p. 40), “conteúdos associados ao desenvolvimento sustentável, que, em geral, têm sido pouco enfatizados nos programas acadêmicos tradicionais, passam a fazer parte com mais frequência”.

A questão ambiental nas organizações modernas ocupa hoje grande parcela dos esforços dos administradores, exigindo um novo perfil do profissional que consiga articular e organizar uma estrutura organizacional que relacione todos os setores das organizações rumo à responsabilidade social e ambiental.

No que tange ao papel do indivíduo, ao atuar como agente integrante da sociedade, das organizações e do mercado, o indivíduo necessita administrar suas ações de forma responsável e, no momento que este indivíduo for agente integrante da sociedade, deve também cobrar ações organizacionais e de seus governantes, tendo em vista a necessidade de compreensão da complexidade destas relações e a amplitude de tais atos.

Desse modo, o indivíduo, ao assumir o papel de gestor, deve agir e desenvolver tarefas que relacionem o perfil socioambiental das empresas na atualidade. Segundo Pase et al. (2013), o maior desafio atribuído à gestão empresarial hoje é a dificuldade de conciliar a produtividade com fatores relacionados à competitividade e sustentabilidade. O novo gestor acumulará pressões de todos os lados e essas pressões estão relacionadas não só aos órgãos regulamentadores, mas também ao próprio cliente, que está cada vez mais exigente, na busca por produtos que reduzam a degradação do meio ambiente, fazendo com que as empresas busquem novas formas de adaptação, sem que ocorra déficit de lucratividade.

Portanto, formar administradores comprometidos com a questão ambiental e atuantes nas organizações constitui-se como um dos desafios para as Instituições de Ensino Superior (IES), sendo fundamental que os alunos de graduação dos cursos de Administração tenham em seus currículos disciplinas voltadas para a questão ambiental, visto que tais questões são de extrema importância nos círculos acadêmicos.

Desta forma, torna-se relevante a preparação de profissionais qualificados e competentes que possam desenvolver nas organizações medidas que possibilitem a inserção de mecanismos de utilização racional e equilibrada dos recursos naturais, possibilitando assim a mitigação de possíveis impactos a fim de garantir a manutenção da qualidade ambiental.

Segundo Leff (2000, p. 22), “da concepção de uma educação ambiental fundada na articulação interdisciplinar das ciências naturais e sociais, se avançou para uma visão da complexidade ambiental aberta a diversas interpretações do ambiente e a um diálogo de saberes”. Ademais, a Educação Ambiental apresenta-se como um dos meios fundamentais na percepção dos problemas ambientais, capaz de estimular a tomada de consciência, possibilitando a mudança de atitudes, além de viabilizar formação e capacitação dos futuros administradores.

Entretanto, Tristão (2004) afirma que, a abordagem interdisciplinar da educação ambiental suscita uma compreensão da realidade de modo complexo, pois quanto mais descobrimos mais nos damos conta da nossa limitação. Na estrutura conceitual de currículo, por disciplinas, não se sabe muito bem onde encaixar a educação ambiental. Sua natureza antidisciplinar provoca uma inserção por meio de projetos ou atividades extracurriculares.

A necessidade de uma crescente internalização da questão ambiental, um saber ainda em construção, demanda um esforço de fortalecer visões integradoras, que se centradas no desenvolvimento, estimulam uma reflexão em torno das diversidades e da construção de sentidos em torno das relações indivíduos/natureza, dos riscos ambientais globais e locais e das relações ambiente/desenvolvimento (TRISTÃO, 2004).

Por isso, a presente pesquisa trata de analisar como a temática ambiental é trabalhada em cursos de Administração em Instituições de Ensino Superior do Estado do Rio Grande do Norte, visto que a educação ambiental, através de seus aportes teóricos, abre um estimulante espaço para um repensar de práticas sociais e do papel dos educadores, sejam eles coordenadores ou professores dos cursos, como mediadores e transmissores de um conhecimento necessário para que os alunos adquiram uma base adequada de compreensão essencial do meio ambiente global e local, da identificação dos problemas e suas possíveis soluções, além da importância da responsabilidade de cada um para construir uma sociedade mais igualitária e ambientalmente sustentável.

Na tentativa de entender as relações que se estabelecem entre a educação ambiental e o ensino superior, surgem algumas questões: os cursos superiores em administração inserem a temática ambiental no escopo de suas disciplinas e atividades de pesquisa e extensão? Os professores do curso de administração trabalham a dimensão ambiental em suas disciplinas? A legislação de Educação Ambiental é conhecida e trabalhada nesses cursos?

Este trabalho divide-se em cinco partes: introdução e apresentação dos objetivos da pesquisa (geral e específicos), referencial teórico, procedimentos metodológicos da pesquisa, apresentação e análise dos resultados e considerações finais. O referencial teórico trata de uma breve revisão sobre o histórico da Educação Ambiental (EA) e abordagem sobre o que vem sendo discutido acerca de EA no contexto das Instituições de Ensino Superior e em cursos de administração. No capítulo 3 são descritos os procedimentos metodológicos, com os instrumentos de coleta, análise e tratamento dos dados. As considerações finais compõem o capítulo cinco, onde são apresentadas as principais conclusões do estudo, limitações da pesquisa e as recomendações para investigações futuras.

1.1 OBJETIVOS DA PESQUISA

1.1.1 Geral

Analisar como a temática ambiental é trabalhada em cursos de Administração das Instituições de Ensino Superior do Estado do Rio Grande do Norte.

1.1.2 Específicos

- a) Identificar se há e como ocorre a inserção da questão ambiental nos cursos de Administração das Instituições de Ensino Superior (Universidades, Centros Universitários e Faculdades) do RN;
- b) Analisar a percepção de coordenadores de cursos de Administração de Instituições de Ensino Superior acerca da questão ambiental nos cursos que gerenciam;
- c) Verificar se a questão ambiental é abordada nos Projetos Pedagógicos dos Cursos pesquisados;
- d) Verificar, junto a professores do curso de Administração de Instituições de Ensino Superior, sua percepção sobre a questão ambiental no curso.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

A temática do trabalho aborda vários saberes relacionados com a educação ambiental, conferências ambientais, formação de administradores, legislação referente à educação ambiental, sustentabilidade, dentre outros. Neste capítulo conceituam-se os principais norteadores teóricos que subsidiam a pesquisa.

Para tanto, o referencial teórico estrutura-se em quatro seções. As partes que compõe este estudo obedecem a uma ordem específica e possuem uma coerência entre si.

A primeira seção trata de um breve panorama histórico relatando os principais eventos de educação ambiental no Brasil e no mundo. São abordadas as conferências de cunho ambiental que impulsionaram a fundamentação do conceito de educação ambiental.

A segunda seção apresenta informações que retratam o panorama da Educação Ambiental em Instituições de Ensino Superior, destacando a sua trajetória, caracterizando os principais acordos firmados entre as IES e órgãos ambientais, seu contexto atual e desafios. A Educação Ambiental no Ensino Superior tem como ponto de partida as discussões sobre a temática ambiental que posteriormente motivaram a realização de eventos específicos para tratar da Educação Ambiental.

Dando continuidade a revisão de literatura, a terceira seção traz os eventos formadores da Política Nacional de Educação Ambiental (Lei Nº 9.795/99) e a apresentação do seu conteúdo através dos objetivos, princípios e responsabilidades dos atores sociais que devem estar envolvidos na realização e participação das práticas de EA, pois conhecer as peculiaridades da constituição referentes ao tema foi importante para entender o contexto atual.

A última seção do referencial resgata um pouco da origem dos cursos de Administração no Brasil, serão analisadas Diretrizes Curriculares instituídas pelo Conselho Nacional de Educação e as particularidades contidas nesse documento legal que norteia o curso de administração. Nessa seção, é ainda apresentada uma discussão de como ocorre à inserção da temática ambiental e aplicação da Educação Ambiental em cursos de graduação em Administração.

2.1 UM BREVE HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Na busca por ampliar o conhecimento das questões pertinentes à Educação Ambiental é necessário realizar a partir de uma revisão histórica, os aspectos gerais das principais

conferências ambientais que fundamentaram o tema em estudo. Ademais a discussão inicia a partir do conceito de educação e, conseqüentemente a apresentação do termo educação ambiental.

Segundo Rodriguez e Silva (2010, p. 176), “a Educação é um dos instrumentos mais importantes da adaptação cultural, tendo um papel fundamental na construção do futuro, uma vez que permite transmitir as características fundamentais da cultura, das técnicas e tecnologias vitais para a sociedade”.

Gadotti (2008, p. 77) ressalta que:

O sistema formal de educação, em geral, é baseado em princípios predatórios, em uma racionalidade instrumental, reproduzindo valores insustentáveis. Para introduzir uma cultura da sustentabilidade nos sistemas educacionais, nós precisamos reeducar o sistema: ele faz parte tanto do problema, como também faz parte da solução.

O autor acrescenta, afirmando que o tratamento com as questões ambientais oferece uma oportunidade para que a educação renove seus princípios e valores, antes competitivos, e introduza uma cultura de sustentabilidade na comunidade escolar baseado na cooperação e participação de todos os atores envolvidos.

Nesse sentido, Layrargues (2002) representa a educação ambiental como um elemento a mais nas relações estabelecidas entre sociedade e natureza. O autor afirma que a educação ambiental “aparece como um fenômeno social que, mais do que representar a porta-voz das ideologias ambientalistas, constitui-se na instância dinamizadora e potencializadora capaz de acelerar o processo de disseminação do pensamento ecológico no tecido social e promover a conversão para uma sociedade sustentável” (LAYRARGUES, 2002 p. 9).

Sobre a educação ambiental ser uma dimensão da educação, Tozzoni-Reis (2001, p. 42) afirma que:

Educação Ambiental é uma dimensão da educação, é atividade intencional da prática social, que imprime ao desenvolvimento individual um caráter social em sua relação com a natureza e com os outros seres humanos, com o objetivo de potencializar essa atividade humana, tornando-a mais plena de prática social e de ética ambiental.

A supracitada autora ressalta que a educação é uma atividade prática que exige uma sistematização em sua metodologia, devendo se apropriar de um processo crítico de conhecimento, qualidades e capacidades necessárias a uma ação transformadora do ambiente no qual vivemos (TOZZONI-REIS, 2001).

A década de 1960 é marcada pela emergência das questões ambientais em um contexto favorável ao período do pós-guerra, bem como pelo início das discussões mundiais envolvendo a crise ambiental, tornando-se evidente que a problemática havia tomado maiores dimensões, assumindo também, uma questão social, política e econômica. Portanto, tal fase é marcada pelo crescimento de movimentos que não criticam apenas o modo desenfreado de produção, mas sim o modo tradicional de vida (GONÇALVES, 2004).

Dentro deste período, no ano de 1962, a escritora Rachel Carson lançou o livro “Primavera Silenciosa”, em que tratava dos problemas decorrentes do uso excessivo de pesticidas, uso indiscriminado e descarte irregular das substâncias químicas no meio ambiente. Tal publicação provocou o início de um amplo debate mundial que apontava para a urgente necessidade de mudança na sociedade e o modo como o homem apropriava-se da natureza e dos recursos (MARINHO, 2004).

Outro ano que chama a atenção deste período histórico foi o de 1968 na Inglaterra, com a criação do Conselho para Educação Ambiental que reuniu cinquenta organizações ligadas a temas como educação e meio ambiente. Em decorrência da criação deste Conselho, países como a Dinamarca, Finlândia, Islândia, França, Noruega e Suécia, emitiram declarações oficiais a respeito da introdução da educação ambiental no currículo escolar (BRASIL, 1998).

Ainda no ano de 1968 foi realizada em Roma uma reunião envolvendo um grupo de cientistas e intelectuais que faziam parte do Clube de Roma, e foi responsável por publicar estudo denominado “Limites do Crescimento”, que afirmava em suas conclusões a insustentabilidade dos níveis de industrialização, poluição, produção de alimentos e exploração dos recursos naturais, com vistas aos limites da capacidade de suporte global face aos avanços industriais (BATISTA; ALBUQUERQUE, 2007). Em decorrência da publicação dessa obra, a crescente preocupação ambiental toma um grande impulso no debate mundial, e assim, no ano de 1972 a Organização das Nações Unidas (ONU) elaborou a Conferência Mundial sobre o Homem e o Meio Ambiente, conhecida como Conferência de Estocolmo (GONÇALVES, 2005).

A Conferência teve como frutos o reconhecimento do problema ambiental, como também a criação da Declaração de Estocolmo com o objetivo de descrever as responsabilidades e nortear as políticas públicas referentes ao meio ambiente apoiadas ao Plano de Ação do Meio Ambiente, composto por 110 resoluções, além de ser considerado um marco mundial (GURSKI et al., 2012).

No contexto da educação ambiental, entre as recomendações estava a resolução 96, que se refere à necessidade de implantar a Educação Ambiental em caráter interdisciplinar com o objetivo de preparar o homem a viver em harmonia com o meio ambiente. Para o efetivo cumprimento da resolução, a Unesco e o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) criaram o Programa Internacional de Educação Ambiental (PIEA), com o propósito de educar o cidadão na compreensão dos problemas ambientais e, conseqüentemente, no combate à crise ambiental no mundo. Além disso, o objetivo do PIEA era promover informações e experiências em EA, o desenvolvimento de pesquisas, avaliação dos currículos e programas ambientais no mundo e o treinamento de pessoal na implantação de políticas públicas ambientais (SOUZA, 2003).

Após a Conferência de Estocolmo, as discussões em relação ao campo de ação pedagógica da educação ambiental passaram a ocorrer de forma significativa a partir de seminários e conferências. É interessante destacar o Seminário denominado Comissão Nacional Finlandesa para a Unesco, realizado em 1974, em Tammi, na Finlândia, onde foram reunidos acordos nos Princípios de Educação Ambiental. Durante o Seminário, a Educação Ambiental foi considerada como um tipo de educação permanente e integral, não devendo ser abordada somente através de uma matéria de estudos isolada (MEDINA, 2008).

Um tempo depois em 1975, a UNESCO, promoveu no seminário em Belgrado, um encontro reunindo especialistas da área de educação e assuntos ligados ao meio ambiente. O grupo responsável pelas pesquisas em Educação Ambiental da UNESCO enviou a 136 membros um questionário aos especialistas em Educação Ambiental (EA) presentes no evento com o objetivo de avaliar o desenvolvimento dos programas de EA. Os resultados do estudo apontaram a insuficiência dos programas principalmente nos países em desenvolvimento, em que foi constatada a ausência de projetos interdisciplinares (DACACHE, 2004).

No encontro, foi elaborado um documento norteador da Educação Ambiental, conhecido mundialmente como Carta de Belgrado, discutida e assinada por representantes de 65 países que culminou com a formulação de princípios e orientações práticas para a criação de um Programa Internacional de Educação Ambiental, que segundo a Carta deveria ser contínua e interdisciplinar (CAMPOS, 2006).

Em 1976, ocorreu, em Chosica, no Peru, um encontro que pode ser considerado como aquele que apresentou resultados mais significativos no que se refere uma evolução nas abordagens em educação ambiental, evidenciando a necessidade de transformação das sociedades e a aproximação entre o natural e o social. Foi um evento de caráter regional, porém, de grande repercussão. Nele, primeiro, se apresentou uma necessidade metodológica

para que a Educação Ambiental viesse a ser participativa e interdisciplinar, devendo ser construída a partir da realidade cotidiana (COIMBRA, 2011).

Em Tbilisi, na Geórgia, no ano de 1977, ocorreu a Primeira Conferência sobre Educação Ambiental considerada o evento mais importante para a evolução do termo Educação Ambiental no mundo. Tal conferência contribuiu para a definição dos objetivos, princípios, características e recomendações estratégicas pertinentes aos Planos Nacional e Internacional, na qual as bases conceituais e teóricas da EA foram estabelecidas e divulgadas (MARINHO, 2004).

Segundo Souza (2003 p. 36), na Conferência de Tbilisi, “a Educação Ambiental foi definida como uma dimensão dada ao conteúdo e à prática da educação, orientada para resolução de problemas concretos do meio ambiente através de enfoques interdisciplinares e de uma participação ativa e responsável de cada indivíduo e da coletividade”. Entre os objetivos da educação ambiental foram definidos como conscientização, conhecimentos, comportamento, aptidões e participação. Em caráter pedagógico, o documento expressa a valorização do educando frente aos elementos da natureza, a solução dos problemas ambientais, os materiais de ensino e os conteúdos e métodos interdisciplinares. Nesse processo de reorientação dos sistemas educacionais, o documento criado em consequência da conferência enfatiza a necessidade de divulgação de experiências ambientais, além da ênfase na importância dos meios de comunicação como estratégia fundamental da educação ambiental (TANNOUS; GARCIA, 2008).

A Segunda Conferência Internacional sobre Educação Ambiental aconteceu em 1987, em Moscou, na ex-URSS, reunindo educadores ambientais de cem países, visando realizar uma avaliação do desenvolvimento da Educação Ambiental desde a conferência de Tbilisi. Tal conferência tinha como meta prioritária criar um plano de ação para a década de 1990, considerando que no processo de conscientização percebeu-se um avanço em escala global, do papel da educação na resolução dos problemas ambientais (MENDONÇA, 2004).

A Comissão Mundial para o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD), sob a presidência de Gro Harlem Brundtland, primeira-ministra da Noruega, em 1987, publicou um dos documentos mais importantes do tempo atual o Relatório *Nosso Futuro Comum*, também denominado *Relatório Brundtland*, responsável pelas primeiras conceituações oficiais e sistematizadas sobre o desenvolvimento sustentável. Este relatório define desenvolvimento sustentável como “aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade das gerações futuras de atenderem as suas próprias necessidades” (WCED, 1987, p. 54).

O Relatório Brundtland contém informações no que se refere às questões sociais, mencionando o uso e ocupação da terra, suprimento de água e abrigo, educação, saúde, e ainda, ressalta a necessidade de descentralização de recursos financeiros e humanos, e a necessidade de favorecimento do poder político em escala local (BARBOSA, 2008). O documento chamava a atenção do mundo para a necessidade urgente de encontrar formas de desenvolvimento econômico que se sustentem, sem a redução dos recursos naturais nem danos ao meio ambiente. Define também, três princípios essenciais a serem cumpridos: desenvolvimento econômico, proteção ambiental e equidade social, sendo que para cumprir estas condições, são indispensáveis mudanças tecnológicas e sociais (GONÇALVES, 2005).

Depois da Conferência de Brundtland, destaca-se a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro em 1992, que representou um marco histórico das relações internacionais no tocante aos temas de sustentabilidade e desenvolvimento sustentável. O evento reafirmou a importância da sustentabilidade ambiental e aprovou um plano de ação denominado Agenda 21, documento no qual, foram assumidos acordos entre os países participantes, ficando claro o compromisso de incorporarem em suas políticas públicas os princípios que conduzem ao desenvolvimento sustentável (MARINHO, 2004).

De acordo com os preceitos da Agenda 21, uma das propostas do documento é o acesso universal ao ensino básico conforme as recomendações da Conferência de Educação Ambiental realizada em Tbilisi em 1977. Ademais, o documento estabelece que se deve promover, com a colaboração de organizações não-governamentais, programas de educação de adultos para incentivar a educação permanente sobre meio ambiente e desenvolvimento, a partir dos problemas ambientais locais. Para as indústrias, o documento orienta à inclusão do tema desenvolvimento sustentável nos programas de ensino e treinamento nas escolas técnicas. Para as universidades, incentiva que os programas de pós-graduação contemplem cursos que capacite os responsáveis em ações que visem o desenvolvimento sustentável (MEDINA, 2008).

Foi também durante a Rio 92, que o Ministério da Educação produziu a Carta Brasileira para Educação Ambiental, que dentre outros objetivos, reconheceu ser a Educação Ambiental um dos instrumentos precursores da sustentabilidade e estratégia de sobrevivência do planeta, garantindo a melhoria da qualidade ambiental (CADERNOS SECAD, 2007).

Em Tessalônica, na Grécia, no ano de 1997, a Unesco realizou a Conferência Internacional sobre Meio Ambiente e Sociedade: Educação e Conscientização Pública para a Sustentabilidade, em que os temas colocados em pauta na Rio 92 foram reforçados. A

proposta do evento chamou a atenção para a necessidade de integralização das ações de EA, articulando os conceitos de ética e sustentabilidade, além do incentivo as práticas interdisciplinares (CADERNOS SECAD, 2007).

Dez anos após a Conferência realizada no Rio de Janeiro, foi realizada a Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável, em 2002, em Johannesburgo, também conhecida como Rio+10. Durante o evento, alguns temas específicos foram tratados, entre eles, a água, energia, saúde, agricultura, biodiversidade, manutenção dos ecossistemas e saneamento. A Educação de um modo geral foi também discutida e incluída em um plano de recomendações contendo 153 itens para o cumprimento da Agenda 21, porém não específicas para a Educação Ambiental (BARBIERI; SILVA, 2011).

Uma das últimas conferências de destaque mundial relacionada à temática ambiental foi a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, ou Rio+20, evento realizado pela ONU em junho de 2012, no Rio de Janeiro. Do evento culminou um documento intitulado “O futuro que queremos”, contendo uma declaração de 49 páginas assinada pelos 188 países participantes. Entre as declarações, foi reafirmada a responsabilidade na construção de uma sociedade sustentável e firmar um compromisso no estabelecimento das Diretrizes Nacionais de Educação Ambiental, que afirma que esta deve permear todos os níveis e modalidades de ensino (VELASCO, 2013). Segundo Guimarães e Fontoura (2012), na seção V no item Quadro de Ação e Acompanhamento que se refere à educação, o documento sugere que as Instituições de Ensino Superior adotem práticas em gestão da sustentabilidade em seus campi com a participação ativa dos alunos, professores e parceiros locais, incentivando o desenvolvimento sustentável como um componente integrado a todas as disciplinas.

Na próxima seção, apresentar-se-á a discussão da inserção da educação ambiental em instituições de ensino superior, a apresentação de alguns acordos e tratados assinados por Instituições de Ensino Superior no mundo comprometendo-se a realizar ações práticas e discussões relacionadas à educação ambiental no escopo acadêmico e administrativo, bem como da apresentação de algumas especificidades presentes na legislação brasileira referentes à temática.

2.2 EDUCAÇÃO AMBIENTAL EM INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

A incorporação da dimensão ambiental no âmbito da formação constitui-se, em um dos principais desafios a serem enfrentados pelos educadores e pelas instituições de ensino. A

seguir há uma breve apresentação de como a educação ambiental vem se inserindo nas Instituições de Ensino Superior, e os principais acordos traçados no Brasil e no mundo para o compromisso de assumir esse processo educativo, na perspectiva de desenvolver o papel ativo de formar profissionais para atitudes responsáveis que visem o desenvolvimento sustentável.

Como parte da realidade histórico-sociocultural, compete às Instituições de Ensino Superior (IES) por sua própria natureza, o comprometimento em assumir através de uma rede de comunicações, a disseminação de conhecimentos ligados ao respeito do homem perante a natureza e a diversidade de culturas. Os conflitos nela existentes devem situar-se na busca de elementos novos e melhores para a instituição e não naquele dos interesses pessoais ou das atitudes de dominação e imposição (COIMBRA, 2011).

Por esta razão, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), sancionada através da Lei Nº 9394 de 1996, desafia as IES a construir coletivamente um projeto norteador, registrado em documento formal, para avaliar e definir novas metas, a fim de estimular a formação de profissionais com espírito científico e pensamento reflexivo. De acordo com a LDB, a educação superior tem por finalidade, estimular e desenvolver a criação cultural, formar cidadãos em diferentes áreas do conhecimento, incentivar pesquisa científica, promover o saber através de publicações e estimular o conhecimento dos problemas nacionais e regionais as comunidades, a fim de estabelecer uma relação de reciprocidade (BRASIL, 1996).

A promulgação da LDB foi um marco na sociedade brasileira, dando início a um processo de transformação no cenário da educação superior. A flexibilização nos currículos, permitida e incentivada pela própria LDB, liberou as instituições de ensino superior e os cursos para exercerem sua autonomia e criatividade na elaboração de propostas específicas e articular as demandas locais e regionais de formação profissional. A Lei prevê, dentre as diversas finalidades, uma colaboração maior das IES com a sociedade, quer pela prestação de serviço à comunidade, ou pela promoção da extensão com a participação da população, visando cumprir o papel social que elas têm (COIMBRA, 2011).

Outra importante ação da LDB no nível educacional foi à inclusão da questão ambiental em suas diretrizes, passando a considerar a compreensão do ambiente natural como fundamental para a educação básica (MORADILLO; OKI, 2004).

Conforme afirma Leff (2001, p. 220-221),

O saber ambiental questiona todas as disciplinas e todos os níveis do sistema educacional. A formação ambiental implica assumir com paixão e

compromisso a criação de novos saberes e recuperar a função crítica e prospectiva do conhecimento [...] e discutir os métodos tradicionais de ensino, colocando novos desafios à transmissão do saber, onde existe uma estreita relação entre pesquisa, docência, difusão e extensão do saber. A educação ambiental exige, pois, novas atitudes dos professores e alunos, novas relações sociais para a produção do saber (...) e, novas formas de inscrição da subjetividade nas práticas pedagógicas.

Refletir sobre esse saber ambiental abre um estimulante espaço para compreender a inserção de novos atores sociais que se mobilizam para um processo educativo articulado e comprometido com a sustentabilidade e a participação, apoiado numa ideia que privilegia o diálogo e a interação de diferentes áreas de saber. Contudo, questiona também valores e que norteiam as práticas sociais prevalentes, implicando numa mudança na forma de pensar, uma transformação no conhecimento e das práticas educativas (JACOBI, 2004).

Durante a década de 1980, houve uma importante discussão nos meios educacionais a respeito da inserção ou não da Educação Ambiental como disciplina a mais no currículo escolar. Sobre isso, Reigota (2006, p.25) alega que “O Conselho Federal de Educação optou pela negativa, assumindo as posições dos principais educadores ambientalistas brasileiros da época, que consideram a educação ambiental como uma perspectiva de educação que deve permear todas as disciplinas”.

No Brasil, em abril de 1981 foi promulgada uma lei que já menciona o termo educação ambiental. A Lei Federal nº 6.902 que dispõe sobre a criação de Estações Ecológicas e Áreas de Proteção Ambiental estabelece novos tipos de áreas de preservação ambiental que são destinadas à realização de pesquisas e a educação ambiental (BRASIL, 1981).

Porém, a real inserção da temática ambiental nos sistemas educacionais tem como ponto de referência a Lei nº 6.938, estabelecendo a Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA) que “tem por objetivo a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida, visando assegurar, no País, condições ao desenvolvimento socioeconômico, aos interesses da segurança nacional e à proteção da dignidade da vida humana” (BRASIL, 1981, p. 1).

No tocante à educação ambiental em Instituições de Ensino Superior, a extinta Secretaria de Meio Ambiente (SEMA) organizou no ano de 1986 em Brasília, o primeiro da série de seminários “Universidade e Meio Ambiente”, realizados posteriormente em 1987, 1988, 1990 e 1992. No então primeiro seminário realizado, foi apresentado um levantamento junto a 21 universidades públicas sobre os cursos de graduação que introduzem a temática ambiental, concluindo que treze cursos estão ligados as Ciências Biológicas, dois de

engenharia e um curso na área de sensoriamento e, quanto à pós-graduação foram identificados seis cursos em Ecologia (BRASIL, 1998).

Segundo Dias (1991), ainda no ano de 1986, a Faculdade Católica de Brasília em parceria com o Centro de Pesquisas da mesma instituição, iniciou de modo informal uma atividade de seleção, aplicação e avaliação de atividades de EA. Como resultados, em cinco anos foram testadas 270 atividades em escolas públicas e privadas. As atividades foram idealizadas com o objetivo de estimular a prática da interdisciplinaridade através de diversas estratégias que objetivam a busca de solução para os problemas ambientais das comunidades.

Em termos de legislação brasileira, a Educação Ambiental aparece mais uma vez, desta feita no ano de 1988, no artigo 225 da Constituição Federal e afirma que: “todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações”, evidenciando no parágrafo 1º, para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao poder público: “VI - promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente” (BRASIL, 1988).

A Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), instituída pela Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, já mencionada anteriormente, expressa seu conceito e princípios norteadores, traça os objetivos, a forma de implementação no ensino formal e não-formal, além da responsabilidade e competência na sua execução e regulamentação (TAVARES, 2009). No artigo 2º da Política, a lei estabelece que a Educação Ambiental é um componente essencial e permanente da educação nacional, estando presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades de ensino, seja em caráter formal e não-formal (BRASIL, 1999).

No artigo 9º, inciso II, a lei reforça o compromisso que as Instituições de Ensino Superior devem assumir em relação à educação ambiental (BRASIL, 1999).

Na tentativa de reforçar os princípios da EA, o Ministério da Educação estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental que, conforme exigência legal a Educação Ambiental deve estar presente em todas as etapas e modalidades de ensino. Em seu Artigo 10 compete, portanto as Instituições de Educação Superior “promover sua gestão e suas ações de ensino, pesquisa e extensão orientadas pelos princípios e objetivos da Educação Ambiental” (BRASIL, 2012, p. 3). Em seu artigo 21 afirma que, cabe às instituições de ensino promover o trabalho em grupos ou outras formas de atuação coletiva que sejam favoráveis à promoção de educação para participação no planejamento, execução e gestão de projetos e ações de sustentabilidade ambiental na instituição educacional e na comunidade, com o

objetivo de proteção e preservação do meio ambiente, saúde humana, e na construção de sociedades sustentáveis (BRASIL, 2012).

Diante dos princípios e objetivos da Educação Ambiental, um aspecto relevante a ser tratado, é a sua importância no desenvolvimento de diretrizes nas Instituições de Ensino Superior (IES), visto que, estas contribuem no processo tecnológico, na preparação dos estudantes universitários no fornecimento de informações e conhecimento que pode ser utilizado na construção de uma sociedade sustentável e justa (TAUCHEN, BRANDLI, 2006).

Um importante tratado na inclusão da educação ambiental nas IES é a Declaração de Talloires, composta em 1990, em uma conferência internacional na França, que segundo Jacobi, Raufflet e Arruda (2011, p. 29-30) “é a primeira declaração oficial, feita por gestores universitários, de um compromisso com a sustentabilidade ambiental no ensino superior, bem como a declaração da sustentabilidade com mais amplo apoio internacional até a presente data”.

Os autores Barbieri e Silva (2011) ressaltam que a Declaração de Talloires é um dos documentos mais importantes sobre a Educação Ambiental nas IES, sendo específico na busca pelo modo de pensar um novo modelo de desenvolvimento. Os autores ressaltam que, o documento é constituído por dez macroações voltadas para o alcance do desenvolvimento sustentável, através do comprometimento das universidades com educação, pesquisa, formulação de políticas e a relação com temas da atualidade como população, meio ambiente e desenvolvimento, com o objetivo de alcançar a sustentabilidade.

Vale salientar que essas iniciativas firmadas para o desenvolvimento da educação ambiental em instituições de ensino superior, são acordos voluntários que se comprometem em atuar na busca pelo desenvolvimento sustentável. Assim, a exemplo da Declaração de Talloires outras iniciativas voluntárias surgiram com o objetivo de elaborar ações e traçar metas para as Instituições Superiores.

Entre essas iniciativas, pode-se citar a Declaração de Halifax, criada em 1991, surgida em parceria da Universidade das Nações Unidas e a Associação de Universidades Canadenses. Tal declaração possui seis ações endereçadas às universidades e um plano de ação para as atividades desenvolvidas pelas universidades a curto e longo prazo, em nível de abrangência local, regional e internacional (BARBIERI; SILVA, 2011).

Outra iniciativa importante é a Declaração de Swansea, criada em 1993, no País de Gales, pela Associação das Universidades de Commonwealth, possuindo um total de sete ações, que enfatizava a cooperação de toda a sociedade em expressar sua opinião sobre a solução dos problemas ambientais e a participação na busca pela sustentabilidade. No mesmo

ano foi também criada a Declaração de Kyoto no Japão, promovida pela Associação Internacional das Universidades, contendo 8 ações seguindo a mesma linguagem de Halifax e Swansea, demonstrando a dimensão ética da educação para o desenvolvimento sustentável e expressa através de um desses princípios que além do educar, deve-se promover práticas igualmente sustentáveis (KRAEMER, 2004).

Na Europa, uma cooperação entre universidades criou no ano de 1994 em Genebra a Carta Copernicus, documento que define o papel das universidades e instituições de ensino superior no comprometimento na busca pelo desenvolvimento sustentável (BARBIERI; SILVA, 2011). É importante destacar ainda dois outros documentos, a Declaração de Luneburg, fruto da Conferência sobre o Ensino Superior para o Desenvolvimento Sustentável realizada em 2001 na Alemanha, que relembra os compromissados firmados na Agenda 21 e especificamente as recomendações do capítulo 36 em um esforço de efetivar o seu devido cumprimento e, a Declaração de Ubuntu que foi elaborada durante a Conferência Mundial sobre o Desenvolvimento Sustentável em Johannesburgo, África do Sul em 2002. Este documento reforça o compromisso das universidades na criação de espaços de aprendizagem entre educação e sustentabilidade (KRAEMER, 2004).

Um dos primeiros estudos envolvendo países europeus e latino-americanos compreendeu o período de 2000 a 2004 e foi denominado Rede de Ambientalização Curricular no Ensino Superior. Esse projeto envolveu a participação de onze universidades, sendo seis europeias e cinco latino-americanas, e como resultado deste estudo foram publicados quatro livros ao longo do projeto através de propostas de ambientalização curricular e a promoção da sustentabilidade nas universidades (CARVALHO; SILVA, 2014). Outro projeto importante e desta feita realizado exclusivamente no Brasil é a Rede Universitária de Programas de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis (RUPEA). Os estudos tiveram início em 2001 e tinha o objetivo principal articular pesquisadores e grupos universitários que desenvolviam pesquisas e ações no campo da Educação Ambiental (CARVALHO; SILVA, 2014).

Sobre a realização de eventos envolvendo a educação ambiental no ensino superior, Jacobi, Raufflet e Arruda (2011) ressaltam que no período de 2005 a 2014, conhecido como a Década das Nações Unidas da Educação para o Desenvolvimento Sustentável, os países estão tomando iniciativas no sentido de integrar a sustentabilidade nos planos da educação, em todos os níveis de ensino, objetivando a inclusão da temática sustentabilidade inclusive, nos currículos das instituições de ensino superior.

Quanto à inserção da Educação Ambiental nas universidades da América Latina, Silva (2011, p. 118) salienta que:

A educação ambiental na América Latina foi introduzida nas universidades através da realização do 1º Seminário sobre Universidade e Meio Ambiente na América Latina e no Caribe, realizado na cidade de Bogotá na Colômbia, em 1985, que recomendou a elaboração de um plano de ação regional de inclusão da temática ambiental no ensino superior latino-americano.

O Programa Nacional de Educação Ambiental - ProNEA (2005) apresenta recomendações mais específicas do papel das universidades no desenvolvimento da educação ambiental. Sugere que as instituições de ensino compreendam em suas ações, estratégias a serem implementadas de modo interdisciplinar com outras instituições sociais, além do ensino, pesquisa e extensão. Ademais, o ProNEA valoriza o papel das IES no desenvolvimento de pesquisas relacionadas ao meio ambiente e a sua inter-relação com os atores sociais envolvidos nas pesquisas, ressaltando a importância da educação ambiental como instrumento de tomada de decisão para os gestores públicos locais (BRASIL, 2005).

Em 2006, através do Decreto Nº 5.773 que dispõe sobre o exercício de funções das Instituições de Ensino Superior, cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino, a seção II trata do credenciamento das IES e as classifica como: Faculdades, Centros Universitários e Universidades. De acordo com o Decreto, as Instituições são inicialmente credenciadas como Faculdades. Os Centros Universitários são IES que abrangem uma ou mais áreas de conhecimento e que devem comprovar a qualificação do seu corpo docente e pelas condições de trabalho acadêmico oferecidas à comunidade escolar. Os centros possuem autonomia para criar e organizar programas de educação superior. Já as universidades, são caracterizadas pelas atividades de ensino, pesquisa e extensão na formação dos quadros profissionais de nível superior (BRASIL, 2006).

No desafio de proporcionar uma formação crítica e inovadora para a sociedade, a educação ambiental mediante um processo pedagógico, incentiva à construção de um senso crítico sobre a necessidade da proteção ambiental e a mudança dos atuais padrões do modelo econômico. Para isso, Rodrigues (2011 p. 95-96) ressalta que “a educação ambiental tem um papel fundamental a nível do processo de tomada de consciência da corresponsabilidade da coletividade na proteção ambiental e, conseqüentemente contribui para uma maior participação a nível das decisões ambientais”.

Complementar a essa visão do papel das universidades na formação de educadores ambientais, Tozzoni-Reis (2001, p. 49) afirma que:

A universidade, para o enfrentamento dos desafios sociais e políticos que hoje estão a ela colocados, precisa enfrentar desafios paradigmáticos de transformação estrutural profunda, terá que transformar o ensino, a pesquisa e a extensão pela construção radical da totalidade. Nesse sentido, a formação dos educadores ambientais será pontuada pela ideia de que o ambiente é cada vez mais, se considerarmos todo movimento de arranjos no capitalismo internacional, um fenômeno social. Estudar a natureza é, cada vez mais, tomar decisões histórico-científicas sobre a relação homem-natureza.

Muitas Instituições de Ensino Superior têm se comprometido em assumir o papel de integrar os princípios da Educação Ambiental no seu escopo acadêmico, ainda que de forma difusa, através de disciplinas correlatas ao meio ambiente e projetos de pesquisa e extensão, como é o caso da Universidade de Brasília – UNB, que por meio de iniciativas entre professores, estudantes e funcionários, criaram um livro intitulado “Universidade para o século XXI: educação e gestão ambiental na Universidade de Brasília” (2011), no objetivo de divulgar os diagnósticos, projetos e resultados de trabalhos ligados à Agenda Ambiental desenvolvidos na Universidade (CATALÃO; LAYRARGUES; ZANETI, 2011).

Assim como no Brasil, em outros países como Portugal a temática ambiental chega ao ensino superior de forma bastante resumida, não se constituindo ainda em projetos institucionais de inserção da educação ambiental, mas de inserção de disciplinas relacionadas ao meio ambiente em cursos de graduação e pós-graduação ou através da oferta de cursos específicos da área ambiental (BATISTA; RAMOS, 2011). As autoras acrescentam que em algumas universidades portuguesas verifica-se a oferta de cursos específicos de educação ambiental em nível de pós-graduação, e que diferente do Brasil, que apresenta cursos de educação ambiental de natureza mais pedagógica, em Portugal os cursos adquirem uma estrutura mais técnica de qualificação, em que é possível realizar interligação entre meio ambiente, cultura, valores locais e trabalho.

A sociedade, em constante e aceleradas mudanças ecológicas e sociais, requer dos cursos um processo de auto-formação e a formação coletiva da equipe de professores, de delimitação de diversas temáticas ambientais, de elaboração de estratégias de ensino e definição de novas estruturas curriculares, com a finalidade de atender às exigências postas na sociedade (ARAÚJO, 2004).

Assim, faz-se necessário que as instituições de ensino, como um dos núcleos importantes da sociedade, oportunizem a formação de cidadãos críticos e conscientes ambientalmente. No entanto, o que se percebe são inúmeras fragilidades em relação à educação ambiental no ensino superior, tanto em termos quantitativos, quanto qualitativos (COIMBRA, 2011).

Portanto, o processo de ambientalização da universidade não se restringe apenas a mudanças no quadro docente e nos currículos das disciplinas, ela requer um redimensionar das questões sob um novo foco de atenção à universidade como um todo, envolvendo seus professores, gestores, alunos, funcionários, departamentos, cursos, currículos, disciplinas, estágios, projetos de pesquisa e de extensão, a comunidade local e regional onde a universidade está inserida (MARCOMIN; SILVA, 2009).

Verifica-se que o conceito de EA evoluiu de acordo com o tempo. A princípio esteve ligado aos conceitos que caracterizavam os aspectos do meio ambiente natural. Nas últimas décadas vem se consolidando e tornando-se um parâmetro no estabelecimento de pensar a educação no seu conjunto, levando-se em consideração, o número de publicações, projetos, experiências e pessoas envolvidas com a temática, em todas as esferas, seja na formal, não formal ou na informal. E em sua vertente mais atual se inscreve nos princípios da sustentabilidade, da complexidade e da interdisciplinaridade (HIGUCHI; AZEVEDO, 2004).

Com base nos enfoques abordados, soma-se à ideia de que pensar na formação de cidadãos críticos perante as questões ambientais dentro das universidades significa referência de interdisciplinaridade com as questões relativas aos campos político, social, econômico, pedagógico, ambiental, cultural e científico.

Percebe-se que, nas discussões sobre a educação ambiental e a inserção das questões ambientais nas IES, os elementos legais são relevantes para a síntese de entendimentos e norteamento de práticas e ações nos variados contextos. Por essa razão, na seção seguinte, serão abordados os eventos que culminaram com a criação da Política Nacional de Educação Ambiental, através da Lei Nº 9.795 de 27 de abril de 1999, e logo em seguida, apresentar-se-á o seu conteúdo, destacando-se os objetivos, princípios e responsabilidades.

2.3 A POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

A década de 1980 trouxe mudanças no cenário político social do país com o início do processo de redemocratização e um avanço nas questões ambientais. Vale ressaltar que a época marcou a presença de grandes debates, principalmente a inserção ou não da educação ambiental como disciplina no currículo escolar do ensino fundamental. No entanto, o Conselho Federal de Educação optou por enfatizar a necessidade de ampliar as discussões sobre as questões ambientais em nível interdisciplinar e não como disciplina específica (SAITO, 2012).

Em termos legislativos, em 1981, foi criada a Lei Nº 6.938, que sanciona a Política Nacional de Meio Ambiente, com o objetivo de melhoria na qualidade ambiental, visando assegurar condições de segurança e dignidade humana. A supracitada Lei cria o Sistema Nacional de Meio Ambiente (SISNAMA), constituído pelos Órgãos e entidades da União, dos Estados, Distrito Federal, dos Territórios e dos municípios, que estabelece a inserção da dimensão ambiental em todos os níveis de ensino, evidenciando a importância dessa prática pedagógica no contexto social brasileiro (BRASIL, 1981). A Constituição Federal de 1988 reforça essa tendência incorporando em seu conteúdo, o capítulo VI dedicado ao meio ambiente (BRASIL, 1988).

Mais tarde, entre meados de 1994 e 1995, foram criados o Programa Nacional de Educação Ambiental (PRONEA), através do documento de “Diretrizes para a Operacionalização do PRONEA”, e a Câmara Técnica Temporária de Educação Ambiental, com o objetivo de discutir as normas de efetivação da EA no ensino formal e informal, além de contribuir para formação de consciência do desenvolvimento sustentável no país (SILVA, 2013).

Em 1996, o Ministério da Educação (MEC) aprovou os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), que definiram como temas transversais: saúde, ética, orientação sexual, pluralidade cultural e meio ambiente. Os PCNs foram criados com o objetivo de orientar à educação brasileira com o intuito de garantir o respeito às diversidades culturais, regionais, étnicas, religiosas e políticas, no sentido de construção da cidadania, de respeito ao meio ambiente, com a crescente igualdade de direitos entre os cidadãos, tendo por base os princípios democráticos (MEC, 1997).

No Brasil, em 1999, visando-se legitimar as propostas de Educação ambiental até então discutidas, foi incorporada ao ordenamento jurídico a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, conhecida como a Política Nacional de Educação Ambiental. Assim, a partir do mesmo ano, a EA passa a ser contemplada no Plano Plurianual, estando prevista na relação dos projetos relacionados ao Ministério do Meio Ambiente nos anos seguintes. Dessa forma, observa-se a obrigatoriedade de presença da EA nos currículos de todos os níveis de ensino no Brasil, e um direito de todo cidadão (BRASIL, 1999). Dois anos depois, a regulamentação da Política é formalizada através do Decreto 4.281 de 2002, que define o Órgão Gestor, o qual será responsável pela sua implementação, sendo assim, dirigido pelos Ministros do Meio Ambiente e da Educação (BRASIL, 2002).

Analisando a Lei Nº 9.795 e o seu regulamento, o Decreto 4.281/2002, pode-se identificar que esta designou à tarefa de promoção da educação ambiental ao Poder Público e

à sociedade em geral, que compõe também às empresas e instituições privadas, às entidades de classe, aos meios de comunicação, às instituições educativas, entre outras. Assim, a educação ambiental é um processo de aprendizagem e comunicação de problemas, que busca conscientizar os indivíduos sobre a problemática e os meios a serem desenvolvidos para solucioná-la no campo social, normativo e pedagógico (MORALES; KNECHTEL, 2010).

A Política Nacional de Educação Ambiental apresenta um caráter histórico que segundo Saito (2012, p. 57) representa “o resultado de uma longa série de lutas dentro do Estado e da sociedade para expressar uma concepção de ambiente e sociedade de acordo com o momento histórico da produção legal”.

Percebe-se que, ao longo do tempo, a Educação Ambiental tem se fortalecido como estratégia para resolução dos problemas ambientais e foi legitimada como o caminho para se alcançar os patamares de mudanças necessários para conter a crise ambiental e traçar novos horizontes que contemplem um mundo justo e equilibrado em todos os sentidos.

2.3.1 O conteúdo da Lei Nº 9.795 de 27 de abril de 1999

Em seus 21 artigos, a Política Nacional de Educação Ambiental traz para o cidadão tanto direitos como deveres constitucionais que devem ser respeitados para uma essencial qualidade de vida e um meio ambiente sustentável, onde definiu como espaços distintos a educação em geral e a educação escolar, porém com linhas de ação inter-relacionadas.

Diante disso, o artigo 1º da PNEA refere-se ao conceito de educação ambiental,

[...] processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade (BRASIL, 1999 p.1).

Assim, observa-se que a educação ambiental tem por objetivo a conservação ambiental. Nesse sentido, a educação ambiental deve estar presente em todos os níveis do processo educacional, como objetiva o artigo 2º da PNEA, a EA é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não-formal, ou seja, desenvolver a educação ambiental no âmbito geral e no âmbito escolar com desenvolvimento de estudos, experimentação e pesquisas. Observa-se a partir desse artigo, que a Política

responsabiliza toda a sociedade pela educação ambiental (JAKUBOSKI; SANTOS; RAUBER, 2013).

Um considerável avanço político pode ser visto a partir da publicação da Lei Nº 9.795/99. Nela, os princípios e objetivos da Educação Ambiental exprimem um pouco das pretensões políticas que buscam desvelar as razões de ser desse quadro socioeconômico e ambiental crítico que se percebe na atualidade. São princípios básicos da Educação Ambiental, conforme a Lei nº 9.795/99, previstos em seu art. 4º:

- I - o enfoque humanista, holístico, democrático e participativo;
- II - a concepção do meio ambiente em sua totalidade, considerando a interdependência entre o meio natural, o sócio-econômico e o cultural, sob o enfoque da sustentabilidade;
- III - o pluralismo de idéias e concepções pedagógicas, na perspectiva da inter, multi e transdisciplinaridade;
- IV - a vinculação entre a ética, a educação, o trabalho e as práticas sociais;
- V - a garantia de continuidade e permanência do processo educativo; VI - a permanente avaliação crítica do processo educativo;
- VII - a abordagem articulada das questões ambientais locais, regionais, nacionais e globais;
- VIII - o reconhecimento e o respeito à pluralidade e à diversidade individual e cultural (BRASIL, 1999 p. 1-2).

Os princípios ora elencados enfatizam a necessidade de atuação conjunta e complementar em todos os cursos, níveis e modalidades de ensino. Segundo Barbieri (2004), o conteúdo da PNEA reflete os princípios de desenvolvimento sustentável propostos nas conferências ambientais. Na continuidade, o artigo 5º apresenta os objetivos fundamentais da EA:

- I - o desenvolvimento de uma compreensão integrada do meio ambiente em suas múltiplas e complexas relações, envolvendo aspectos ecológicos, psicológicos, legais, políticos, sociais, econômicos, científicos, culturais e éticos;
- II - a garantia de democratização das informações ambientais;
- III - o estímulo e o fortalecimento de uma consciência crítica sobre a problemática ambiental e social;
- IV - o incentivo à participação individual e coletiva, permanente e responsável, na preservação do equilíbrio do meio ambiente, entendendo-se a defesa da qualidade ambiental como um valor inseparável do exercício da cidadania;
- V - o estímulo à cooperação entre as diversas regiões do País, em níveis micro e macrorregionais, com vistas à construção de uma sociedade ambientalmente equilibrada, fundada nos princípios da liberdade, igualdade, solidariedade, democracia, justiça social, responsabilidade e sustentabilidade;
- VI - o fomento e o fortalecimento da integração com a ciência e a tecnologia;

VII - o fortalecimento da cidadania, autodeterminação dos povos e solidariedade como fundamentos para o futuro da humanidade (BRASIL, 1999 p. 2).

Para alcançar tais objetivos a Educação Ambiental deve capacitar o indivíduo ao pleno exercício da cidadania a partir de uma formação com base conceitual abrangente, técnica e culturalmente capaz de produzir a superação das barreiras que se contrapõem à utilização sustentada do meio ambiente democraticamente instituída, pautada no bem comum (COIMBRA, 2011).

Com isso, vale ressaltar, que é muito importante se cada município fizer a sua parte em contribuir com a educação ambiental para um desenvolvimento sustentável, e assim concretizar os objetivos almejados. Porém, não é necessário cumpri-los totalmente, mas devesse ter a consciência, que para alcançar um meio ambiente sustentável e equilibrado é fundamental colocar em ação os objetivos almejados pela Política Nacional de Educação Ambiental (JAKUBOSKI; SANTOS; RAUBER, 2013).

Para um meio ambiente sustentável e equilibrado, primeiramente é fundamental respeitar os princípios básicos, assim, colocá-los em prática pelo Poder Público juntamente com a comunidade, enfatizando os objetivos que se pretende alcançar.

No artigo 9º, inciso II, a PNEA entende que a EA deve ser desenvolvida nos espaços das instituições públicas e privada de ensino, nas modalidades de educação básica, infantil, fundamental e médio, ensino superior, educação especial, profissional e para jovens e adultos (BRASIL, 1999). Assim, a Educação Ambiental encontra reforço quando afirma o compromisso que as Instituições de Ensino Superior devem manter no cumprimento de seus deveres.

Além disso, o artigo 8º orienta que:

As atividades vinculadas à Política Nacional de Educação Ambiental devem ser desenvolvidas na educação em geral e na educação escolar, por meio das seguintes linhas de atuação inter-relacionadas:

I - capacitação de recursos humanos;

II - desenvolvimento de estudos, pesquisas e experimentações;

III - produção e divulgação de material educativo;

IV - acompanhamento e avaliação.

§ 1º Nas atividades vinculadas à Política Nacional de Educação Ambiental serão respeitados os princípios e objetivos fixados por esta Lei.

§ 2º A capacitação de recursos humanos voltar-se-á para:

I - a incorporação da dimensão ambiental na formação, especialização e atualização dos educadores de todos os níveis e modalidades de ensino;

II - a incorporação da dimensão ambiental na formação, especialização e atualização dos profissionais de todas as áreas;

III - a preparação de profissionais orientados para as atividades de gestão ambiental; IV - a formação, especialização e atualização de profissionais na área de meio ambiente;

V - o atendimento da demanda dos diversos segmentos da sociedade no que diz respeito à problemática ambiental.

§ 3o As ações de estudos, pesquisas e experimentações voltar-se-ão para:

I - o desenvolvimento de instrumentos e metodologias, visando à incorporação da dimensão ambiental, de forma interdisciplinar, nos diferentes níveis e modalidades de ensino;

II - a difusão de conhecimentos, tecnologias e informações sobre a questão ambiental;

III - o desenvolvimento de instrumentos e metodologias, visando à participação dos interessados na formulação e execução de pesquisas relacionadas à problemática ambiental;

IV - a busca de alternativas curriculares e metodológicas de capacitação na área ambiental;

V - o apoio a iniciativas e experiências locais e regionais, incluindo a produção de material educativo;

VI - a montagem de uma rede de banco de dados e imagens, para apoio às ações enumeradas nos incisos I a V.

A partir do exposto, conclui-se que as instituições de ensino superior estão fortemente vinculadas aos processos apresentados, sendo, inclusive, peças-chave para a realização dos mesmos, já que as universidades têm como compromisso o ensino, a pesquisa e a extensão. No entanto, a realidade aponta que, apesar de toda uma evidente conscientização e legislação que norteia o assunto, nem todas as instituições de ensino superior se voltaram para o tema. A inserção da Educação Ambiental quer numa perspectiva de interdisciplinaridade, quer como disciplina específica no currículo dos cursos de graduação, dá-se, ainda, de forma lenta e diversificada (COIMBRA, 2011).

A PNEA, em seu artigo 10º, ressalta que a EA deve ser mantida como uma prática educativa, realizada de forma contínua e permanente em todos os níveis e modalidades de ensino formal, não podendo ser inserida através de uma disciplina específica no currículo escolar, com exceção apenas para os cursos de pós-graduação, extensão ou para as áreas de cunho metodológico de EA (BRASIL, 1999; SILVA, 2013).

No que tange ao cumprimento das responsabilidades previstas na PNEA e sua devida publicação, as Instituições de Ensino Superior deveriam reformular os seus cursos com o objetivo de cumprir as determinações legais. Mas, será que as IES estão cumprindo essas determinações? E os cursos de administração, que são objetos desse estudo?

Antes de ampliar os questionamentos foco desse estudo, considera-se pertinente abordar um pouco da criação do curso de Administração no Brasil, os aspectos legais presentes na Resolução Nº 4, de 13 de julho de 2005, que institui as Diretrizes Curriculares

Nacionais para o Curso de Administração, como ocorre à inserção da temática ambiental no curso e discutir a importância da aplicação da educação ambiental com vistas a formar futuros gestores críticos da realidade frente à complexidade dos problemas ambientais.

2.4 A CRIAÇÃO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO

De acordo com Nicolini (2003), a história dos cursos superiores de Administração no Brasil começa logo no início do século, simultaneamente com um longo processo de definição sobre quais as fronteiras do campo do saber administrativo. Durante mais de seis décadas, o ensino das ciências administrativas se confundiu com o das Ciências Econômicas, até a definição do currículo mínimo do curso de graduação em Administração, que finalmente habilitava os bacharéis em Administração Pública ou de Empresas ao pleno exercício da profissão de Técnico de Administração, denominação que logo seria modificada para administrador.

Essa denominação dada aos primeiros administradores, de certa forma, reforça a ideia central originalmente imposta aos cursos de Administração, que era a formação de técnicos para uma burocracia especializada que, no espírito do desenvolvimento econômico modernizante, é reprodutora ideológica do processo de desenvolvimento do capitalismo, num contexto de transferência de tecnologia avançada (LOPES, 2006).

Dessa forma, o desenvolvimento socioeconômico brasileiro se dava num ambiente empresarial caracterizado por crescente processo de burocratização, um processo caracterizado pela utilização crescente de novas tecnologias. O propósito fundamental dos primeiros cursos de Administração do país foi formar profissionais com domínio de técnicas organizativas, importadas dos Estados Unidos, sobretudo, as relacionadas com disciplinas da área financeira como técnicas orçamentárias e de controle de custos, entre outras, para atenderem uma demanda específica das grandes empresas (COVRE, 1982).

Contudo, o contexto para a formação do Administrador no Brasil começou a ganhar maior impressão apenas na década de quarenta. A demanda por administradores começa a ser respondida com a criação, em 1941, da Escola Superior de Administração de Negócios (ESAN) em São Paulo. Os recursos para sua fundação foram tomados junto à classe empresarial paulista, despertando nessa o interesse para a formação profissional de dirigentes para a indústria e o comércio (NICOLINI, 2003).

Em 1938, o governo criou o Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP), o qual era responsável em estabelecer um padrão de eficiência no serviço público

federal e para criar canais mais democráticos para o recrutamento e seleção de recursos humanos para a administração pública. Em 1944, o governo autorizou aquele Departamento a constituir outra instituição, denominada Fundação Getúlio Vargas (FGV), voltada para as seguintes atribuições fundamentais: o estudo das organizações e da racionalização do trabalho e a preparação de quadros profissionais em nível superior (COVRE, 1982).

A primeira turma de administradores formados pela Escola de Administração de Empresas de São Paulo (EAESP), em 1958, tinha apenas 17 bacharéis (COVRE, 1982). A autora ressalta que foi a partir dessa década que cresceu a necessidade de mão de obra qualificada e, conseqüentemente, da profissionalização do ensino de Administração. A formação de pessoal especializado para conduzir o processo de mudanças e integrar as equipes que faziam parte de centros de investigação que dariam suporte a questões econômicas e administrativas tornava-se estratégica na medida em que a sociedade passava de um estágio agrário para a industrialização.

A FGV aproximou o ensino da administração no Brasil com o sistema de ensino americano, inclusive com a utilização de bibliografia, modelos curriculares e mesmo com a participação de professores americanos como docentes nos primeiros cursos aqui realizados. Dessa maneira, esse modelo de curso que se iniciou na Região Sudeste, serviu como referência para os demais cursos que se constituíram nas diversas regiões do Brasil nos anos que se seguiram. Conseqüentemente, a ação pedagógica nos cursos de Administração no Brasil estabeleceu-se na reprodução do modelo americano, deixando de refletir sobre a própria realidade brasileira e preocupando-se apenas com a formação de profissionais para o setor produtivo (MOTTA, 1983).

O surgimento da FGV e a criação da Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo praticamente originaram o ensino e a pesquisa de temas econômicos e administrativos no Brasil, contribuindo para o processo de desenvolvimento econômico do País. Assim, essas instituições ocuparam uma posição dominante no campo do ensino de Administração, bem como foram referências para o posterior desenvolvimento dos cursos na área (COIMBRA, 2011).

Em 1965, foi promulgada a Lei Nº 4.769/65, que regulamenta a profissão do administrador (CEF, 2015a). No ano seguinte, através do Parecer Nº 307/66, o Conselho Federal de Educação, estabelece o primeiro Currículo Mínimo do Curso de Administração (CEF, 2015b). E somente no ano de 1993, o Conselho Federal de Educação institui o Currículo pleno dos cursos de Administração, composto por disciplinas de Formação Básica e

Instrumental, Formação Profissional e Disciplinas Complementares (definidas pela própria Instituição), além de Estágio Supervisionado (CEF, 2015c).

No entanto, em 1997 o Conselho Nacional de Educação (CNE) solicita a criação de diretrizes curriculares nacionais para todos os cursos de graduação. Dessa forma, o curso de Administração no ano de 1998, realiza o Seminário Nacional para Diretrizes Curriculares para os Cursos de Administração. Durante o evento, foram realizadas propostas, metas e a sistematização para a criação das diretrizes curriculares nacionais dos cursos de administração, culminando com a sua regulamentação em Resolução em 13 de julho de 2005 (NICOLINI, 2003).

O contexto atual demanda um profissional em administração com características diferenciadas, que seja capaz de conhecer e reconhecer os problemas em nível nacional, regional e local, estando habilitado para superar, de forma criativa e sustentável, os desafios que se apresentam (COIMBRA, 2011).

2.4.1 Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Administração

As Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de Administração foram propostas pelo Parecer CES/CNE Nº 134/2003 (BRASIL, 2003), e oficialmente constituídas em 02 de fevereiro de 2004, através da Resolução CES/CNE Nº 1 (BRASIL, 2004). No entanto, as últimas retificações para as DCNs de Administração foram realizadas pela Resolução Nº 4, em 13 de julho de 2005.

O objetivo das DCNs é fornecer a cada área de formação profissional, as bases para o exercício da profissão. Ainda definem o perfil e competências a serem alcançados, bem como ressaltam a necessidade de flexibilidade dos currículos de graduação, de modo a permitir projetos pedagógicos inovadores, a fim de formar pessoas mais críticas, reflexivas, ativas e dinâmicas. As DCNs do curso de graduação em Administração asseguram a formação profissional exigida. Dessa maneira, cabe às IES, possibilitar o desenvolvimento de condições para que:

(...) o bacharel em Administração esteja capacitado a compreender as questões científicas, técnicas sociais e econômicas da produção e de seu gerenciamento no seu conjunto, observados os níveis graduais do processo de tomada de decisão, bem como a desenvolver o alto gerenciamento e a assimilação de novas informações, apresentando flexibilidade intelectual e adaptabilidade contextualizada no trato de situações diversas presentes ou

emergentes nos vários segmentos do campo de atuação do administrador (BRASIL, 2003).

Logo no Parágrafo 1, do Artigo 2º, é previsto que o projeto pedagógico deve conter de forma clara e precisa, qual seja a concepção do curso, suas particularidades, currículo e operação. Para isso, os 11 incisos do devido artigo apresentam os elementos que o projeto pedagógico deve abranger, são eles:

- I - objetivos gerais do curso, contextualizados em relação às suas inserções institucional, política, geográfica e social;
- II - condições objetivas de oferta e a vocação do curso;
- III - cargas horárias das atividades didáticas e da integralização do curso;
- IV - formas de realização da interdisciplinaridade;
- V - modos de integração entre teoria e prática;
- VI - formas de avaliação do ensino e da aprendizagem;
- VII - modos de integração entre graduação e pós-graduação, quando houver;
- VIII - incentivo à pesquisa, como necessário prolongamento da atividade de ensino e como instrumento para a iniciação científica;
- IX - concepção e composição das atividades de estágio curricular supervisionado, suas diferentes formas e condições de realização, observado o respectivo regulamento;
- X - concepção e composição das atividades complementares;
- XI - inclusão opcional de trabalho de curso sob as modalidades monografia, projeto de iniciação científica ou projetos de atividades, centrados em área teórico-prática ou de formação profissional, na forma como estabelecer o regulamento próprio (BRASIL, 2005 p. 1).

Vale destacar que o artigo 4º, da Resolução, propõe que o Curso de Graduação em Administração deve possibilitar a formação profissional que revele, pelo menos, as seguintes competências e habilidades:

- I - reconhecer e definir problemas, equacionar soluções, pensar estrategicamente, introduzir modificações no processo produtivo, atuar preventivamente, transferir e generalizar conhecimentos e exercer, em diferentes graus de complexidade, o processo da tomada de decisão;
- II - desenvolver expressão e comunicação compatíveis com o exercício profissional, inclusive nos processos de negociação e nas comunicações interpessoais ou intergrupais;
- III - refletir e atuar criticamente sobre a esfera da produção, compreendendo sua posição e função na estrutura produtiva sob seu controle e gerenciamento;
- IV - desenvolver raciocínio lógico, crítico e analítico para operar com valores e formulações matemáticas presentes nas relações formais e causais entre fenômenos produtivos, administrativos e de controle, bem assim expressando-se de modo crítico e criativo diante dos diferentes contextos organizacionais e sociais;

V - ter iniciativa, criatividade, determinação, vontade política e administrativa, vontade de aprender, abertura às mudanças e consciência da qualidade e das implicações éticas do seu exercício profissional;

VI - desenvolver capacidade de transferir conhecimentos da vida e da experiência cotidianas para o ambiente de trabalho e do seu campo de atuação profissional, em diferentes modelos organizacionais, revelando-se profissional adaptável;

VII - desenvolver capacidade para elaborar, implementar e consolidar projetos em organizações (BRASIL, 2005 p.2).

As Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Administração, em consonância com a LDB, procuram garantir uma organização curricular articulada com o projeto político pedagógico, preservando-se a sua flexibilidade, para formar profissionais aptos a atuarem no mercado de trabalho contemporâneo, entendendo a graduação como etapa inicial da formação continuada (OLIVEIRA, 2005).

O artigo 7º apresenta três parágrafos que trata do Estágio Curricular Supervisionado, caracterizados como um componente curricular que tem o objetivo de consolidar o desempenho profissional do formando, devendo seu regulamento estar aprovado pelo Colegiado Acadêmico de cada Instituição. O parágrafo 1º do mesmo artigo ressalta que o estágio pode ser realizado dentro do espaço da própria IES, em espaços de laboratórios que tenham atividade prática relacionada às ciências administrativas (BRASIL, 2005).

A respeito das atividades complementares, o artigo 8º as aborda como componentes curriculares que permitem que o aluno adquira habilidades, conhecimentos e competências, inclusive adquiridas fora do ambiente escolar, incluindo práticas transversais e de interdisciplinaridade. No parágrafo único do mesmo artigo, deixa claro que as atividades complementares são componentes enriquecedores do currículo e perfil do formando, não devendo ser confundida com a prática de estágio (BRASIL, 2005). Dessa forma, ainda que não esteja de modo explícito, a EA está inserida nesse contexto, já que não deve ser incluída como disciplina obrigatória, e sim como uma prática integrada em todas as disciplinas, indo ao encontro com o que reza a PNEA, através dos termos de interdisciplinaridade e transversalidade.

O artigo 9º afirma que o Trabalho de Conclusão do Curso é um componente curricular opcional de cada IES, e que se esta optar pela sua realização poderá ser desenvolvido nas modalidades de monografia, projeto de iniciação científica ou projetos de atividades centrados em áreas práticas ou estudos teóricos ou ainda, de formação profissional relacionadas com o curso, devendo estar presente no regulamento próprio da Instituição e aprovado pelo Colegiado Acadêmico do Curso de Administração (BRASIL, 2005).

Fica evidenciado que a organização curricular deve prever as ações pedagógicas do curso, definindo identidade profissional mediante as concepções da matriz curricular e estrutura acadêmica de funcionamento (BRASIL, 2005).

Observa-se que as Diretrizes Curriculares Nacionais, em vigor para os cursos de graduação de Administração, permitem que as instituições de ensino superior possam elaborar projetos pedagógicos flexíveis e de acordo com as demandas de mercado e especificidades locais, incluindo novos conhecimentos na grade curricular, até então ainda não oferecidos. Ou seja, as instituições têm autonomia para definir seus projetos no sentido de formar um profissional de Administração de acordo com a demanda do mercado, aumentando a sua empregabilidade a partir de práticas modernas da administração (PINTO; MOTTER JÚNIOR, 2012).

2.4.2 A Inserção da Temática Ambiental em Cursos de Administração

A crise ambiental tem sido motivo de preocupação para as sociedades contemporâneas devido a uma série de alterações na natureza. Os problemas ambientais assumiram proporções globais desencadeando a formulação de programas e metodologias capazes de integrar as diversas instituições governamentais, não-governamentais e as demais organizações são crescentes neste contexto ambiental.

A Administração é a área do conhecimento humano que apresenta como objeto de estudo as organizações, ou seja, denominada Ciência Administrativa, por meio de inúmeros instrumentos teóricos e metodológicos, que procura compreender o comportamento das organizações ao longo do tempo (CAMPOS; SHIGUNOV NETO, 2007).

As organizações, como futuro campo de atuação de estudantes de administração, devem observar os princípios da sustentabilidade a fim de garantir competitividade e ganhar mais espaço no mercado, contribuindo para uma nova imagem da empresa a partir da criação de meios alternativos de desenvolvimento, com o intuito de garantir qualidade de vida por meio de ações sustentáveis (LACERDA; SILVA, 2014a; SILVA, 2014b; SOUZA, 2014).

Segundo Gonçalves-Dias et al. (2009), muitos dos egressos da graduação em Administração provavelmente ocuparão cargos estratégicos nas organizações e poderão ter, em algum grau, influência na criação e implementação de diferentes modelos de gestão. Desta forma, torna-se importante a preparação de profissionais qualificados e competentes que possam implementar nas organizações modernas, medidas e ações que possibilitem a inserção

de mecanismos de utilização racional e equilibrada dos recursos naturais, possibilitando assim a preservação ambiental.

Tal estratégia se reflete nas organizações, através de mudanças na política das empresas que incorporam a gestão ambiental em sua gerência. Como as atividades que possam causar danos estão sujeitas à fiscalização e ao controle do Poder Público, há a necessidade de refletir sobre a responsabilidade do Administrador com o agente poluidor ou degradador ambiental, seja como gestor da empresa ou como apenas e principalmente um cidadão responsável (TEIXEIRA, 2006a; TEIXEIRA, 2006b).

Formar administradores compromissados com a questão ambiental está em evidência, pois ainda há empresas que pautam seus princípios em discursos e não em ações práticas e efetivas. As organizações que têm a sua frente executivos preocupados com a proteção ao meio tendem a se destacar no mercado, visto que o fator ambiental passou de um entrave a uma variável fundamental (FERREIRA, 2008a; FERREIRA, 2008b).

Dessa forma, as instituições de ensino superior se constituem nos principais espaços de discussões ambientais e, continuam formando profissionais e cidadãos críticos conscientes para atuar na sociedade. Portanto, a universidade, ao propor estratégia para a inserção da dimensão ambiental nos currículos de ensino formal, deve iniciar e incentivar os docentes a investir no desenvolvimento profissional, com especial atenção para a auto formação, mediante novas estratégias de informação e comunicação (ARAÚJO, 2004).

De acordo com Ruscheinsky (2014), o ensino das questões ambientais requer a formação de docentes com competência e domínio de um campo do saber. Para isso, é necessária a reformulação curricular de forma mais abrangente, e formular estratégias para tratar da presença de educadores interessados e informados sobre a mudança paradigmática. Dessa forma, pesquisar e adquirir informações destaca-se com o intuito de selecionar, propor e multiplicar o potencial de experiências existentes como solução aos problemas socioambientais.

A inserção da educação ambiental numa perspectiva crítica ocorre na medida em que o professor assume uma nova postura, desta vez reflexiva, e entende que a educação ambiental atua como uma prática político-pedagógica, representando a possibilidade de motivar e sensibilizar as pessoas para transformar as diversas formas de participação em potenciais fatores de dinamismo da sociedade e de ampliação da responsabilidade socioambiental (JACOBI, 2005). Nesse contexto, a educação ambiental aponta para a necessidade de elaboração de propostas pedagógicas pautadas na conscientização e mudança de atitude, desenvolvimento de conhecimentos, capacidade de avaliação e participação dos educandos.

Tais atitudes demonstram a necessidade de uma permanente sensibilização dos professores e educadores como transmissores de um conhecimento necessário para que os alunos adquiram uma base adequada de compreensão dos problemas e riscos socioambientais e, dos possíveis impactos no meio ambiente global e conseqüentemente local (SORRENTINO; BIASOLI, 2014).

Por esta razão, os cursos de Administração no nível de graduação podem levar em consideração no seu currículo, no projeto pedagógico do curso (ou projeto político pedagógico) e no seu processo ensino-aprendizagem a inserção de novos conceitos na formação profissional do administrador, entre elas a Educação Ambiental, com o objetivo de acompanhar as transformações e as necessidades do mercado diante do processo de globalização (TEIXEIRA, 2006a; TEIXEIRA, 2006b).

A Resolução nº 4, de 13 de julho de 2005, que institui as diretrizes curriculares nacionais nos cursos de graduação em Administração, não discute de maneira explícita a Educação Ambiental, deixando-a subentendida, contudo, apoiada pela Política Nacional de Educação Ambiental e pelas Diretrizes Curriculares Nacionais de Educação Ambiental (BRASIL, 2005).

No Brasil, houve nas últimas duas décadas crescente interesse sobre o assunto, com a introdução de conceitos sobre o meio ambiente e o desenvolvimento em disciplinas das áreas humanas e naturais já estabelecidas e com a introdução de novas disciplinas como economia ambiental e engenharia ambiental. Entretanto, a área de administração ficou um tanto alheia a esse movimento, até por se pensar, erroneamente, que existe uma barreira difícil de ser transposta entre negócios lucrativos e negócios verdes (SINAY et al., 2013).

Segundo Raufflet (2014), a inserção da sustentabilidade em cursos de administração apresenta-se como um desafio, tanto em nível conceitual quanto nos níveis organizacional e institucional. Em termos de conceito, são as múltiplas definições e interpretações para os termos sustentabilidade e desenvolvimento sustentável. No administrativo dos cursos, os desafios institucionais e organizacionais encontram-se no contexto em que os programas e projetos são elaborados, implementados e ensinados.

A formação de administradores com pressupostos orientados pela sustentabilidade exige novas propostas pedagógicas interdisciplinares, em que a visão integrada, sistêmica e holística substitua os projetos pedagógicos disciplinares, que privilegiam o processo de compreensão do aluno sobre sua realidade de forma fragmentada (DEMAJOROVIC; SILVA, 2012).

O que se observa nos cursos de Administração é a predominância de uma Educação Ambiental orientada para a gestão. Em outras palavras, como as diretrizes curriculares não estabelecem a implantação da Educação Ambiental como disciplina, no entanto, para valorizar o tema, as disciplinas são concebidas com foco na gestão ou na responsabilidade social empresarial (COIMBRA, 2011).

Para tanto, a devida formação dos futuros administradores para fazer frente à problemática ambiental atual torna-se necessário o ensino/aprendizado de conteúdos específicos. Assim, é fundamental que alunos dos cursos de graduação em Administração tenham presentes em seus currículos disciplinas relacionadas à gestão ambiental, visto que tais questões são de extrema relevância e que devem, portanto, ser consideradas no debate acadêmico. Segundo Barbieri (2004), pelos conteúdos oferecidos dentro da disciplina Gestão Ambiental tem-se apresentado a partir de uma perspectiva multidisciplinar, uma gama de outros conhecimentos específicos nas áreas de educação ambiental, economia ambiental, direito ambiental, administração da produção, marketing verde, contabilidade ambiental entre outros assuntos.

A gestão ambiental é uma prática relativamente recente, que vem ganhando espaço no meio público e privado. Através do seu processo é possível a mobilização das organizações para se adequar à promoção de um meio natural ecologicamente equilibrado. Tem por objetivo a busca de melhoria constante de seus produtos, serviços e ambiente de trabalho, considerando-se sempre o fator ambiental (FERREIRA, 2008a; FERREIRA, 2008b).

Apesar de uma prática recente nos cursos de Administração, a gestão ambiental se desenvolve em ritmo acelerado e o futuro Administrador precisa ter uma bagagem teórica que lhe proporcione atender às exigências do mercado. Dessa forma, acredita-se que a implementação de disciplinas de gestão ambiental se justifique pela importância que a temática tem para o futuro da sociedade e, principalmente, da própria organização (CAMPOS; SHIGUNOV NETO, 2007).

Deve-se verificar que a gestão ambiental em nível organizacional apresenta diferenças do conceito em nível governamental, visto que os governos praticam ações com a intenção específica ao meio ambiente em si, enquanto a maioria das demais organizações tem outras finalidades em termos de produção, ou seja, não são diretamente ligadas ao fator ambiental. O emprego da mesma expressão para os dois contextos (organizacional e governamental) permite a possibilidade de confusão nos conceitos (OLIVEIRA, 2010a; OLIVEIRA, 2010b; COSTA, 2010). Tais autores ressaltam que, acredita-se que as ações dos governos ganham maior consistência e os resultados passam a ser melhores a partir do envolvimento da

sociedade civil e do universo empresarial. Daí surge à relevância do ensino em gestão ambiental para estudantes de cursos de Administração, seja com orientação para empresas seja para quaisquer outros tipos de organização em que irá atuar (OLIVEIRA, 2010a; OLIVEIRA, 2010b; COSTA, 2010).

Um estudo semelhante realizado por Coimbra (2011), em sua tese de doutorado, tinha como objetivo principal analisar as abordagens e limitações da Educação Ambiental no ensino superior, a partir da realidade dos cursos de Administração na cidade de Fortaleza, Ceará. A autora realizou uma pesquisa com todas as Instituições de Ensino Superior que oferecem cursos de graduação em administração e apresentavam, em suas matrizes curriculares, a disciplina Gestão Ambiental ou outra correlata de forma obrigatória. Para tanto, foram realizadas entrevistas com professores e aplicação de questionários com discentes. Diante dos resultados, a autora concluiu que apesar dos avanços no que se refere à disseminação de informações sobre a temática ambiental, ainda estão presentes, nos discursos de docentes e discentes, muitas limitações, em relação não apenas ao conteúdo de educação ambiental, mas no próprio conceito de ambiente.

Outro exemplo de estudo nessa área, realizado por Telles (2011), em sua dissertação de mestrado, trata da integração da educação para sustentabilidade na formação de administradores. A pesquisa relata a inserção da disciplina Sustentabilidade, ministrada no último ano do bacharelado em Administração da PUC-SP. Para tanto, a autora realizou entrevistas junto aos docentes do curso de Administração que ministram conteúdos na disciplina Sustentabilidade, e identificou a partir dos discursos dos docentes, que o tema educação para a sustentabilidade foi explorado no trabalho através de diversos olhares de educadores, administradores, economistas e biólogos, que, a partir dos seus estudos, uma nova consciência precisa ser despertada, uma educação do futuro.

Os profissionais e gestores, dos diversos segmentos da sociedade que incorporam critérios de sustentabilidade no exercício profissional, necessitam de uma perspectiva ampla e interdisciplinar para desenvolver procedimentos, envolver os atores sociais na participação das ações, habilidades, atitudes e valores ambientais que permitam adequar-se às novas condições socioambientais e aos riscos ambientais a que nossa sociedade está exposta, em um mundo cada vez mais globalizado (GUERRA; FIGUEIREDO, 2014).

Para Campos e Shigunov Neto (2007),

A tendência atual nas organizações é valorizar cada vez mais profissionais, preocupados com sua formação profissional e pessoal, e com habilidades e

conhecimentos multidisciplinares. Assim, o profissional requisitado pelas organizações deve necessariamente possuir um conjunto de habilidades específicas, ser um membro ativo e participativo na sociedade em que está inserido, ser generalista e ao mesmo tempo ser um especialista, ou seja, as empresas procuram o super profissional.

Autores como Macedo, Freitas e Guerra (2013) ressaltam que:

O destaque das questões sociais e ambientais precisa ser discutido em sala de aula. A capacitação desses graduandos não só com relação à sua função empresarial e profissional, mas também social, é um desafio dos educadores e uma necessidade da sociedade. Para que se alcance uma formação voltada para o social e o ambiental, são necessários profissionais capacitados para inserir essa temática na vida acadêmica dos alunos. A inserção dessa problemática na formação dos administradores é uma responsabilidade que não pode ser negligenciada pelas IES.

Diante do exposto, percebe-se que as Instituições de Ensino Superior exercem sobre a sociedade um papel fundamental que pode contribuir para a formação de uma sociedade justa e, conseqüentemente, sustentável (LACERDA; SILVA, 2014a; SILVA, 2014b; SOUZA, 2014). Ou seja, elas são responsáveis pela formação dos futuros profissionais e tomadores de decisão, de modo que a incorporação de valores, tanto nas disciplinas ministradas em sala de aula quanto na administração de suas estruturas físicas, se torna primordial para a promoção do desenvolvimento sustentável a partir do conhecimento dessas questões.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta pesquisa é de natureza qualitativa que fez uso de procedimentos qualitativos de coleta de dados para fins descritivos. O estudo foi direcionado para os cursos de Bacharelado em Administração nas Instituições de Ensino Superior (IES) do Estado do Rio Grande do Norte. A pesquisa realizou uma abordagem em todas as Faculdades, Centros Universitários e Universidades que possuem o curso Superior em Administração na categoria presencial no Estado.

Para a execução deste estudo, contou-se com a implementação de um estudo multi-casos, de caráter descritivo, e como procedimentos de coletas de dados foi realizada a pesquisa documental e a entrevista com os coordenadores dos cursos e com professores. As informações foram obtidas *in loco*, e assim a observação foi também utilizada como meio de coleta.

3.1 UNIVERSO DA PESQUISA

O universo da pesquisa compreendeu todas as Instituições de Ensino Superior em funcionamento no Estado do Rio Grande do Norte, com cursos na modalidade bacharelado presencial em Administração reconhecidos pelo Ministério da Educação (MEC).

Conforme dados levantados a partir do site do E-MEC, no Rio Grande do Norte existiam, no momento da realização da pesquisa de campo (entre os semestres 2014.2 e início de 2015.2), 22 cursos superiores de Administração.

A constituição do universo de pesquisa é formada da seguinte maneira, a saber: 11 são faculdades particulares atuando em 6 cidades do Estado (Natal, Mossoró, Assu, Caicó e Pau dos Ferros); Três centros universitários atuando na cidade de Natal; Uma única universidade de iniciativa privada atuando nas cidades de Mossoró e Natal; Uma universidade estadual, atuando em duas cidades (Mossoró e Pau dos Ferros), e duas federais, sendo a primeira atuante no município de Mossoró, e a segunda nas cidades de Natal e Currais Novos. Vale salientar, que algumas dessas instituições possuem outros *campi* avançados e núcleos de educação superior, no entanto para os objetivos desta pesquisa, foram estudadas somente as que possuem o curso superior em Administração.

Quadro 1 – Instituições de Ensino Superior com o curso bacharelado em Administração, modalidade presencial, no Estado do Rio Grande do Norte e, respectiva codificação que será utilizada na pesquisa

TIPO DE IES	MUNICÍPIO DO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO	FEDERAL/ESTADUAL/PRIVADA	CODIFICAÇÃO USADA
Faculdade	Natal	Privada	Faculdade 1
Faculdade	Natal	Privada	Faculdade 2
Faculdade	Natal	Privada	Faculdade 3
Faculdade	Parnamirim	Privada	Faculdade 4
Faculdade	Mossoró	Privada	Faculdade 5
Faculdade	Natal	Privada	Faculdade 6
Faculdade	Natal	Privada	Faculdade 7
Faculdade	Natal	Privada	Faculdade 8
Faculdade	Pau dos Ferros	Privada	Faculdade 9
Faculdade	Caicó	Privada	Faculdade 10
Faculdade	Assu	Privada	Faculdade 11
Centro Universitário	Natal	Privada	Centro Universitário 12
Centro Universitário	Natal	Privada	Centro Universitário 13
Centro Universitário	Natal	Privada	Centro Universitário 14
Universidade	Mossoró	Estadual	Universidade 15
Universidade	Pau dos Ferros	Estadual	Universidade 16
Universidade	Mossoró	Federal	Universidade 17
Universidade	Mossoró	Privada	Universidade 18
Universidade	Natal	Privada	Universidade 19
Universidade	Natal	Privada	Universidade 20
Universidade	Natal	Federal	Universidade 21
Universidade	Currais Novos	Federal	Universidade 22

Fonte: Dados da Pesquisa (2015).

3.2 COLETA DE DADOS

A pesquisa de campo compreendeu o período de novembro de 2014 a setembro de 2015, haja vista que durante esse intervalo de tempo houve uma pausa em razão do período de férias o que impossibilitava a realização das idas às Instituições.

Para a coleta de dados utilizou-se as seguintes fontes: o Projeto Pedagógico do Curso (PPC); os coordenadores; os professores dos cursos.

A seguir são apresentados os procedimentos de coleta de dados com os quais foram realizadas as análises.

3.2.1 Análise Documental

A análise documental segundo Martins e Theóphilo (2009, p.55), “é característica dos estudos que utilizam documentos como fonte de dados, informações e evidências”. Além de análise da legislação específica a temática, foi consultado também o site do Ministério da Educação, através de uma ferramenta denominada E-MEC, em que estão credenciadas todas as IES que possuem o curso de Administração do Estado do Rio Grande do Norte.

O Projeto Pedagógico do Curso é o documento orientador de um curso, contendo as políticas acadêmicas institucionais, composto por: competências estabelecidas a partir do perfil do egresso; estrutura curricular; ementas; bibliografia necessária para as estratégias de ensino; os docentes; os laboratórios e a infraestrutura de apoio para o funcionamento do curso (BRASIL, 2006).

A análise do PPC está relacionada com o seguinte objetivo específico: Verificar se a questão ambiental é abordada nos Projetos Pedagógicos dos Cursos dos Cursos de Universidades Potigüares.

No PPC, foi utilizado um Check-List (APÊNDICE C) contendo algumas questões afirmativas relacionadas com a temática ambiental e se estava contemplada no documento. Ao lado das afirmativas havia opções de marcação em “Sim” ou “Não” para cada uma delas. Para isso, o PPC foi lido anteriormente com o intuito de facilitar a busca.

Ainda foram realizadas anotações em campo através do material de observação *in loco* nas visitas às Instituições, e ainda, consultadas as matrizes dos cursos disponibilizadas pelo próprio coordenador ou disponíveis nos sites das IES pela internet.

Quadro 2 – Disponibilidade do Projeto Pedagógico de cada curso pesquisado

CODIFICAÇÃO DAS IES	PPC ONLINE	GRADE ONLINE	PPC DISPONIBILIZADO PELO COORDENADOR	OBSERVAÇÕES
Faculdade 1	Não	Não	Não	A política da Instituição não permite a disponibilização
Faculdade 2	Não	Não	Não	A política da Instituição não permite a disponibilização
Faculdade 3	Não	Não	Não	A política da Instituição não permite a disponibilização
Faculdade 4	Não	Não	Não	Diretor Acadêmico não permitiu
Faculdade 5	Não	Não	Sim	Coordenador disponibilizou via e-mail
Faculdade 6	Não	Não	Não	Sem autorização da Instituição
Faculdade 7	Não	Não	Não	O colegiado está fazendo alterações e não permitiu a disponibilização
Faculdade 8	Não	Sim	Não	Apenas a grade curricular está disponível no site. Quanto ao PPC não podemos ter acesso
Faculdade 9	Não	Não	Não	Coordenador não disponibilizou
Faculdade 10	Não	Não	Sim	A coordenadora do curso disponibilizou o PPC em material digital
Faculdade 11	Não	Não	Não	Coordenadora não tinha autorização da Instituição
Centro Universitário 12	Não	Sim	Não	Apenas a grade curricular está disponível no site da Instituição, quanto ao PPC não temos acesso
Centro Universitário 13	Não	Sim	Não	Apenas a grade curricular está disponível no site da Instituição, quanto ao PPC não temos acesso
Centro Universitário 14	Não	Sim	Não	Apenas a grade curricular está disponível no site da Instituição, quanto ao PPC não temos acesso
Universidade 15	Não	Sim	Sim	O PPC foi disponibilizado em material digital pelo coordenador
Universidade 16	Não	Sim	Sim	A grade do curso encontra-se disponível na internet,

				porém o PPC foi disponibilizado em material digital pelo coordenador
Universidade 17	Sim	Sim	Sim	A grade curricular está disponível no site da Instituição, assim como os dois PPCs vigentes
Universidade 18	Sim	Não	Sim	O PPC está disponível no site da Instituição
Universidade 19	Sim	Não	Sim	O PPC está disponível no site da Instituição
Universidade 20	Sim	Não	Sim	O PPC está disponível no site da Instituição
Universidade 21	Sim	Sim	Sim	Tanto o PPC quanto a grade curricular estão disponíveis no site da Instituição
Universidade 22	Sim	Sim	Sim	Tanto o PPC quanto a grade curricular estão disponíveis no site da Instituição

Fonte: Dados da Pesquisa (2015).

3.2.2 Entrevistas semiestruturadas

O processo de coleta de dados da entrevista semiestruturada com os coordenadores foi realizado com a utilização de um roteiro básico, mas flexível, com perguntas abertas, por meio das quais procurou enfatizar os pontos de interesse que respondessem aos objetivos da pesquisa.

A entrevista é um procedimento de coleta de dados que se caracteriza como uma “técnica de pesquisa para a coleta de informações, dados e evidências cujo objetivo básico é entender e compreender o significado que entrevistados atribuem a questões e situações” (MARTINS; THEÓPHILO, 2009 p. 88).

As entrevistas ocorreram no próprio local de trabalho dos entrevistados. Os participantes das entrevistas foram todos os coordenadores dos cursos de Administração das IES no Rio Grande do Norte, correspondendo a um número de 22 coordenadores, e cada um destes indicaria um ou mais professores do curso que tivessem a formação ambiental, ou que ministrasse disciplinas obrigatórias, eletivas ou relacionadas à temática ambiental, ou ainda que tivesse envolvimento com a área dentro ou não da Instituição. No entanto, cada

coordenador indicou apenas um docente do curso para a entrevista¹, fato que pode ser relacionado com a carência na qual a questão ambiental é ainda pouco presente em cursos de Administração.

É importante destacar que para categoria de entrevistado foi utilizado um instrumento de coleta de dados distinto, ou seja, um para coordenador (APÊNDICE A), e outro para docente (APÊNDICE B). Desta feita, foram realizadas as entrevistas com um total de 44 pessoas.

As entrevistas foram previamente agendadas, de acordo com a disponibilidade de cada participante e realizadas de maneira individual. A média de duração das entrevistas foi de 30 a 40 minutos com os coordenadores, e entre 20 e 30 minutos para os professores dos cursos.

Todas as entrevistas foram gravadas, levando em consideração as questões éticas ou não de sigilo dos entrevistados. Três pontos foram esclarecidos aos participantes da pesquisa: 1- A participação é voluntária; 2- Foram informados os riscos da pesquisa relacionados ao bem-estar do respondente; 3- O entrevistado poderia optar pela interrupção da pesquisa a qualquer momento.

Vale ressaltar, que os três pontos destacados acima estavam descritos em documento entregue aos entrevistados logo no início da pesquisa, denominado Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) para a sua devida assinatura como participante da pesquisa, bem como da oportunidade de escolha da divulgação ou não do seu nome no estudo.

Em seguida as entrevistas foram transcritas e transformadas em texto, com o objetivo de destacar as ideias essenciais que correspondam aos objetivos da pesquisa mediante a fala dos entrevistados.

Quadro 3 – Agrupação das IES de acordo com a formação do coordenador do curso de Administração e a disciplina lecionada pelo professor entrevistado

CODIFICAÇÃO DAS IES	FORMAÇÃO DO COORDENADOR	DISCIPLINA NO CURSO LECIONADA PELO(A) PROFESSOR(A) SELECIONADO(A)
Faculdade 1	Graduação e Mestrado em Administração, com especialização também na área	Fundamentos de Economia e Fundamentos de Direito tributário
Faculdade 2	Graduação em Administração e Mestrado em Engenharia de Produção	Gestão do Terceiro Setor e Gestão Ambiental
Faculdade 3	Graduação e Mestrado em Administração	Economia, disciplinas na área de finanças e TCCs

¹Com exceção do curso de administração de uma das Universidades, em que a coordenadora indicou duas professoras, mas uma delas é a orientadora deste estudo e de projeto de pesquisa com semelhante temática, e preferiu não participar como entrevistada por julgar que poderia enviesar resultados.

Faculdade 4	Graduação e Mestrado em Administração	Gestão Ambiental
Faculdade 5	Graduação em Administração, mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente, com MBA em logística empresarial	Administração da produção e empreendedorismo
Faculdade 6	Graduação em Administração, com especialização em RH	Disciplinas focadas em Marketing e Gestão de pessoas
Faculdade 7	Graduação em Administração e Mestre em gestão Estratégica de Negócios	Matemática básica, estatística e matemática financeira
Faculdade 8	Graduação e Mestrado em Administração, Doutorando em Políticas Públicas	Matemática básica, estatística e matemática financeira
Faculdade 9	Graduação em Administração e Especialização em Marketing a Sistemas Agroindustriais	Metodologia do Trabalho Científico
Faculdade 10	Formação Tecnológica em Executivo com especialização em Administração	Gestão Ambiental/ Sustentabilidade e Desenvolvimento
Faculdade 11	Graduação em Administração e Mestranda em Ciências Sociais	Disciplinas na área de finanças
Centro Universitário 12	Graduação e Mestrado em Administração	Logística, Administração da produção, Administração de Serviços
Centro Universitário 13	Graduação e Mestrado em Administração, Doutoranda em Ciências Sociais	Filosofia e Responsabilidade Social
Centro Universitário 14	Graduação em Administração	Sustentabilidade, Organizações e Métodos, RH, Empreendedorismo
Universidade 15	Contador, Mestre em Educação, Doutor em Ciências da Educação	Administração de Recursos Materiais e Patrimoniais, Fundamentos da gestão pública e Administração rural
Universidade 16	Graduação em Administração e Mestre em Gestão de Organizações	Administração Municipal, Estágios Supervisionados I e II, e Processo Decisório
Universidade 17	Graduação, Mestrado e Doutorado em Administração	Organização, Sistemas e Métodos e a optativa de Direito Ambiental
Universidade 18	Graduação e Mestrado em Administração	Meio Ambiente e Sustentabilidade e Responsabilidade social
Universidade 19	Graduação e Mestrado em Administração	Meio Ambiente e Sustentabilidade, TCCs e Estágio Supervisionado
Universidade 20	Graduação e Mestrado em Administração	Meio Ambiente e Sustentabilidade e Responsabilidade social
Universidade 21	Graduação, Mestrado e Doutorado em Administração	Sistemas de Gestão da Informação
Universidade 22	Graduação e Mestrado em Economia	Introdução a Administração, Teoria das Organizações e Marketing

Fonte: Dados da Pesquisa (2015).

3.3 ANÁLISE DE DADOS

A pesquisa qualitativa preocupa-se em analisar e interpretar os aspectos mais profundos e análise mais detalhada da investigação (MARTINS; THEÓPHILO, 2009). Os autores ressaltam que esse tipo de pesquisa permite maior compreensão do objeto, bem como do contexto no qual está inserido, o que traz uma visão ampla e mais aprofundada do foco de investigação. Dessa forma, optou-se por trabalhar com uma abordagem essencialmente qualitativa. Foi iniciada a partir de levantamento bibliográfico e documental que contemplaram aspectos de ordem conceitual e técnica.

Os dados coletados foram analisados através do método de Análise de Conteúdo possibilitando que se investigue em profundidade entrevistas e discursos.

Segundo Martins e Theóphilo (2009, p. 98), “é uma técnica de se estudar e analisar a comunicação de maneira objetiva e direta”.

A análise de conteúdo abrange três etapas fundamentais para sua organização: a) a pré-análise, que é a coleta e organização do material; b) exploração do material, que é o estudo profundo do material, orientado pelas hipóteses e referencial teórico; e c) interpretação inferencial com os quadros de referência, em que os resultados são tratados de forma a serem significativos e válidos (MARTINS; TEÓPHILO, 2009).

As entrevistas foram transcritas e a partir das leituras e análises dos textos, as respostas dos entrevistados foram sistematizadas em quadros construídos referentes às categorias analisadas aos objetivos da pesquisa.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nesta seção, serão apresentados trechos das entrevistas, dados coletados e suas relações com as teorias apresentadas no referencial teórico, bem como apontamentos no sentido de encontrar convergência ou discrepância entre os discursos dos entrevistados.

As entrevistas foram realizadas entre os anos de 2014-2015, no próprio espaço das instituições e aplicadas de acordo com a disponibilidade dos entrevistados. Num primeiro momento, foram entrevistados os coordenadores de cursos superiores em administração das Instituições de Ensino Superior (IES) do Estado do Rio Grande do Norte e, em seguida, os professores também dos cursos de administração indicados por esses coordenadores também foram entrevistados.

4.1 ANÁLISE DAS ENTREVISTAS DOS COORDENADORES

Analisando as respostas dadas pelos entrevistados às questões que formam o roteiro do Apêndice A, apresentam alguns aspectos que merecem ser salientados. O roteiro de entrevista aos coordenadores apresenta um total de 28 questões, entre essas, questões sobre a formação acadêmica do entrevistado, algumas específicas sobre o curso, afirmação ou negação para algumas perguntas e outras questões abertas deixando o entrevistado livre, com o intuito de obter o maior número de informações possíveis quanto à forma como o aspecto ambiental é trabalhado no escopo dos cursos pesquisados.

Os coordenadores dos cursos em administração das IES foram questionados como viam o papel dos futuros administradores em relação às questões ambientais. Quanto a isso, todos os entrevistados afirmaram ser uma temática de fundamental importância para a formação dos futuros administradores frente às organizações, como pode ser observado através da fala do coordenador da faculdade 5:

Eu, como administrador que atuo na área, né? Eu vejo que é fundamental, ele tem que ter uma visão que não deve ser rasteira, ele tem que se aprofundar no tema, porque tem problemas chave que envolvem a questão ambiental, que estão muito relacionadas a qualidade, hoje você não tem como fugir da segurança, da qualidade, seja no ambiente de trabalho ou no espaço que a empresa está inserida publicamente, porque a empresa é um ente que presta ali um serviço e com certeza ela está lá. Então, o administrador, o gestor que vai tomar conta da empresa, vai participar dos processos, ele tem que ter essa visão porque é um licenciamento que ele precisa, porque é algo com relação a resíduos que ele não pode jogar em

qualquer lugar, ele vai ser cobrado. Aqui, na nossa cidade, a gente tem um plano diretor e é bastante cobrado com relação aos destinos.

Segundo Gonçalves-Dias et al. (2009), muitos dos egressos da graduação em Administração provavelmente ocuparão cargos estratégicos nas organizações e poderão ter, em algum grau, influência na criação e implementação de diferentes modelos de gestão. Nesse sentido, observa-se a importância do gestor assumir uma postura profissional dentro das perspectivas socioambientais. Dessa forma, para que o futuro administrador possua tais habilidades é necessário que as questões ambientais estejam presentes no seu processo de formação.

Quando questionados se a questão ambiental é trabalhada de alguma forma no curso de administração em que atuam enquanto coordenadores, e de que forma acontecia essa inserção, os entrevistados responderam que sim, a questão ambiental é uma temática tratada no curso, e que a atuação se dava de diversas maneiras, a partir de disciplinas obrigatórias ou eletivas na grade curricular, de forma transversal em outras disciplinas ao longo do curso e através de eventos ou projetos que tratem direta ou indiretamente da questão ambiental, como pode ser observado através das falas dos entrevistados no quadro 4 abaixo:

Quadro 4 – Respostas dadas pelos coordenadores entrevistados acerca da inserção da questão ambiental nos cursos que coordenam, segundo formas das suas principais ações

FORMAS DE INSERÇÃO	RESPOSTAS
Diversidade de atuação	<p>Aqui no curso de administração, não temos uma disciplina específica da área ambiental, o que nós temos são alguns professores que nas suas disciplinas e quando conveniente, fazem essa discussão em sala de aula. Também não temos projetos específicos, mas nós fazemos uma atividade aqui bem interessante, que é a limpeza na praia, onde todos os cursos participam (COORDENADOR DA FACULDADE 1).</p> <p>Então, com relação ao curso, eu vejo que a gente poderia ter mais algumas disciplinas focadas na área ambiental, aqui a gente dispõe de uma disciplina optativa na verdade, que é de gestão ambiental [...] e trabalhamos na extensão com um projeto que faz a coleta de resíduos eletrônicos, e</p>

	<p>envia para uma empresa que faz a destinação correta (COORDENADOR DA FACULDADE 5).</p>
	<p>Sim, trabalhamos essa questão não com uma disciplina obrigatória, só na disciplina de responsabilidade social, não temos projetos que relacionem essa temática, mas fazemos visitas técnicas ou a campo, como a lixões (COORDENADOR DA FACULDADE 6).</p>
	<p>A temática faz parte da ementa de várias disciplinas do curso como empreendedorismo e Direito Empresarial. Para que a questão seja trabalhada mais a fundo, nós temos uma disciplina especialmente voltada à temática: Gestão Ambiental. Nela, os alunos conseguem visualizar todos os aspectos relacionados ao tema e a sua importância para uma gestão de qualidade. Além disso, nós temos um projeto de extensão chamado “Caravana de Empreendedorismo Sustentável” que ocorre anualmente, onde os alunos tem a oportunidade de conhecer os processos produtivos de empresas que atuam na perspectiva da sustentabilidade na região (COORDENADOR DA FACULDADE 11).</p>
	<p>Sim, nós começamos a enxergar as questões ambientais principalmente na ligação com passivos ambientais, além de questões de ordem de clima organizacional. E no tocante a ambiental mesmo, as optativas do curso, a partir do sexto período nós temos cinco optativas, a gente coloca sempre disciplinas voltadas a questões ambientais. E também temos professores envolvidos na pesquisa e na extensão (COORDENADOR DA UNIVERSIDADE 15).</p>
	<p>Sim. Ela é trabalhada. Primeiro, nós temos</p>

	<p>um grupo de pesquisa, que é o NEOP – Núcleo de Estudos Organizacionais do Alto Oeste Potiguar. E lá nós temos três linhas de pesquisa, uma é voltada para gestão empresarial, outra para gestão pública e uma terceira voltada para meio ambiente e agronegócios. Temos muitos TCC's ligados a esses temas do grupo de pesquisa. nós não temos disciplinas obrigatórias, mas é raro o semestre em que nós não temos uma disciplina optativa nessa área. Semestre passado a gente teve uma disciplina de Desenvolvimento Sustentável, Gestão Ambiental na empresa e Gestão Ambiental e Agronegócio. Então, volta e meia nós sempre temos uma dessas disciplinas em pauta, sendo ofertadas como optativas (COORDENADOR DA UNIVERSIDADE 16).</p>
	<p>Através da disciplina obrigatória, Meio Ambiente e Sustentabilidade é o nome da disciplina. Na grade atual, eles veem essa disciplina na segunda série. Ela consta no PPC. É até uma orientação do MEC que a gente trabalhe essa disciplina Meio Ambiente e Sustentabilidade e que dentro dessa disciplina eles trabalhem as questões das normas, a questão do meio ambiente, a questão da sustentabilidade e desenvolvem uns trabalhos práticos dentro das cidades e arredores (COORDENADOR DA UNIVERSIDADE 18).</p>
	<p>Sim. Temos disciplina obrigatória na grade curricular do curso de administração e temos</p>

	<p>também as eletivas. Ainda contamos com uma professora no curso que trabalha com a tecnologia de informação verde, ela desenvolve pesquisa nessa temática não só na graduação, tem também no mestrado de administração (COORDENADOR DA UNIVERSIDADE 21).</p>
<p>EA na estrutura curricular</p>	<p>Trabalhamos a questão ambiental no curso sim, através da disciplina de Gestão Ambiental e de um projeto de extensão (que não conheço muito bem), e tanto a disciplina quanto o projeto são atividades desenvolvidas pelo mesmo professor, que inclusive tem formação na área (COORDENADOR DA FACULDADE 2).</p>
	<p>Através da disciplina de Gestão Ambiental, também em outras disciplinas e estamos pensando em um projeto para arborizar o entorno da instituição. Como a instituição tem pouco tempo de funcionamento, estamos pensando ainda em alguns projetos para desenvolver (COORDENADOR DA FACULDADE 4).</p>
	<p>É sim. No 6º período os alunos têm uma disciplina de 60 horas voltada para o meio ambiente. Mas ainda não temos projetos (COORDENADOR DA FACULDADE 7).</p>
	<p>Aqui no curso da Faculdade, a gente tem trabalhado a questão dentro da disciplina especificamente Gestão Ambiental, a preocupação dele, principalmente nos TCCs, quando eles estão realizando as pesquisas deles que eles escolhem e se apaixonam pela disciplina de gestão ambiental. É tanto que a disciplina de Gestão Ambiental é no sétimo período, a gente puxou para o quinto período, porque eles terminam se apaixonando no finalzinho do curso, então a gente já puxou para o quinto período</p>

	(COORDENADOR DA FACULDADE 10).
	<p>Sim. Tem uma disciplina obrigatória no PPC de 2009, e vai continuar, permanecer e já está no PPC de 2015, que é a disciplina gestão ambiental e responsabilidade social. Mais também tem algumas disciplinas que trabalham essa temática, por exemplo, em marketing tem um capítulo, uma aula que a gente dedica para a relação do marketing com a parte ambiental. Dentre outras disciplinas, pois a professora X trabalha também a questão social (COORDENADOR DA UNIVERSIDADE 17).</p>
	<p>Trabalhamos sim com a questão ambiental, transversalmente nas disciplinas e temos um professor que tem a formação na área que aplica exemplos de estudos de caso, visitas técnicas a empresas que tem certificação ambiental. Temos também uma disciplina obrigatória de meio ambiente com a questão da responsabilidade social (COORDENADOR DA UNIVERSIDADE 20).</p>
	<p>Nós estamos inseridos num contexto e numa realidade de micro e pequenas empresas, então nosso tronco flexível é muito mais voltado para essa área do que para outra área. Para não dizer que nós não trabalhamos a questão ambiental no curso, no novo currículo nós colocamos uma disciplina optativa, por lembrar que não em Curráis Novos, mas que no entorno tem muita a questão das cerâmicas. Então, tem essa questão ambiental forte de queimar as madeiras e haver o desmatamento, pensando nisso colocamos uma disciplina, mas o curso não está voltado para essa questão porque o ambiente de empresas micro e pequenas é muito maior nesse universo</p>

	(COORDENADOR DA UNIVERSIDADE 22).
EA interdisciplinar	Sim. Apesar de não termos disciplina obrigatória, mas trabalhamos de forma transversal como, por exemplo, em Sociologia, Economia e Responsabilidade Social, e os alunos tem que pagar 3 disciplinas optativas e no leque temos direito ambiental e logística reversa, por exemplo (COORDENADOR DA FACULDADE 3).
	Semestralmente nós fazemos atividades complementares. A gente optou por fazer atividades diversas. Nós temos uma atividade que é tradicional aqui que é chamada de colóquio e nós vamos para a quarta educação do colóquio de administração. Então tratamos de temas relacionados até agora a Ética, a Diversidade de Organizações, organizações públicas, organizações do terceiro setor, e também a gente tem trazido essa parte da gestão ambiental. Nas reuniões também nós abordamos, pedimos para os professores abordarem essas questões, dentro de suas próprias disciplinas (COORDENADOR DA FACULDADE 8).
	A questão ambiental foi inserida recentemente no Projeto Pedagógico. Antes ela não estava, nós fizemos a adequação de acordo com o que se determina a legislação corrente, mas mesmo antes da gente estar com essa menção no Projeto Pedagógico já havia essa discussão [...]. Já foram organizadas algumas visitas técnicas, com o foco bem nessa área (COORDENADOR DA FACULDADE 9).
	De forma transversal. Não temos disciplina específica, mas é vista transversalmente nas disciplinas (COORDENADOR DO CENTRO UNIVERSITÁRIO 12).
	Sim. Nas disciplinas de forma transversal e nas

	disciplinas eletivas. O professor de responsabilidade social também trabalha com projetos, na entrevista ele pode explicar melhor (COORDENADOR DO CENTRO UNIVERSITÁRIO 13).
	Sim, No curso, os alunos têm o incentivo em projetos integradores com a temática ambiental, é uma forma de incentivar a educação e preservação do meio ambiente e a prática de gestão mais sustentáveis (COORDENADOR DO CENTRO UNIVERSITÁRIO 14).
	Temos uma disciplina obrigatória e outra optativa com essa temática. Além disso, trabalhamos aqui com visitas a campo com os alunos de administração em parceria com o curso de contabilidade (COORDENADOR DA UNIVERSIDADE 19).

Fonte: Dados da Pesquisa (2015).

Dessa forma foi identificado nesse quesito através da fala dos entrevistados, que a aplicação da temática ambiental nos cursos de administração das IES pesquisadas é realizada com a utilização de trabalhos interdisciplinares. Verificou-se que os cursos incorporam os conteúdos relacionados à sustentabilidade como tema transversal utilizando metodologias que envolvem disciplinas, projetos de pesquisa ou extensão e palestras (na forma de eventos). No entanto, é possível ainda perceber nos discursos dos coordenadores que em alguns cursos de administração pesquisados, as atividades ocorrem de modo pontual através de datas ou momentos específicos que tratem a questão do meio ambiente, não havendo assim uma continuidade do assunto.

No sentido de inserir a temática ambiental no processo educativo das IES, passa-se a justificar a importância vital de trabalhar tais questões em espaços que haja diálogos e difusão de ideias no sentido de suscitar a prática adequada, que impulse a educação ambiental, seja ela trabalhada através das disciplinas, em feiras e eventos, ou atividades dinâmicas e extracurriculares (RUSCHEINSKY, 2012).

Em relação à importância de contemplar a questão ambiental no Projeto Político Pedagógico do Curso percebe-se através da fala dos respondentes que além de criar uma questão cultural na instituição, preparação dos futuros gestores para o mercado de trabalho, há também a importância de legalizar as questões ambientais conforme orientação dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), além da educação ambiental, trabalhar com outras temáticas, entre elas as étnico-raciais, cultura afro-brasileira, indígena, quilombola e o ensino de libras.

Interdisciplinaridade. A gente não tem como definir onde o nosso aluno vai trabalhar. Se ele sair e ele for trabalhar numa empresa de agronegócio tem questão ambiental. Se ele sair daqui e for trabalhar num hospital, tem questão ambiental. Se ele sair e for trabalhar numa indústria, tem questão ambiental, né? Se você observar, hoje a gerente de recursos humanos da Empresa X é minha ex-orientanda. A gestora da Empresa Y é minha ex-aluna. Um dos gestores da Empresa Z é ex-aluno. Da Cooperativa W tem três alunos trabalhando lá. Então se a gente não falar aqui dentro eles não vão conseguir alcançar a profundidade do que eles necessitam saber. Então aqui na verdade se a gente disser que aqui a gente vai sanar todas as dúvidas, os anseios, não vamos, até porque a gente não tem esse conhecimento tão aprofundado, mas aqui é o “start” é aqui onde ele vai ver que existe (Coordenador da Universidade 15 – nomes das empresas foram substituídos por razões de privacidade).

Primeiro, atender ao MEC. Como é uma solicitação, uma exigência deles, a gente precisa realmente ter. E se o MEC exige é porque realmente se tem uma importância. Então, tudo que é trabalhado dentro do curso precisa estar registrado no PPC, tanto para comprovar para o Ministério da Educação, como para que a gente tenha um embasamento (quando chega um professor novo, quando a gente vai apresentar o projeto para os alunos do curso), para que eles entendam que aquilo ali é algo que faz parte da nossa política, que está registrado em nossos documentos e que vai reger todo o período que estiverem aqui, no processo de ensino-aprendizagem. Então, o registro no PPC é de fundamental importância (Coordenadora da Universidade 18).

Analisando as falas dos entrevistados percebe-se uma diferença no modo de ver a real importância de tratar as questões ambientais no escopo dos atuais cursos de administração.

O primeiro trecho apresentado enfatiza a importância de abordar as questões ambientais na formação do futuro administrador, tendo em vista o seu caráter interdisciplinar em atuar nos diversos segmentos do mercado de trabalho, no entanto a fala do entrevistado não contempla a importância dessa questão para o texto do principal documento que norteia o curso, o PPC. Tal fato corrobora a análise do documento do curso da Universidade 15 em que foi identificada a ausência da inserção da questão ambiental na escrita do documento, o que reflete o não cumprimento da legislação que preconiza a introdução dessa temática nos

sistemas de ensino. No segundo trecho apresentado é perceptível que a preocupação inicial da respondente tem um direcionamento mais voltado para o aspecto legal, em atender os parâmetros exigidos pelo Ministério da Educação (MEC), que tais ações devem estar documentadas em consonância com a política desenvolvida pela Instituição.

Por outro lado, no decorrer do trecho apresentado acima e da continuidade da entrevista, a respondente da Universidade 18 ressalta que é um tema de necessidade atual para os futuros administradores, e que por isso desde o início das reuniões sobre a elaboração do PPC, tal questão vem sendo inserida através de disciplina obrigatória ministrada por um docente especialista na área, e que ainda desenvolve projetos de caráter ambiental com discentes do curso de administração.

Dos 22 coordenadores entrevistados, 16 afirmaram que a temática ambiental está presente nos documentos que regem o curso e, 6 afirmaram que nos PPCs dos cursos que coordenam não há menção da questão ambiental nem tampouco da legislação pertinente a área.

Sobre isso, Batista e Ramos (2011) afirmam que a incorporação da dimensão ambiental no âmbito da formação constitui-se, assim, em um dos principais desafios a serem enfrentados pelos educadores e pelas instituições de ensino. A partir de uma perspectiva humanizadora do processo educativo, entende-se que a presença do enfoque ambiental se faz absolutamente necessária, constituindo-se em um desafio das instituições de ensino, compreendendo que a tarefa da educação é formar para uma atitude responsável e a partir de uma consciência e responsabilidade social.

No entanto, quando os coordenadores foram perguntados se as questões ambientais estavam bem contempladas nos cursos em que coordenam, as falas apresentaram-se de forma diversificadas, como apresenta o quadro 5 abaixo:

Quadro 5 – Respostas dos coordenadores se as questões ambientais estão bem contempladas nos cursos

<p>“Não, ainda temos que buscar melhorias e dar mais atenção a essa temática” (Coordenadora da Faculdade 1).</p>
<p>“Sim, estão” (Coordenadora da Faculdade 2).</p>
<p>“Sim, de forma transversal” (Coordenadora da Faculdade 3).</p>
<p>“Sim” (Coordenadora da Faculdade 4).</p>
<p>“Não, eu acho que poderiam estar mais bem contempladas, por exemplo, se a gente ofertasse uma disciplina como obrigatória [...]” (Coordenador da Faculdade 5).</p>
<p>“Acho que poderia ser mais abordado” (Coordenador da Faculdade 6).</p>

“Sim, com a carga horária movida pelo MEC sim” (Coordenador da Faculdade 7).
“Eu não tenho elementos para lhe dar um juízo de valor que elas estão bem contempladas, nós procuramos trabalhar e sempre temos a melhorar [...] não estamos bem contemplados, até pelo fato de não posicionarmos uma disciplina fundamental de caráter de disciplina optativa” (Coordenador da Faculdade 8).
“Eu considero que nós ainda estamos numa fase incipiente, haja visto que, ações decorreriam inicialmente muito pela formação dos profissionais, sem ainda um envolvimento global dos professores [...]” (Coordenador da Faculdade 9).
“Se eu tivesse que dar a nota de um a dez, eu daria cinco. [...] Porque, na verdade, está mais restrito às disciplinas e eu entendo que tem que ter essa visão mais holística” (Coordenadora da Faculdade 10).
“Acredito que sim, tendo em vista que além das disciplinas que abordam o conteúdo, trabalhamos com um projeto de extensão específico para a área” (Coordenadora da Faculdade 11).
“De forma transversal acredito que sim” (Coordenadora do Centro Universitário 12).
“Ainda não, precisa de um reforço” (Coordenadora do Centro Universitário 13).
“Sim, estão bem contempladas” (Coordenador do Centro Universitário 14).
“Assim, ainda é algo muito nebuloso, até onde vai à atuação do administrador nisso, mas eu considero que hoje estão bem contempladas, principalmente porque a nossa matriz curricular não tem só nossas disciplinas, a gente também tem disciplinas de gestão ambiental, então a gente chama os professores do curso na área e eles também ministram disciplinas aqui” (Coordenador da Universidade 15).
“Elas acabam estando como eu falei, devido a essa iniciativa isolada dos professores que acabam formando um coletivo. A própria atuação dos professores tem feito isso. Então, o que a gente está querendo agora é institucionalizar de forma mais clara, dando até um enfoque para essas disciplinas dentro da grade, da matriz obrigatória” (Coordenadora da Universidade 16).
“Acredito que sim. [...] temos dois professores que trabalham isso, não só no ensino mais na pesquisa e na extensão [...]” (Coordenadora da Universidade 17).
“Sim. Como a gente tem essa disciplina específica, então não tem como fugir. Mas, além disso, dentro de outras disciplinas como Antropologia e Cultura, como o próprio Empreendedorismo, a gente vê o trabalho prático dos alunos, muitas vezes eles já levando o foco do empreendedorismo para esse lado ambiental” (Coordenadora da Universidade 18).
“Sim” (Coordenadora da Universidade 19).
“Sim, temos disciplinas e projetos na área” (Coordenador da Universidade 20).
“Sim, eu acredito que estão bem contempladas” (Coordenador da Universidade 21).
“Não estão” (Coordenadora da Universidade 22).

Fonte: Dados da Pesquisa (2015).

Os dados gerados no quadro 5, permitem identificar que as questões ambientais vem sendo trabalhadas nos cursos de administração das IES pesquisadas, sendo que em alguns desses cursos a percepção dos coordenadores é de que a atenção dada a tais questões ocorrem de forma mais incentivadora do que em outras. Enquanto que em algumas Instituições o curso de administração aborda a questão ambiental através de disciplina obrigatória e em projetos onde os alunos encontram-se envolvidos, outras Instituições não possuem sequer uma disciplina eletiva/optativa, e ainda assim, os coordenadores afirmaram que as questões ambientais estavam bem contempladas. No entanto, alguns outros coordenadores reconheceram esse ponto ainda como falho no curso, afirmando que as questões ambientais não estavam sendo trabalhadas como deveriam e que precisavam de melhorias.

Tratando especificamente dos Projetos Pedagógicos dos Cursos, os coordenadores foram indagados se havia um tempo regular para revisão do documento ou das ementas das disciplinas. Quanto a isso, todos os coordenadores responderam que não havia um tempo específico, que a revisão só ocorre mediante a necessidade de inclusão de novas propostas ou a modificação de algum item no documento, no entanto, alguns dos respondentes acrescentaram afirmando que a leitura dos PPCs estava sendo constantemente realizada durante as reuniões do Núcleo Docente Estruturante (NDE) dos cursos de administração nas IES pesquisadas.

Outro questionamento feito aos coordenadores foi o de que se houvesse a oportunidade de mudanças em relação às questões ambientais no PPC se a fariam. Alguns coordenadores afirmaram que não teriam nenhuma modificação, alegando que o documento já aborda a temática ambiental de forma específica no documento que rege o curso, bem como já vem sendo trabalhada através de disciplinas e atividades paralelas no curso e na Instituição, como pode ser observado no relato do coordenador da faculdade 9, “Não. Não vejo necessidade de mudanças, até porque já está explicitado, o que eu vejo como maior necessidade hoje é consolidar mesmo a cultura para as práticas [...]”. O entrevistado reconhece que a temática ambiental, bem como a legislação específica da área, é tratada no PPC do curso de administração em que coordena, porém apresenta que a carência está em manter tais práticas de modo efetivo e contínuo.

Diante da mesma linha de raciocínio do entrevistado anterior, a coordenadora da Universidade 18 afirma que,

Não. O nosso PPC foca bem a questão ambiental e a importância, de acordo com a exigência do MEC. Então, a gente mantém já o que já tem lá hoje,

percebendo que essas disciplinas continuam nas grades do curso e não teria muito que acrescentar.

No entanto, a grande maioria dos respondentes afirmou que sim, teriam modificações no documento, principalmente no que se refere à institucionalização de disciplinas optativas de caráter ambiental passarem a ser obrigatórias na grade curricular do curso, como acrescenta o entrevistado da faculdade 8 “Sim, em relação a possuir disciplina de caráter obrigatório e ampliar a carga horária”. Outra mudança necessária apontada pelos coordenadores é a ênfase escrita quanto aos aspectos legais da temática ambiental no PPC dos cursos, fato apontado, por exemplo, pelo coordenador da Universidade 15, que enfoca a carência da legislação ambiental no curso que coordena:

E até teria. A parte de legislação, que na verdade é um dos pontos que a gente imagina para o próximo [PPC]. Legislação. A gente fala em impactos impessoais, impactos financeiros, impactos econômicos, impactos sistêmicos. Mas a parte de legislação eu acho que tanto a gente tem essa sede como trazer mais real para o curso.

Do total de 22 coordenadores entrevistados, 9 responderam que se houvesse a oportunidade de mudança nos PPCs em relação às questões ambientais que a fariam, contudo 13 coordenadores afirmaram que a temática já está bem contemplada nos cursos de administração em que coordenam, sem necessidade de alteração.

Ainda sobre o PPC, foi questionado se no documento há a consideração de aspectos legais de educação ambiental. É importante ressaltar que dos 22 coordenadores entrevistados, apenas dez instituições cederam o documento para análise, os demais justificaram que a Instituição a qual estão vinculados não autorizava a divulgação ou leitura do PPC. Destaca-se que uma das Universidades possui três *campi* com o curso de administração atuando, no entanto é o mesmo PPC para todas essas unidades que possui o curso.

De doze instituições que não permitiram a análise, dez coordenadores afirmaram na entrevista que o documento faz menção aos aspectos legais da EA, regida pela Lei nº 9.795/1999, no entanto, a verificação desta afirmativa não pode ser feita. Das outras dez instituições que cederam o documento para que fosse realizada a análise, quatro coordenadores responderam que não havia menção dos aspectos legais de EA no PPC, o que realmente foi constatado após a leitura destes, como também para os seis outros entrevistados que afirmaram que havia sim a presença da legislação específica de EA no documento. Depois das leituras de cada um desses PPCs foi corroborado o que disseram os coordenadores desses cursos, havia sim a menção de EA nos documentos que regem os cursos pesquisados.

Sobre a elaboração e implementação das questões ambientais na estrutura curricular dos cursos que coordenam, os entrevistados foram perguntados se sentiam desafios ou dificuldades para a realização desse processo. Em sua maioria, os entrevistados responderam que não viam desafios em aplicar as questões ambientais nos cursos de administração pesquisados, pelo contrário, os professores e alunos sempre se apresentavam motivados pela temática, como afirma a coordenadora da Faculdade 11 “Não para elaborar, mas é sempre um desafio mobilizar todas as pessoas e fazê-las participar do processo, principalmente porque o perfil de nossos alunos é de pessoas que trabalham o dia inteiro e à noite estão aqui para aula”.

O coordenador entrevistado da faculdade 6 acrescenta que uma das dificuldades encontradas por ele é um docente com formação na área ambiental: “Sim, a formação dos professores, que não possuem, e isso trava um pouco, a falta de conhecimento e vivência prática para passar para os alunos”. Outra dificuldade é apontada pela coordenadora da faculdade 4 “O desafio maior é a questão cultural referente a desperdício, desligamento dos equipamentos que não estão em uso na sala de aula, como por exemplo os ventiladores, lâmpadas e data show, e isso não é realizado nem por professores nem alunos”.

A partir do observado na fala de alguns dos entrevistados, percebe-se que as dificuldades encontradas não estão necessariamente ligadas à elaboração de atividades relacionadas à questão ambiental, e sim como implementá-las. Parte dos respondentes afirmou inclusive, que não sente rejeição por parte dos alunos quando a temática se torna assunto dentro de sala de aula, nas atividades que envolvem toda a instituição, pelo contrário, os coordenadores afirmaram que os alunos se mostram abertos a participação nas discussões.

E então, qual será a verdadeira dificuldade? Acredita-se que, através das respostas dadas pelos coordenadores, os desafios encontram-se no modo como as questões ambientais estejam sendo trabalhadas nesses cursos, muitas das vezes a falta de entusiasmo por parte dos professores de outras disciplinas em trabalhar essas questões de maneira interdisciplinar e transversal, a forma como vem sendo discutida em sala de aula e o próprio modelo adotado na divulgação dessas informações, foram alguns dos desafios elencados pelos coordenadores.

Sim, percebo desafios. Hoje é complexo você trabalhar com essa temática, primeiro pelo professor que conheça a área ambiental que muitas das vezes não tem atuação de sala de aula, ele conhece muito bem o que ele faz, mas ele não sabe fazer isso em sala de aula, ele não sabe transmitir, então fica esse leque para ser resolvido. Pegar o perfil certo e colocar na sala de aula e fazer com que esse professor passe seis meses trabalhando aquela disciplina com os alunos é um desafio (Coordenador da Faculdade 7).

Duvoisin e Ruscheinsky (2012) ressaltam que o desafio enfrentado pelos sistemas de ensino no que tange a abordagem das questões ambientais ocorre muitas das vezes pela falta de preparo dos professores e a ausência de recursos dinâmicos e tecnológicos que abram a possibilidade de interação entre os alunos. Desse modo, os autores afirmam que associado a esse tema em questão, existe ainda o debate de que o ensino superior enfrenta um problema conteudista nas salas de aula e que esse processo vem ocorrendo durante décadas, e por isso muitos desses alunos de cursos superiores, ao se formarem e ingressarem em um trabalho nem sempre dão conta de atender às necessidades e exigências impostas pelo mercado.

Outro ponto de destaque é se os professores, a coordenação ou a Instituição estimulam práticas sustentáveis no curso, caso a resposta fosse afirmativa de que forma era realizado esse estímulo. Todos os 22 coordenadores entrevistados afirmaram que sim, que o curso de administração nas Instituições em que atuam estimula os discentes a realizar práticas sustentáveis, dentro e fora da sala de aula, práticas concentradas na redução de papel e energia, e alguns dos coordenadores dos cursos de administração pesquisados, mencionaram que em suas instituições há o processo de coleta seletiva implantado, como é o caso das IES (Faculdade 4, Faculdade 5, Centro Universitário 13, Universidade 17, Universidade 21 e Universidade 22).

Sim. A Instituição realiza a distribuição de mudas para os alunos, professores e funcionários. Em termos de coordenação e professores nós estimulamos a redução de energia, água, reaproveitamento de papel nas impressões e incentivamos a adotar um copo (Coordenadora da Faculdade 3).

Em um estudo realizado por Mascarenhas e Silva (2013), identificaram-se práticas semelhantes nos cursos de administração pesquisados, porém os autores revelaram que essa formação sustentável acontece, ainda que minimamente. Para isso, recomendam que a postura não só dos coordenadores, mas também dos docentes e discentes do curso de administração deve passar por melhoria e adaptações, para que de fato o ensino sustentável aconteça nos princípios da transversalidade, interdisciplinaridade e transdisciplinaridade. Segundo Gonzalez (2014), para que os conhecimentos escolares contribuam para a formação do cidadão e se incorporem como metodologias, como recursos aos quais os alunos recorram para resolver com êxito problemas diversos que se apresentem a eles nas mais distintas situações, e não somente num instante pontual dentro de uma sala de aula, a aprendizagem

deve desenvolver-se num processo de negociação de significados ecológicos e práticas sustentáveis.

Outro questionamento realizado aos coordenadores é se as disciplinas dos cursos de administração a qual estão à frente contribuem para a melhoria ou mudanças nas realidades dos formandos pensando na questão ambiental, e se por acaso concordassem que esse intento estava sendo cumprido, de que forma eles achavam que estavam sendo realizadas as possíveis melhorias.

Sim, o debate sobre as questões ambientais já ocorre desde os primeiros períodos em discussões na aula de sociologia, onde o professor instiga o aluno a discutir sobre a relação do homem e meio ambiente. Acredito que sendo tratado desde o início e no decorrer do curso, o aluno não só mude suas atitudes dentro de sala de aula, mas também em sua vida cotidiana (Coordenadora da Faculdade 2).

O trecho acima destaca a fala de um dos coordenadores e retrata um pouco do pensamento dos demais entrevistados, afirmando que as disciplinas ministradas nos cursos de administração contribuem não somente em sala de aula, através de exposição de assuntos e debates, mas em suas vidas cotidianas, em seus respectivos empregos ou estágios, bem como pela procura dessa temática na escrita de seus trabalhos de conclusão de curso (TCCs). No entanto, apenas uma coordenadora acredita que as disciplinas do curso não contribuem diretamente para a melhoria ou mudança das realidades dos formandos, segundo ela o curso de administração de sua instituição não promove o debate das questões ambientais e também não incita os alunos a pensar ou a assumir uma postura crítica diante do assunto, como pode ser observado em seu discurso abaixo:

Olha! Eu acho que se contribuir, vai ser por consciência dele. Eu não acho que o curso trabalhe essa questão. Eu não vejo. Algum professor pode até falar, da mesma forma que eu passando por economia, talvez ela passe em marketing, talvez ela passe em logística, mas não com o professor trabalhando efetivamente nessa questão para que ele seja um profissional, que ele pense [...] (Coordenadora da Universidade 22).

Diante desse mesmo contexto em estabelecer conexão entre as questões ambientais e as disciplinas ofertadas pelos cursos de administração, os entrevistados foram indagados sobre o que a Instituição a qual pertencem poderia fazer para contribuir na formação de cidadãos mais responsáveis ambientalmente. De acordo com o coordenador do Centro Universitário 14, a Instituição poderia “promover palestras, oficinas e cursos de férias para a comunidade”. A

entrevistada da Universidade 19, por sua vez, acrescenta que a Instituição da qual faz parte já atua nesse sentido “O que ela já vem fazendo. Estimulando a busca pela temática, mostrando a realidade global e fazendo-os entender o quanto essa questão é importante para o sucesso empresarial de longo prazo”.

Ruscheinsky (2012) afirma que cabe às IES como instituições modernas, definir discursos de sustentabilidade, já que apresenta compromissos com a ciência, a racionalidade, a formação para o mercado de trabalho e a tecnologia. Para isso, no campo de atuação da educação ambiental, as IES, como sistema de ensino, representam um espaço de abertura das perspectivas e políticas ambientais.

A respeito dos professores e discentes desenvolverem pesquisa articulando questões ambientais, a maioria dos respondentes afirmou que as pesquisas acontecem com a publicação de artigos científicos em parceria com professores que ministram disciplinas que relacionam as questões ambientais, ainda que esta não seja o foco principal. Poucos coordenadores afirmaram que os cursos possuem professores e discentes envolvidos em grupos de pesquisa, e em relação a trabalhos de conclusão de curso ou monografias o número é ainda mais baixo. Como exemplo de um curso de administração que atua em pesquisa e extensão, a coordenadora da Universidade 17 ressalta que o curso que coordena possui alunos e professores que estão envolvidos em projetos de pesquisa que discutem a temática ambiental, inclusive projetos que disponibilizam bolsas de estudo e que são financiados por instituições de fomento.

Em projetos de extensão a situação é parecida. O exemplo citado pela coordenadora da Universidade 17 aplica-se também a projetos de extensão no curso de administração, que possui um projeto específico que discute as questões socioambientais e tem como coordenadora desse projeto uma docente do curso de administração da instituição e alunos também do curso, atuando como bolsistas. O coordenador da faculdade 5 enfatiza o projeto de extensão desenvolvido no curso que coordena, “aqui no curso de administração temos um projeto de extensão que coleta lixo eletrônico em toda a academia e depois de recolhido é enviado para Fortaleza para que seja dado um destino final e correto”.

Em linhas gerais e tendo como base o que foi apresentado, realmente houve um avanço em se trazer a temática ambiental para o ensino superior, e aqui especificamente para os cursos de administração. Percebe-se que essas questões têm sido pauta de discussões no âmbito de sala de aula, no entanto observam-se fragilidades nas práticas de EA, como por exemplo, a execução de ações e o envolvimento da coordenação, professores e discentes na

realização dessas práticas, o que pode ser ocasionado talvez pela própria ausência de estímulos e apoio da instituição.

Segundo Jacobi, Raufflet e Arruda (2011), as práticas educativas e de pesquisa interdisciplinares ainda são incipientes. O estímulo é para a interação e interdependência entre as disciplinas e, conseqüentemente, entre as pessoas para o desenvolvimento de metodologias participativas.

Assim, é necessário ter uma visão holística das questões ambientais, que esta deve ser tratada em todos os aspectos do sistema de ensino, de modo interdisciplinar nas disciplinas e projetos desenvolvidos, porém se tais questões não tiverem um direcionamento adequado, esse trabalho não terá grande impacto.

4.2 ANÁLISE DAS ENTREVISTAS DOS DOCENTES

Foram entrevistados 22 professores dos cursos de administração de IES do Estado do Rio Grande do Norte. Os docentes foram indicados pelos próprios coordenadores entrevistados, mediante critérios definidos pelos mesmos, como por exemplo, a aproximação do professor com a área ambiental ou por lecionar alguma disciplina diretamente ligada ou co-relacionada à temática em estudo.

O roteiro de entrevista (Apêndice B) abordou 18 questões, entre elas a formação acadêmica do professor, concepções acerca de meio ambiente e educação ambiental, se a questão ambiental é trabalhada no curso de administração no qual o professor atua e se essas questões são também objeto de discussão em suas disciplinas dentro de sala de aulas, e a atuação em projetos de pesquisa ou extensão.

Inicialmente, os docentes foram indagados sobre a sua concepção de meio ambiente. Nesse momento, foram apresentadas por eles as mais diversas conceituações de como estes viam o meio ambiente. Para isso, foi construído um quadro com o intuito de classificar segundo Sauv  (2005) as m ltiplas facetas do meio ambiente, ou seja, a vis o de como os professores apreendem o conceito de meio ambiente. A autora considera algumas formas de como o ser humano enxerga o meio ambiente, entre elas: o meio ambiente como natureza – como um lugar para preservar, apreciar e respeitar; meio ambiente como recurso – como o lugar de onde s o geridos e extra dos os recursos necess rios a vida; meio ambiente como problema – a problem tica ambiental deve ser resolvida e prevenida; o meio ambiente como sistema –   a rela o do sistema com os componentes ambientais; meio ambiente como o lugar em que se vive – o meio ambiente consiste tudo que est  ao nosso redor; meio ambiente

como biosfera – considera a interdependência das realidades socioambientais em nível global que deve ser refletido no local; meio ambiente como projeto comunitário – meio ambiente é visto como um espaço de cooperação e parcerias, as atividades devem ser desempenhadas a partir da coletividade.

A seguir o quadro 6 apresenta os relatos dos entrevistados acerca da sua concepção de meio ambiente em paralelo a classificação definida por Sauv  (2005). Vale salientar, que as respostas foram categorizadas de acordo com o descrito pela autora, nesse sentido n o significa que as respostas dos professores tenham rela o com todas as conceituac es destacadas acima.

Quadro 6 – Concep es dos professores sobre meio ambiente

MEIO AMBIENTE COMO NATUREZA
� tudo o que está ao nosso redor, em rela�o � parte natural, eu vejo mais a parte natural e faz parte do meio ambiente também � parte não natural que deve ser integrada um com o outro, coisa que não acontece bem nos dias atuais (Professor da Faculdade 6).
Vejo no sentido da procura da educa�o ambiental, na necessidade básica de preservar na forma de no futuro não enxergar a escassez e deve ser válida em qualquer �rea (Professor Faculdade 8).
Há algo equivocado porque separam o meio do homem. A natureza não � algo que está fora de você, então temos que mostrar aos alunos não há separa�o entre natureza e cultura (Professor Centro Universitário 13).
Vejo o meio ambiente como um espaço que deve ser preservado (Professor Universidade 20).
MEIO AMBIENTE COMO RECURSO
Tenho uma visão holística, pela minha forma�o na academia e pela minha filosofia de vida. Então pra mim meio ambiente � o todo, � o meio ambiente natural, � o meio ambiente construído, � o meio ambiente a partir de mim, eu sou o meio ambiente, tendo em vista que o homem � o principal agente modificador (Professor Faculdade 2).
O meio ambiente � indispensável ao ser humano e as atividades econ�micas, do meio ambiente retiramos tudo o que precisamos para a sobrevivência humana e a produ�o (Professor Faculdade 4).
Vejo que a m�teria-prima, o recurso utilizado para a produ�o deve ser melhor aproveitado e conservado (Professor Faculdade 5).
Devemos ter o uso consciente dos recursos naturais (Professor Faculdade 7).
Meio ambiente, digamos, � tudo. � intera�o com tudo que a gente precisa, que vem do meio ambiente, desde a alimenta�o. Tudo que consumimos, do consumo mais básico, a água, ao consumo de alimentos, a produ�o de fibras para fazer roupas na produ�o industrial. Tudo vem do meio ambiente. � o primário vital para tudo, então temos � recursos como água, solo, ar, que interagem de uma forma imprescindível � vida (Professor da Faculdade 9).

Vejo o meio ambiente como tudo que está ao nosso redor, à parte natural e artificial, o meio construído ou não (Professor Faculdade 10).
O meio ambiente é tudo. São os recursos. (Professor Faculdade 11).
Eu vejo o meio ambiente primeiro como todo mundo vê tudo que nos rodeia, o cuidado que a gente precisa ter com esses recursos que digamos são inerentes até a nossa vida, a vida humana aqui, de uma importância fundamental para sociedade, e tento enquanto administrador, enquanto docente dessas áreas também que, eles operem de forma responsável, de forma a manter a sustentabilidade ambiental e econômica de uma operação (Professor do centro Universitário 12).
Algo fundamental para a sobrevivência humana. Os recursos estão aí, energia, água e tudo em uma escassez, o ser humano tem que aprender a não consumir mais de qualquer forma (Professor Centro Universitário 14).
Minha concepção de ambiente é uma pautada no que está descrito na Constituição de 1988, em que Meio Ambiente compreende um ambiente físico, um ambiente que é natural, um ambiente construído (o ambiente construído é um ambiente transformado, um ambiente de trabalho). Então para nós, não é somente o ambiente natureza, nós já entendemos o ambiente numa concepção mais evoluída, que é o que está descrito a partir da Constituição de 1988, no artigo 225 (Professor Universidade 17).
A temática meio ambiente por ela ser um tema multidisciplinar tem várias faces, então apesar da minha formação ser biologia, voltada para essa parte de preservação e conservação e biodiversidade, aqui na administração nós traçamos um viés da gestão ambiental, gerenciar recursos (Professor da Universidade 18).
Meio ambiente é tudo o que faz parte da vida do ser humano, as coisas que estão ao nosso redor, os recursos naturais, o lugar onde vivemos, onde exercemos as atividades (Professor Universidade 19).
O meio ambiente é tudo o que está nossa volta, eu vejo como que temos que conservar os recursos naturais pensando no futuro, no desenvolvimento sustentável, nas futuras gerações (Professor Universidade 21).
Bem, o meio ambiente eu enxergo como tudo que está ao nosso redor, que nos dá suporte naturalmente para o nosso cotidiano e naturalmente, levando em consideração os aspectos ambientais: natureza (né?!), os recursos materiais transformados da natureza para o meio (digamos assim) mercadológico. E aí minha concepção de ambiente é uma concepção sistêmica, envolvendo ainda elementos puros da natureza e elementos transformados (Professor da Universidade 22).
MEIO AMBIENTE COMO O LUGAR EM QUE SE VIVE
Tema inerente vida humana. É a nossa casa, onde vivemos. Por ser inerente e indispensável (Professor da Faculdade 1).
O meio ambiente é esse local onde o ser humano habita e que interage com as formas de vida naturais e acaba também influenciando com suas coisas artificiais. Então, o meio ambiente não pode ser deslocado da realidade do ser humano, mas é um fator importante, toda a natureza, toda a geografia

em que essa pessoa está envolvida (Professor Universidade 15).
O meio ambiente, a gente pode entender como o local onde a gente convive. Só que a concepção que a gente tem de ambiente é como se fosse tudo que está fora da gente, só que o ambiente também é a gente. Então, é uma concepção que... Tem um texto bem interessante que discute assim: que o lado de fora não existe, nós fazemos parte disso tudo. Então, meio ambiente é o local onde a gente circunda, mas também é a gente (Professor da Universidade 16).
MEIO AMBIENTE COMO PROBLEMA A SER RESOLVIDO
Como sou da área da economia então não tem como a gente não ter uma visão da importância do meio ambiente, então quando a gente começa a trabalhar com os alunos mostramos que a economia é impulsionada pelo que a gente chama de fluxo de produção e esse fluxo de produção ele gira a partir de 5 fatores produção que chamamos de fatores de produção, um deles é o fator terra que é classificado um dos mais importantes que é o fator matéria-prima, que é o conjunto de riquezas que um país dispõe, que vai desde água, solo, subsolo, ecossistema, e se eu tenho problema com o fator terra, escassez por exemplo, isso vai acabar afetando o que a gente chama de classificação de bens (Professor Faculdade 3).

Fonte: Dados da Pesquisa (2015).

A grande maioria dos docentes, segundo a classificação da autora, conceitua o meio ambiente como um recurso, que deve ser gerenciado para o consumo sustentável e consciente, visando à sua conservação, o que pode refletir o paradigma dominante nos cursos de administração desde o surgimento das ciências administrativas, como já revisitado no referencial teórico acerca dos cursos de administração no Brasil (LOPES, 2006).

Segundo Ruscheinsky e Costa (2012), ao longo do debate que ocorre em torno da educação ambiental, a importância de contemplar a definição de meio ambiente é relevante, já que este conceito é justamente o delimitador do tema em pauta. Os autores ressaltam que não teria sentido falar sobre educação ambiental sem considerar a expressão meio ambiente, pois é nesse “meio” que ocorre a totalidade das interações.

Sobre a concepção dos docentes em relação à educação ambiental, segue alguns relatos:

Eu acredito que Educação Ambiental é importante em todas as fases da vida da pessoa. Educação deve ser feita em casa, pelos pais, pela família, e deve ser feita também pela escola, pelo ambiente de trabalho. Eu acredito que educação é algo que não precisa necessariamente ser num banco escolar, porque a educação, eu acho, que a todo o momento a gente está aprendendo. Então, eu tenho a concepção mais ampliada de educação (Professor Universidade 15).

Educação Ambiental não existe, eu chamo de Analfabetos Ambientais, ou seja, nós precisávamos colocar na grade do ensino fundamental a educação ambiental, desde pequenininho [...] A educação ambiental tem que ser fundamental em qualquer ensino, seja graduação, pós-graduação, a disciplina, a educação ambiental tem que existir (Professor Centro Universitário 14).

No entanto, algo no segundo relato chama a atenção. O docente não acredita na possibilidade do cumprimento da EA, e ainda ressalta que para existir uma real efetivação desta nos sistemas de ensino em qualquer nível e modalidade, deverá ser implantada como disciplina específica nas grades curriculares. Porém, a partir deste breve relato percebe-se o desencontro que existe entre a concepção de EA apresentada pelo professor e o verdadeiro significado representado pelo conceito à luz da legislação específica da temática, a Lei Nº 9.795/1999 conhecida como a Política Nacional de Educação Ambiental, que afirma que a EA não deverá ser implantada como disciplina específica nos currículos e sim, de forma interdisciplinar e transversal em todos os níveis e modalidades de ensino.

Saito (2012) afirma que durante a década de 1980 o Brasil presenciou inúmeros debates em relação às estratégias de consolidação da educação ambiental, se esta deveria ser ou não inserida como disciplina no currículo escolar do ensino fundamental. Diante dessa prerrogativa, algumas experiências em torno dessa discussão correram em diversos pontos do país. No entanto, o então Conselho Federal de Educação apontou a necessidade de enfatizar a temática como um tema interdisciplinar, não sendo assim, a favor da criação da educação ambiental como disciplina específica.

Vale ressaltar que, para o desfecho final desse debate sobre a disciplinarização da educação ambiental, na década de 1990, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) concordaram com a posição do Conselho Federal de Educação de não constituir a educação ambiental como disciplina específica nos currículos escolares, sendo assim constituída como tema transversal.

Segundo Tristão (2012), uma das propostas mediadoras para superar a visão fragmentada e romper de uma vez com a visão de especialista nas diversas áreas e compreender que a temática ambiental deve estar pautada em todas as disciplinas, independente de seus discursos epistemológicos, é a abordagem interdisciplinar, muito divulgada pela própria educação ambiental, dado o seu caráter de interação e cooperação entre os saberes, as ciências e disciplinas.

Sobre a indagação feita aos professores sobre a questão ambiental ser trabalhada no curso de administração em que atuam basicamente o discurso foi o mesmo, que a temática

vinha sendo trabalhada através das disciplinas obrigatórias na área ambiental (para as IES que a possuem de forma obrigatória na estrutura curricular) as relacionadas mesmo que indiretamente e específicas, eventos e palestras realizadas na Instituição envolvendo todos os cursos, visitas técnicas, e para algumas dessas IES a atividade prática através de projetos de pesquisa e extensão.

Em seguida, seguindo essa mesma linha de pensamento, os docentes foram questionados se as questões ambientais eram trabalhadas por eles em suas disciplinas, e se a resposta fosse afirmativa em quais disciplinas e de que forma. No quadro a seguir são apresentados os dados relacionados para esse quesito, a codificação usada para a IES na qual o docente está vinculado, disciplina(s) em que a questão ambiental é discutida, de qual forma trabalha com as questões ambientais nessas disciplinas, se a realidade local, o entorno da Instituição ou a comunidade são objetos de exemplos nas disciplinas e os principais autores utilizados para subsidiar a inserção da temática.

Quadro 7- A forma como os docentes trabalham com as questões ambientais em suas disciplinas

CODIFICAÇÃO DAS IES	DISCIPLINA VINCULADA AO TEMA	COMO TRABALHA AS QUESTÕES AMBIENTAIS	PRINCIPAIS AUTORES	O ENTORNO DA IES É ABORDADO
Faculdade 1	Economia	Através de aulas expositivas	Não há específico	Sim, através de exemplos
Faculdade 2	Gestão Ambiental	Aulas, palestras, estudos de caso e campanhas de conscientização	Carlos Frederico Loureiro/ Michele Sato/ Paulo Freire	Sim
Faculdade 3	Economia e Finanças	Aulas expositivas e documentários	Não tem autores específicos, são documentários e reportagens	Sim
Faculdade 4	Gestão Ambiental	Aulas expositivas, visitas técnicas	Não específicos	Sim
Faculdade 5	Administração da Produção e	Através de textos	Sem autores específicos	Um pouco

	Empreendedorismo			
Faculdade 6	Marketing e Liderança	Aulas, vídeos e estudos de caso	Textos aleatórios	Não
Faculdade 7	Matemática básica, financeira e estatística	Aulas expositivas e exemplos de empresas que trabalham com receitas ambientais	Textos aleatórios	Sim
Faculdade 8	Estatística	Estatísticas de lixo	Não utilizo	Não
Faculdade 9	Não trabalha com as questões ambientais na disciplina que ministra.			
Faculdade 10	Gestão Ambiental	Aulas expositivas, exemplos práticos	Genebaldo Freire Dias/ Barbieri/ Pedro Jacobi	Sim
Faculdade 11	Não trabalha com as questões ambientais em suas disciplinas			
Centro Universitário 12	Logística, Administração de produção e Administração de Serviços	Aula expositiva e debates em sala de aula, através da divisão da turma em grupos para apresentação de artigos	Sem autores específicos	Sim
Centro Universitário 13	Filosofia e Responsabilidade Social	Aulas, exemplos práticos e artigos	Humberto Maturana/ Habermas	Sim
Centro Universitário 14	Sustentabilidade e Empreendedorismo	Aulas teóricas e de campo	Textos aleatórios e a cartilha do Senac	Não
Universidade 15	Administração de Materiais, Rural e Gestão Pública	Trabalha com aulas e exemplos de	Textos e Agenda 21	Sim

		estudos de caso		
Universidade 16	Administração Municipal	Aulas expositivas e práticas sobre resíduos sólidos no município	Barbieri	Sim
Universidade 17	Organização, Sistemas e Métodos	Aulas práticas com a realidade local do município	Enrique Leff/ Clóvis Cavalcanti/	Sim
Universidade 18	Meio Ambiente e Sustentabilidade/ Responsabilidade Social	Estudos de casos, exemplos práticos	Sorrentino, Genebaldo Freire Dias	Sim
Universidade 19	Meio Ambiente e Sustentabilidade	Aulas expositivas e de campo, visitas técnicas	Paulo Freire, Michele Sato	Sim
Universidade 20	Meio Ambiente e Sustentabilidade	Aulas e visitas técnicas	Phillipe Júnior	Sim
Universidade 21	Gestão de Tecnologia da informação	Apresenta as novas tecnologias verdes do mercado através de exemplos reais de empresas	Sem autores específicos	Sim
Universidade 22	Marketing	Trabalha com o marketing verde através de estudos de casos de empresas	Não tem autores específicos	Sim

Fonte: Dados da Pesquisa (2015).

Observou-se a partir da fala dos professores entrevistados, que com exceção de dois docentes, a temática ambiental vem sendo discutida em sala de aula pelos professores

indicados pelos coordenadores a participar da entrevista. Porém, percebe-se pelo modo como abordam essa temática em sala de aula, uma falta de preparação desses professores em sair da teoria e atuar nas práticas ambientais. Segundo Jacobi (2005), os docentes devem romper com a barreira da visão disciplinar e se engajar nas atividades interdisciplinares através de abordagens mais práticas.

Prosseguindo com as entrevistas, os professores foram questionados se estimulam práticas sustentáveis em suas disciplinas, caso sim de que forma era realizada essa abordagem.

Sim. Um exemplo bem básico, a questão da conscientização do copo descartável e comecei a trabalhar com eles sobre função. Por exemplo, se vocês utilizarem dois ou três copos por noite e multiplicar isso por 74 alunos eu já terei um montante considerável, então porque vocês não trazem uma garrafinha de casa e usa a água da escola? E se não der tempo trazer a garrafinha, adota um copo (Professor Faculdade 7).

Outros exemplos trazidos pelos professores estão ligados à redução nos consumos de água e energia, copos descartáveis e papel. Ademais, com base nos relatos presenciados nas entrevistas observa-se que tais práticas sustentáveis incentivadas pelos professores possuem o apoio da coordenação dos cursos de administração e institucional, sendo que essas ações são também realizadas nos próprios espaços das instituições, motivando os outros cursos de formação superior, funcionários e colaboradores.

É através da problemática ambiental, a compreensão desses conflitos e suas possíveis resoluções que permitem a viabilização de um processo de educação ambiental, e a partir daí, a construção de valores, atitudes, habilidades e competências, como preza a Política Nacional de Educação Ambiental, na formação do indivíduo com vistas a contribuir nesse processo de encontrar e implementar as soluções. Pode-se destacar o desenvolvimento de simples práticas ambientais estimuladas pelos educadores dentro das salas de aula, fazendo com que o educando perceba os problemas ambientais ao seu redor e descubra os meios necessários para minimizar os seus impactos (SAITO, 2012).

Outro questionamento feito aos docentes é se as disciplinas ministradas por eles em sala de aula contribuem para que os formandos transformem as suas realidades pensando na questão ambiental. Os entrevistados afirmaram que acreditam que sim, que as discussões feitas em sala de aula possibilitam esse processo de tomada de consciência no alunado, até mesmo os docentes que ministram disciplinas que se distanciam um pouco da temática ambiental, percebem uma mudança significativa na postura dos alunos em relação ao que vem

sendo discutido. Com base nessa informação, apresentamos a seguir o relato de uma docente, que possui experiência na área ambiental, embora ministre em uma das instituições pesquisadas disciplinas na área de exatas:

Acredito que sim, o professor ainda tem um papel importante na influência acadêmica dos alunos, então desde o entrar da sala, se o professor chega com uma postura diferente ele vai influenciar na prática do aluno. E eu percebi que quando falei de função de 1º e 2º grau, sobre os copos, lixo eletrônico, são exemplos que já houve uma mudança positiva (Professor Faculdade 7).

O trecho ora apresentado corrobora Tristão (2012), afirmando que os professores como anunciadores do processo de aprendizagem reelaboram os saberes do cotidiano, saberes estes que contribuam para a vida diária dos alunos no intuito de apropriar-se de conceitos que envolvem o meio ambiente, passando a ser utilizados de forma abrangente e de acordo com o contexto. A temática do meio ambiente não é somente um assunto a ser acrescentado no currículo, mas toma uma dimensão essencial de todo processo educativo na construção das realidades do indivíduo.

Diante desse mesmo contexto os professores foram indagados sobre os principais benefícios e dificuldades em inserir a questão ambiental em suas disciplinas. Segundo os docentes os benefícios são inúmeros, como aponta o entrevistado da Universidade 20, “Olha! Eu diria que enquanto benefícios, nós vamos ter, provavelmente, a formação de um cidadão com maior (digamos) conscientização do seu meio, dos problemas que o circundam [...]”. O entrevistado Faculdade 2 compartilha dessa mesma visão ao afirmar que,

Benefícios seriam milhões. É a modificação na postura do aluno, nota uma melhoria na imagem da empresa por causa desse aluno, colocar em prática na empresa que atua os ensinamentos dados em sala de aula e o estreitamento de parcerias com ONGs, cooperativas, empresas.

No tocante as dificuldades, os professores não veem como um desafio inserir as questões ambientais como objeto de discussão em sala de aula nem ao menos percebem dificuldade em aceitação por parte dos alunos, em contrapartida apresentam alguns entraves relacionados à implementação prática dessas questões, conseguir aliar a teoria com a prática é um desafio, como apresenta o relato do entrevistado universidade 15.

Bom... A dificuldade é que nós ainda trabalhamos muito teórico. Eu acho que a gente tem muita dificuldade em apresentar isso em caso mais prático, em promover a realização, a aplicação do que a gente discute em sala de aula. Eu acho que os alunos quando levantam essas questões, que a

graduação está ficando cada vez mais teórica e poderia ser mais prática, eles têm toda razão. Então se eu pudesse dizer qual a grande dificuldade é o tempo que os nossos alunos e que a gente tem para executar ações mais aplicadas, diretas, é muito reduzido [...] Esse é o grande desafio: como apresentar de forma mais aplicada, mais práticas essas questões que são importantes. E aí eu destaco que não dá para descontextualizar, estamos no Semiárido.

Outra dificuldade apontada pode ser observada através da fala do Docente Universidade 18:

Um dos principais entraves é a falta de leitura. Os alunos entram na universidade e não tem esse costume de ler, e quem trabalha com a questão ambiental percebe o seguinte, que não existe uma receita mágica, não existe uma forma de bolo que os alunos vão seguir e vão conseguir criar estratégias. Na questão ambiental nós temos que criar estratégias e para isso tem que ter leitura, certo embasamento para você ligar a sua vivência com sua realidade, o que chamamos de percepção ambiental, o aluno tem que ter essa percepção, tem que ter a visão, essa sensibilidade, e muitos não tem, principalmente quando trabalha com gestão ambiental que os alunos são muito focados no resultado, mas não vê ainda o contexto a qual ele está inserido [...].

Evidenciado a partir da fala de todos os entrevistados é possível perceber nas respostas que a teoria se apresenta dissociada da prática. Observa-se nas falas dos professores que a teoria vem sendo trabalhada através de discussões em sala de aula, porém não há continuidade dessas ações no campo prático, o que pode ser resultado do despreparo dos professores em relação ao modo dinâmico de desenvolver as questões ambientais. Entretanto, na educação ambiental é fundamental que o conteúdo seja abordado paralelo a prática, garantindo a finalidade da EA como um processo educativo contínuo e permanente.

Springett (2014) afirma que a dificuldade em inserir a questão ambiental não é exclusiva somente no currículo de cursos de administração, a dificuldade é bem maior. Espera-se que os cursos de administração andem lado a lado com as IES no sentido de assumir o seu papel de liderança no discurso entre negócios e sustentabilidade, enquanto espaços de debate e conscientização.

No próximo item da entrevista, os docentes foram perguntados se desenvolvem ou orientam pesquisas articulando questões ambientais nos cursos de administração no qual licenciam. Dos vinte e dois professores entrevistados, nove atuam com pesquisas e orientação, distribuídos a exemplos de estágios supervisionados, artigos científicos, TCCs ou projetos de pesquisa na iniciação científica. Vejamos alguns exemplos citados pelos respondentes.

Atualmente tenho duas pesquisas. Tenho uma aluna que está fazendo um trabalho sobre a gestão de resíduos sólidos, especificadamente, dos serviços de saúde, nós estamos fazendo um mapeamento das unidades de saúde apenas municipais [...] E nós temos uma aluna que está fazendo uma pesquisa na cidade de São Miguel, que é na serra, sobre os serviços de coleta de limpeza urbana. A pesquisa lá é geral dos resíduos sólidos, aí ela está buscando na ótica, não da população, mas dos gestores. A gente tem dois secretários municipais mais o chefe do Executivo, se for possível, e mais os nove vereadores. A gente quer entender como é que é percebido essa Política Nacional de Resíduos Sólidos por esses gestores (Professor Universidade 16).

A experiência anterior é um dos exemplos de pesquisas de trabalhos de conclusão de curso citados por um dos docentes entrevistados. Outro professor que trabalha no viés de orientação de artigos científicos para apresentação em eventos ou publicação em revistas científicas exemplificou um estudo realizado sobre a influência do marketing na divulgação de uma boa imagem dos postos de combustíveis que seguem a legislação ambiental pertinente a essa atividade, e ainda foi citada uma pesquisa realizada sobre o retorno das embalagens de agrotóxicos em propriedades rurais no Estado do Rio Grande do Norte. Destaca-se também a docente da Universidade 21, que trabalha no curso de administração com pesquisas na área de tecnologia da informação, “com as mudanças no mercado atual, emergem novas práticas tecnológicas sustentáveis oferecidas pela tecnologia da informação, gerando significativo efeito nas empresas que utilizam a sustentabilidade para seu crescimento”.

Em se tratando especificamente de projetos de pesquisa na iniciação científica com alunos da graduação em administração dois docentes entrevistados estão envolvidos na realização de estudos e orientação de alunos na iniciação científica. O professor da Universidade 18 relatou sua experiência afirmando, “temos alunos de administração aqui do campus em Mossoró que estão envolvidos no projeto de monitoramento do Rio Mossoró em relação à preservação da mata ciliar e espécies nativas”. Mais um docente do curso de administração, agora do Centro Universitário 13, comentou um pouco sobre um projeto desenvolvido no curso em parceria com a graduação em Direito, em que são produzidos vídeos com a temática sustentabilidade através de cinco elementos: recursos comuns, água, energia, alimentos orgânicos e transgênicos.

Sobre a articulação das questões ambientais em projetos de extensão, apenas quatro dos vinte e dois docentes entrevistados trabalham nessa categoria de pesquisa. A seguir o relato das experiências na extensão.

É um projeto chamado Filosofia, Direito e Sociedade, onde um grupo de alunos de vários cursos, entre eles administração e direito, trabalham na produção de artigos científicos para apresentação em eventos científicos com o tema da sustentabilidade e ainda, dialoga com outras instituições (Professor Centro Universitário 13).

Projeto de extensão com criadores de abelhas. Nesse projeto, enquanto Universidade, enquanto administradores, ajudar aos micro empreendedores a serem empreendedores, através da criação de ferramentas de estratégias para que eles consigam negociar e aumentar o seu negócio (Professor Universidade 18).

Esse projeto acontece em Apodi, é um projeto que tem o interesse de aproveitar recursos naturais. Então, nos projetos de extensão que nós temos acontecendo hoje tem dois que são significativos. Como eu estava dizendo o de Apodi, onde a gente tem um trabalho com a comunidade rural para aproveitamento de recursos que antes eram desperdiçados, então as frutas que caíam do pé e ali não tem um uso, eles têm a possibilidade agora através de uma tecnologia beneficiar aquilo ali, em sucos, doce, ração animal. Estamos trabalhando nisso [...]. O outro projeto que acontece é um que interage com os territórios da cidadania e lá também a gente está sempre buscando discutir a questão ambiental através dos recursos (a água é uma que aparece sempre) [...]. Hoje eu diria para você que o meio ambiente compõe as minhas discussões mesmo que não seja o alvo principal, está ali consorciado (Professor Universidade 15).

Dentro do curso de administração nós temos o SOMA, um projeto de extensão Grupo de Extensão Sociedade e Meio Ambiente (sou o coordenador), que ele visa justamente estudar a EA e partir para prática. Ou seja, ao longo de um semestre eu tenho reuniões com os meninos, e como ponto de culminância a gente vai para uma escola para que os meninos executem a EA. Mas você poderia complementar: “mas professor o ponto de culminância é só um dia de oficinas no colégio?” Não. Porque ao longo do semestre eu vejo que os meninos e as meninas eles modificam algumas ações que eles tinham, seja na academia, em suas residências quando me falam em alguma coisa, eles são engajados em campanhas, eu vejo que eles participam de campanhas (Professor Faculdade 2).

Vale ainda identificar um trabalho citado por uma docente da Faculdade 3, não sendo estabelecido como projeto de pesquisa e extensão, e sim, segundo ela uma “atividade complementar”, contudo trata de debates sobre as questões ambientais, atividade essa realizada no curso de administração da instituição.

Há 6 anos tem um projeto chamado ‘Segunda Opinião’, é um projeto que a cada 15 dias chamamos um professor convidado que faz uma fala de meia hora sobre a temática sustentabilidade, seguido de debate. Esse momento ocorre sempre antes de iniciar a aula, que vale como atividade complementar.

Segundo Cooper et al. (2014), espera-se também que a sustentabilidade socioambiental seja incorporada no ensino, na pesquisa, na extensão e na gestão, fazendo parte do programa de disciplinas oferecidas para todos os cursos, formando cidadãos e profissionais mais conscientes na busca por soluções integradas que aliem produção e conservação.

Portanto, é perceptível que a temática aparece sendo trabalhada pelos docentes dos cursos de administração, e que estas vêm sendo desenvolvidas através do ensino, pesquisa e extensão, no entanto os resultados apontam uma série de fragilidades concernentes à falta de integração entre as diversas iniciativas, algumas delas ocorrem de modo isolado e pontual, e de fato não se consegue perceber em que medida a dimensão da sustentabilidade encontra-se, incorporada ao cotidiano dos professores e conseqüentemente, dos alunos.

4.3 ANÁLISE DOS PROJETOS PEDAGÓGICOS DOS CURSOS DE ADMINISTRAÇÃO

Os PPCs dos cursos de administração foram solicitados aos coordenadores de cada uma das IES pesquisadas logo em seguida a aplicação das entrevistas com estes, no intuito de corroborar as informações apresentadas e verificar se tais dados estavam em consonância com o documento.

Apesar de a pesquisa ter sido realizada em 22 IES do estado do Rio Grande do Norte, apenas 10 cursos disponibilizaram os seus PPCs para fins dessa análise, sendo que desse número de instituições, 4 são universidades, distribuídas em seus campus, e duas faculdades privadas. As universidades contam com a seguinte distribuição: a universidade estadual possui dois *campi* que oferecem o curso de administração (Universidades 15 e 16), sendo um PPC diferente para cada *campus*; duas universidades federais, a primeira atua com o curso de administração em apenas um dos *campi* (Universidade 17), que possui dois PPCs vigentes para o curso de administração, um do ano de 2009 e outro de 2015, a segunda atua em dois *campi* (Universidades 21 e 22), trabalhando com um PPC diferente para cada *campi*; e, há ainda uma única universidade privada atuando em 3 *campi* (Universidades 18,19 e 20), com os cursos de administração sendo regidos por um único PPC. Além das universidades, duas faculdades disponibilizaram seus PPCs (Faculdades 5 e 10), cada uma destas com um PPC diferente. Desse modo, foram analisados no total 9 PPCs.

A análise dos PPCs foi realizada inicialmente com a leitura dos documentos disponibilizados, em seguida, a partir das informações obtidas foi possível responder ao instrumento de coleta de dados utilizado para alcançar esse objetivo, o *Check-List* (Apêndice

C). Para responder ao objetivo específico, verificar se a questão ambiental é abordada nos Projetos Políticos Pedagógicos dos Cursos pesquisados, esse instrumento contém questões relacionadas com a formalidade das ações e práticas desenvolvidas pelas IES e os seus devidos cursos de administração no que tange a EA e a temática socioambiental, no propósito de verificar se o discurso dos coordenadores e professores entrevistados está alinhado às diretrizes dos PPCs.

A seguir são apresentados em forma de tabelas, os resultados das questões do *Check-List*.

A tabela 1 corresponde às respostas da seguinte indagação, se os cursos de administração pesquisados se propõem a trabalhar as questões socioambientais.

Tabela 1 – Se as questões ambientais são trabalhadas nos cursos de administração

PPC INSTITUIÇÃO	SIM	NÃO
FACULDADE 5	X	
FACULDADE 10	X	
UNIVERSIDADE 15	X	
UNIVERSIDADE 16	X	
UNIVERSIDADE 17 PPC 2009	X	
UNIVERSIDADE 17 PPC 2015	X	
UNIVERSIDADES 18, 19 E 20	X	
UNIVERSIDADE 21	X	
UNIVERSIDADE 22	X	

Fonte: Dados da pesquisa (2015).

Foi possível verificar a partir das leituras dos PPCs, que os cursos de administração que participaram dessa análise se propõem a trabalhar as questões socioambientais não só no escopo das salas de aula, mas também no espaço das instituições e através de projetos de pesquisa e extensão. Tal fato foi constatado através de fragmentos dos PPCs, que instituem a política e missão do curso com enfoque ambiental. Como exemplo do compromisso que os cursos de administração assumem em trabalhar a temática ambiental, foi extraído um trecho do PPC da Faculdade 5 (2014, p.12), que retrata a missão do curso:

Formar profissionais com sólida formação geral e profissional, habilitados a atuarem no mercado com proposta ética, responsabilidade social e ambiental, na compreensão do seu meio, identificando as possibilidades de uma práxis positiva na ampliação da cidadania para uma parcela maior da sociedade.

No item anterior foi visto se os PPCs se propunham a trabalhar com as questões socioambientais nos cursos, já no item seguinte foi abordado se tais questões vinham sendo também propostas pelas respectivas instituições. Foi verificado que as ações ambientais realizadas pelos cursos possuem como referência a política institucional, representando o importante papel que as IES desempenham na formação dos futuros administradores a partir dos discursos de sustentabilidade, e mais que isso, como cidadãos conscientes de suas atitudes perante a sociedade. A seguir, a tabela 2 apresenta os resultados que levaram a essa afirmativa.

Tabela 2 – Se a instituição se propõe a trabalhar as questões socioambientais

PPC INSTITUIÇÃO	SIM	NÃO
FACULDADE 5	X	
FACULDADE 10	X	
UNIVERSIDADE 15	X	
UNIVERSIDADE 16	X	
UNIVERSIDADE 17 PPC 2009	X	
UNIVERSIDADE 17 PPC 2015	X	
UNIVERSIDADES 18, 19 E 20	X	
UNIVERSIDADE 21	X	
UNIVERSIDADE 22	X	

Fonte: Dados da Pesquisa (2015).

Ruscheinsky (2012) ressalta que o principal papel das IES na atualidade, está pautado em proporcionar, enquanto sistema de ensino, a difusão de conhecimentos e perspectivas da temática ambiental que possibilitem uma visão de mundo que contemple as práticas socioambientais nesses espaços, com o objetivo de orientar possíveis mudanças no decorrer do processo educacional, ampliando o campo dos formandos em direção ao mercado de trabalho associado ao compromisso e respeito perante as questões ambientais.

A tabela 3 apresenta os resultados do seguinte questionamento: a temática ambiental é abordada em uma disciplina obrigatória nos cursos de administração? A partir das ementas e estrutura curricular dos cursos pesquisados, cinco PPCs apresentam as disciplinas obrigatórias que abordam a temática ambiental, e quatro PPCs não apresentam essa abordagem.

Tabela 3 – Se a temática ambiental é abordada em uma disciplina obrigatória

PPC INSTITUIÇÃO	SIM	NÃO
FACULDADE 5		X
FACULDADE 10	X	
UNIVERSIDADE 15		X
UNIVERSIDADE 16		X
UNIVERSIDADE 17 PPC 2009	X	
UNIVERSIDADE 17 PPC 2015	X	
UNIVERSIDADES 18, 19 E 20	X	
UNIVERSIDADE 21		X
UNIVERSIDADE 22	X	

Fonte: Dados da Pesquisa (2015).

Vale salientar que os resultados da tabela 3 corroboram com as respostas dadas pelos coordenadores durante as entrevistas.

A partir dos dados apresentados na tabela, ressalta-se que a análise desse quesito foi realizada com base na leitura do ementário das disciplinas presentes na grade curricular dos cursos pesquisados. Isso não quer dizer que a temática ambiental não seja abordada em outros momentos do curso, apenas procurou-se verificar se o enfoque ambiental estava presente de forma explícita no texto das ementas.

Tabela 4- Se a temática ambiental é abordada em disciplinas optativas/eletivas

PPC INSTITUIÇÃO	SIM	NÃO
FACULDADE 5	X	
FACULDADE 10	X	
UNIVERSIDADE 15	X	
UNIVERSIDADE 16	X	
UNIVERSIDADE 17 PPC	X	

2009		
UNIVERSIDADE 17 PPC	X	
2015		
UNIVERSIDADES 18, 19 E	X	
20		
UNIVERSIDADE 21	X	
UNIVERSIDADE 22	X	

Fonte: Dados da Pesquisa (2015).

Diante do mesmo contexto, o item seguinte as disciplinas obrigatórias, questionava se a temática ambiental é abordada em disciplinas optativas. Verificou-se a partir da ementas de disciplinas eletivas, que os cursos que disponibilizaram seus PPCs possuem disciplinas de caráter optativo. Entre as disciplinas podemos citar:

- Gestão Ambiental;
- Contabilidade Ambiental;
- Direito Ambiental;
- Desenvolvimento e Sustentabilidade Ambiental;
- Economia Rural;
- Administração Rural;
- Marketing Ambiental;
- Educação Ambiental;
- Auditoria Ambiental;
- Gestão Ambiental na empresa.

A tabela 5 apresenta o quantitativo de disciplinas obrigatórias e optativas presentes nos PPCs dos cursos pesquisados em que a temática ambiental venha sendo trabalhada de maneira objetiva e explícita ou de forma co-relata.

Tabela 5 – Quantitativo de disciplinas obrigatórias e optativas nos PPCs pesquisados onde a temática ambiental seja trabalhada de forma objetiva ou co-relata

PPC INSTITUIÇÃO	OBRIGATÓRIAS	OPTATIVAS
FACULDADE 5	2	3
FACULDADE 10	2	17
UNIVERSIDADE 15	3	0
UNIVERSIDADE 16	2	1

UNIVERSIDADE 17 PPC 2009	2	0
UNIVERSIDADE 17 PPC 2015	3	2
UNIVERSIDADES 18, 19 E 20	3	7
UNIVERSIDADE 21	1	3
UNIVERSIDADE 22	1	1

Fonte: Dados da Pesquisa (2015).

Vale salientar que há instituições que não possuem em sua grade curricular um quadro de disciplinas optativas que abordem a questão ambiental. Entretanto, há instituições que possuem elevado número no oferecimento de disciplinas eletivas com a temática, o que pode ser caracterizado por duas causas, uma delas pode ser o comprometimento que o curso vem assumindo perante as questões socioambientais ou a demanda dos discentes pelo estímulo em aprender sobre o assunto.

A tabela 6 a seguir, questiona se nos PPCs há a consideração de projetos de extensão que estejam relacionados com a temática ambiental.

Tabela 6 – Se há consideração de projetos de extensão relacionados com as questões ambientais documentados nos PPCs dos cursos de administração

PPC INSTITUIÇÃO	SIM	NÃO
FACULDADE 5	X	
FACULDADE 10	X	
UNIVERSIDADE 15		X
UNIVERSIDADE 16		X
UNIVERSIDADE 17 PPC 2009		X
UNIVERSIDADE 17 PPC 2015	X	
UNIVERSIDADES 18, 19 E 20	X	
UNIVERSIDADE 21	X	
UNIVERSIDADE 22	X	

Fonte: Dados da Pesquisa (2015).

Dos PPCs analisados, todos eles se comprometem com a realização de projetos na extensão em cursos de administração, no entanto como o foco dessa pesquisa é a abordagem ambiental, seis PPCs afirmam a execução desses projetos, apresentando seus coordenadores e envolvidos no processo da pesquisa, aonde vem sendo realizado e de que forma acontecem as ações. A exemplo desses que tratam da extensão relacionada com a temática ambiental, o PPC da Faculdade 5 (2014, p. 10) apresenta uma experiência de um projeto do curso que coleta lixo eletrônico na instituição.

O projeto visa promover e disseminar o conhecimento acerca dos impactos ambientais que os equipamentos tecnológicos trazem ao meio ambiente e mostrar a importância das ações ambientalmente sustentáveis da TI verdes na sociedade. O objetivo é usar a academia como um meio para propagar a consciência ambiental da comunidade em geral sobre a importância de descartar de forma correta os lixos eletrônicos (e-lixo), dando-lhes o seu devido destino.

Seguindo a mesma linha de raciocínio do quesito anterior, a tabela 7 se refere à existência documentada de projetos de pesquisa nos cursos de administração que abordem as questões ambientais.

Tabela 7 – Se há consideração de projetos de pesquisa relacionados às questões ambientais documentados nos PPCs dos cursos de administração

PPC INSTITUIÇÃO	SIM	NÃO
FACULDADE 5		X
FACULDADE 10	X	
UNIVERSIDADE 15		X
UNIVERSIDADE 16		X
UNIVERSIDADE 17 PPC 2009		X
UNIVERSIDADE 17 PPC 2015	X	
UNIVERSIDADES 18, 19 E 20	X	
UNIVERSIDADE 21	X	
UNIVERSIDADE 22	X	

Fonte: Dados da Pesquisa (2015).

O PPC da universidade 16 menciona a importância de executar projetos de pesquisa no âmbito do curso.

O objetivo futuro é formar grupos interdisciplinares de discussão, estudo, pesquisa, e produção científica nas áreas condizentes com o grupo de pesquisa existente. Esta ação está na perspectiva de fortalecer grupos de estudos e pesquisas que estimulem docentes e discentes à criação cultural e ao desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo (2015, p. 55).

Em seguida, o próximo quesito do *check-list* questiona se a temática ambiental vinha sendo trabalhada nos cursos de administração de uma maneira interdisciplinar e transversal, ou seja, se a temática perpassava todas as disciplinas, sendo inserida através de debates e discussões.

Tabela 8 – Se a temática ambiental vem sendo trabalhada de forma interdisciplinar e transversal

PPC INSTITUIÇÃO	SIM	NÃO
FACULDADE 5	X	
FACULDADE 10	X	
UNIVERSIDADE 15	X	
UNIVERSIDADE 16		X
UNIVERSIDADE 17 PPC 2009	X	
UNIVERSIDADE 17 PPC 2015	X	
UNIVERSIDADES 18, 19 E 20	X	
UNIVERSIDADE 21	X	
UNIVERSIDADE 22	X	

Fonte: Dados da Pesquisa (2015).

A partir da leitura dos PPCs disponibilizados pelos coordenadores foi possível estabelecer relação de interdisciplinaridade entre os cursos de administração e a temática ambiental, além disso, os cursos se propõem a assumir o papel de formar futuros administradores com competências que se referem à sustentabilidade, ponto que foi observado a partir do objetivo, perfil e competências do egresso em administração. No entanto apenas um PPC não aborda as questões ambientais, nem tampouco enfoca a importância de trabalhar

essa temática de forma transversal nas disciplinas do curso, fato que foi confirmado pela própria coordenadora durante a entrevista.

Para o ensino superior, a legislação observa que a temática da Educação Ambiental deve estar referenciada nos PPCs, não sendo necessariamente como uma disciplina, mas, para, além disso, que sejam proporcionados espaços de debate e atividades práticas, de modo interdisciplinar a transversal, não ficando apenas na teoria, mas aplicar o conhecimento no campo prático, aperfeiçoando suas ações e analisando seus resultados (SILVA; HAETINGER, 2012).

Segundo Coimbra (2011), um dos grandes desafios para a área da administração atualmente é trabalhar os projetos pedagógicos dos cursos a partir de uma perspectiva interdisciplinar. O formato tradicional, que prepara os discentes somente para o mercado de trabalho, é uma barreira que precisa ser superada, de forma que se possam oferecer a esses alunos novos conhecimentos que envolvam a sustentabilidade.

Na tabela 9 é possível verificar se o perfil do profissional graduado no bacharelado em administração atende a ideia de que este possa ser um ator responsável perante as questões ambientais, seja nas suas atividades pessoais ou no ambiente de trabalho, de acordo com o perfil delineado pelos PPCs.

Tabela 9 – Se o perfil do profissional formado atende a ideia de que o indivíduo é um dos atores do meio ambiente

PPC INSTITUIÇÃO	SIM	NÃO
FACULDADE 5	X	
FACULDADE 10	X	
UNIVERSIDADE 15	X	
UNIVERSIDADE 16		X
UNIVERSIDADE 17 PPC 2009	X	
UNIVERSIDADE 17 PPC 2015	X	
UNIVERSIDADES 18, 19 E 20	X	
UNIVERSIDADE 21	X	
UNIVERSIDADE 22	X	

Fonte: Dados da Pesquisa (2015).

Observou-se que o texto dos PPCs, com exceção de um deles, apresenta trechos que confirmam que os administradores enquanto cidadãos e profissionais têm a responsabilidade de estabelecer relações entre as organizações e o meio ambiente. Corroborando o que vem sendo apresentado na tabela, o PPC da Universidade 15 (2014, p. 24) apresenta o objetivo do curso de administração de sua instituição, “o objetivo do curso é a formação de Administradores que contribuam para o desenvolvimento sustentável das organizações produtivas na região e no país”. A seguir o documento do mesmo curso apresenta o perfil do profissional formado.

Formar profissionais capacitados para compreender as organizações produtivas, tanto no aspecto interno como nas suas relações com o meio ambiente, a partir dos critérios de eficiência e eficácia que são as dimensões técnicas necessárias à formação do Administrador, pois a eficácia concretiza a missão e os objetivos de formação do Administrador, enquanto que a eficiência preocupa-se com a otimização dos esforços e recursos nas organizações (PPC da Universidade 15, 2014, p. 24).

A tabela 10 que se refere à próxima questão do *check-list* indaga se em algum momento ou ponto dos PPCs a Lei nº 9.795 de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental é citada no documento.

Tabela 10 – Se em algum momento é citada a Lei Nº 9.795/1999

PPC INSTITUIÇÃO	SIM	NÃO
FACULDADE 5		X
FACULDADE 10		X
UNIVERSIDADE 15		X
UNIVERSIDADE 16		X
UNIVERSIDADE 17 PPC 2009	X	
UNIVERSIDADE 17 PPC 2015	X	
UNIVERSIDADES 18, 19 E 20	X	
UNIVERSIDADE 21	X	
UNIVERSIDADE 22	X	

Fonte: Dados da Pesquisa (2015).

A partir do que foi apresentado na tabela 10, observa-se que apenas cinco PPCs apresentam os aspectos legais da EA. Observa-se com esses dados que apesar dos avanços nas discussões, ainda há uma carência no tratamento das questões ambientais em cursos de administração, este fato pode ser confirmado com a baixa legislação presente e, para alguns cursos, a ausência total desta, presente nos documentos que regem o curso.

O PPC é um documento que reflete o posicionamento dos sistemas de ensino em qualquer nível e modalidade, no caso aqui em IES, perante a sociedade, por isso a educação ambiental não pode estar isenta das orientações presentes nesse documento. De acordo com Ruscheinsky e Costa (2012, p. 105), “a educação ambiental pretende lidar com todos os aspectos da vida do cidadão, como um sujeito em construção, no vir-a-ser em seu tempo e das exigências de seu espaço”.

Nesse sentido, para que a EA seja instituída de forma abrangente, é necessário que ocorra a sua inserção nos projetos pedagógicos dos cursos, de forma a estar presente nos currículos de ensino de maneira contínua e integrada como preza a Política Nacional de Educação Ambiental.

O último item do *check-list* representado na tabela 11, onde é questionado se em algum momento do PPC são mencionadas as Diretrizes Curriculares Nacionais de EA.

Tabela 11 – Se em algum momento são citadas as Diretrizes Curriculares Nacionais de Educação Ambiental

PPC INSTITUIÇÃO	SIM	NÃO
FACULDADE 5		X
FACULDADE 10		X
UNIVERSIDADE 15		X
UNIVERSIDADE 16		X
UNIVERSIDADE 17 PPC 2009		X
UNIVERSIDADE 17 PPC 2015		X
UNIVERSIDADES 18, 19 E 20		X
UNIVERSIDADE 21		X
UNIVERSIDADE 22		X

Fonte: Dados da Pesquisa (2015).

Foi verificado que nenhum dos PPCs disponibilizados menciona as Diretrizes Curriculares Nacionais de Educação Ambiental.

Na tentativa de reforçar os princípios da EA, o Ministério da Educação estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental que, conforme exigência legal a EA deve estar presente em todas as etapas e modalidades de ensino (BRASIL, 2012).

Com a aprovação das Diretrizes em 2012, e as exigências da avaliação e reconhecimento de cursos pelo Ministério da Educação, no que diz respeito à transversalidade da educação ambiental nos projetos pedagógicos e nas disciplinas dos cursos de graduação, entende-se que este deveria ter sido um importante momento de facilitar para as IES o processo de ambientalização curricular (GUERRA; FIGUEIREDO, 2014).

No entanto, percebe-se que no ensino, há ainda um movimento incipiente para a inserção de temáticas ambientais nas estruturas curriculares dos cursos e, mais ainda nos PPCs.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa pesquisa teve o objetivo de analisar como a temática ambiental é trabalhada em cursos de administração do estado do Rio Grande do Norte. Para tanto, realizou-se um estudo multi-casos, de caráter descritivo, e como procedimentos de coleta de dados foi realizada a pesquisa documental, através da análise dos PPCs dos cursos e, a entrevista com os coordenadores dos cursos e com professores.

Assim, o trabalho apresentou o contexto histórico da educação ambiental, os principais eventos que desencadearam a criação da legislação específica da temática e ainda, a sua inserção nas instituições de ensino superior, bem como os principais tratados firmados por estas no intuito de assumir o compromisso de abordar as questões ambientais no escopo acadêmico. Prosseguindo com o referencial norteador para essa dissertação, a pesquisa retratou um pouco da criação do curso de administração no Brasil, no sentido de relatar a formação do administrador e suas competências como um líder e gestor nas organizações, características previstas nas Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de Administração. Por fim, o referencial teórico discutia a respeito da inserção da temática ambiental em cursos de administração.

Do curso de administração no contexto da realidade no Brasil chegou-se ao contexto local, nas IES do estado do Rio Grande do Norte que oferecem o curso na modalidade bacharelado presencial, apresentando aspectos do enfoque ambiental sob a perspectiva de coordenadores e professores, além da análise dos projetos pedagógicos desses cursos.

Os resultados obtidos com essa pesquisa apontam direcionamentos de reflexão para repensar o modo como as questões ambientais vêm sendo discutidas no ensino da administração e abre caminho para que se avance rumo a uma discussão mais ampla no escopo administrativo desses cursos, tendo como principal objetivo a formação dos administradores.

Na entrevista realizada com os coordenadores e professores, observa-se que as características presentes nas respostas revelam que os cursos de administração pesquisados apresentam a inserção da abordagem ambiental no escopo de suas atividades, através de disciplinas obrigatórias, eletivas/optativas, aulas de campo e visitas técnicas, atividades complementares em caráter de eventos ou paralelas às IES e, através de projetos de pesquisa e extensão onde atuam professores e discentes do curso.

No entanto, os resultados apontam algumas fragilidades no que se refere às práticas de EA nos cursos pesquisados. Inicialmente, observa-se a partir da fala dos entrevistados que o

trabalhar das questões ambientais acabam ficando restritas ao professor que tem maior envolvimento com a área, seja esta por sua formação acadêmica ou até mesmo por experiência no mercado de trabalho, e por essa razão, as ações tornam-se pontuais sendo realizadas apenas em datas comemorativas ou eventos e disciplinas específicas na área, não havendo assim, uma continuidade dessas ações de forma transversal e interdisciplinar nos cursos de administração como um todo.

Dessa forma, não é possível afirmar que as práticas desenvolvidas nos cursos de administração pesquisados estão adequadas às diretrizes da Educação Ambiental, o que pode ser um indício de que os cursos superiores de forma geral ainda possuem uma condução conservadora da temática ambiental, o que limita o foco de prosseguir na observância das atuais necessidades do mercado de trabalho.

Concomitante a entrevista com os coordenadores, foi solicitado aos mesmos, à análise dos PPCs dos cursos com a finalidade de corroborar as respostas dadas pelos entrevistados, no sentido de verificar se as ações e práticas citadas apresentavam consonância com a escrita do documento.

Porém, como foi identificado na análise dos dados, apenas 10 cursos disponibilizaram seus documentos e, somente 9 PPCs foram analisados pelo *check-list*. Esse ponto merece a ressalva de que 3 universidades possuem um único PPC para os três cursos de administração de suas IES, e uma outra universidade apresenta dois PPCs vigentes para o mesmo curso de administração.

Aponta-se como uma limitação dessa pesquisa, o número de PPCs disponibilizados para a etapa de análise documental. Com isso é possível afirmar que algumas das falas dos coordenadores não puderam ser confirmadas, em razão da ausência desse documento.

Dentro desse contexto e a partir da análise dos PPCs disponibilizados, observou-se que algumas das atividades e ações mencionadas pelos coordenadores não se encontram descritas no documento. Este fato pode ser um indício de que a questão ambiental vem sendo pouco abordada nos cursos de administração das IES do RN.

Outro ponto de destaque na pesquisa é a ausência da legislação específica de EA e suas diretrizes em alguns dos PPCs analisados, fato que se apresenta em contraponto com as orientações do Ministério da Educação, que preconiza a inserção de alguns temas que devem ser inseridos nos cursos superiores de forma transversal, dentre elas a educação ambiental.

Apesar da existência de iniciativas que abordam as questões ambientais nos cursos pesquisados, percebe-se que elas ocorrem de forma isolada e limitada a professores que têm maior aproximação ou envolvimento com a temática, não sendo realizada de modo

interdisciplinar e transversal em todas as disciplinas e atividades dos cursos, como preconiza a legislação de educação ambiental. Para isso, recomenda-se que haja uma construção coletiva em torno do tema pelos cursos de administração com as suas devidas IES e todos os envolvidos, sendo eles colaboradores, professores e discentes, para que não se tenha o risco de descontinuidade das ações.

Diante dessas ponderações é possível concluir que, a pesquisa ora apresentada responde ao objetivo principal da pesquisa, analisar o modo como a temática ambiental vem sendo discutida e aplicada nos cursos de administração do RN. Ademais, no decorrer da apresentação dos resultados e discussão dos dados, percebe-se que as entrevistadas realizadas com os coordenadores e professores, além da análise documental dos PPCs, como o principal documento que rege os cursos, os objetivos específicos também puderam ser alcançados.

Acredita-se na pesquisa ora apresentada como um caminho possível para orientar o trabalho com educação ambiental não apenas nos cursos de Administração, mas em tantas outras áreas que continuam trabalhando o tema a partir de uma visão fragmentada e desconectada da realidade dos alunos.

Visto isso, a contribuição desta pesquisa é para uma maior abrangência do pensamento sistêmico e interdisciplinar nos cursos de Administração, no que se refere ao enfoque da Educação Ambiental.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, M. I. A universidade e a formação de professores para a educação ambiental. **Revista Brasileira de Educação Ambiental**, Brasília, n. 0, 2004. Disponível em: <http://d3nehc6yl9qzo4.cloudfront.net/downloads/revbea_n_zero.pdf>. Acesso em: 16 jul. 2014.
- BARBIERI, J. C. A educação ambiental e a gestão ambiental em cursos de graduação em administração: objetivos, desafios e propostas. **Revista Brasileira de Administração Pública**. Rio de Janeiro v. 38, n. 6, p. 919-946, nov./dez., 2004. Disponível em: <[file:///C:/Users/Ana/Downloads/6766-12558-1-PB%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/Ana/Downloads/6766-12558-1-PB%20(1).pdf)>. Acesso em: 18 jul. 2014.
- BARBIERI, J.C; SILVA, D. Desenvolvimento Sustentável e Educação Ambiental: uma trajetória comum com muitos desafios. **Revista de Administração Mackenzie**, v. 12, n. 3, São Paulo, mai./jun. 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ram/v12n3/a04v12n3.pdf>> Acesso em: 18 jul. 2014.
- BARBOSA, G. S. O Desafio do desenvolvimento sustentável. **Revista Visões**, v.1, n. 4, Rio de Janeiro, jan./jun. 2008. Disponível em: <http://www.fsma.edu.br/visoes/ed04/4ed_O_Desafio_Do_Desenvolvimento_Sustentavel_Gi sele.pdf> Acesso em: 13 ago. 2014
- BATISTA, I. H.; ALBUQUERQUE, C. C. de. Desenvolvimento Sustentável: novos rumos para a humanidade. **Aboré: Revista eletrônica**, n. 3. 2007. ISSN 1980-6930. Disponível em: <http://www.revistas.uea.edu.br/old/abore/artigos/artigos_3/Ieda%20Hortencio%20Batista.pdf> Acesso em: 13 ago. 2014.
- BATISTA, M. S. S.; RAMOS, M. C. P. Desafios da Educação Ambiental no Ensino Superior: das Políticas às Práticas no Brasil e em Portugal. In: Simpósio Brasileiro de Política e Administração da Educação, 25, 2011, São Paulo. **Anais...** São Paulo: ANPAE, 2011. Disponível em: <<http://www.anpae.org.br/simposio2011/cdrom2011/PDFs/trabalhosCompletos/comunicacoesRelatos/0356.pdf>> Acesso em: 05 jan. 2015.
- BRASIL. Lei Federal nº 6.902, de 27 de abril de 1981. Dispõe sobre a criação de Estações Ecológicas, Áreas de Proteção Ambiental e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Poder Executivo, Brasília, DF, 27 abr. 1981. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/16902.htm>. Acesso em: 22 dez. 2014.
- BRASIL. Lei Nº 6938, de 31 de agosto de 1981. Dispõe sobre Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Poder Executivo, Brasília, DF, 31 ago. 1981. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/16938.htm>. Acesso em: 18 set. 2014.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Poder Executivo, Brasília, DF, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 18 set. 2014.

BRASIL. Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Poder Executivo, Brasília, DF, 20 dez. 1996. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn1.pdf. Acesso em: 11 nov. 2014.

BRASIL. **A Implantação da Educação Ambiental no Brasil**. Coordenação de Educação Ambiental. Ministério da Educação. Brasília: MEC, 1998. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me001647.pdf> Acesso em: 11 nov. 2014.

BRASIL. Lei Nº 9795, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Poder Executivo, Brasília, DF, 27 abr. 1999. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19795.htm. Acesso em: 18 set. 2014.

BRASIL. Decreto 4.281, 25 de junho de 2002. Regulamenta a Lei Nº 9.795, 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Poder Executivo, Brasília, DF, 25 jun. 2002. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4281.htm Acesso em: 18 set. 2014.

BRASIL. Parecer Nº 134, de 4 de junho de 2003. Elaborado pela Comissão de Educação Superior. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Poder Executivo, Brasília, DF, 9 set. 2003. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/ces-0134.pdf> Acesso em: 19 mar. 2015.

BRASIL. Resolução Nº 1, de 2 de fevereiro de 2004. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Administração, Bacharelado e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Poder Executivo, Brasília, DF, 2 fev. 2004. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rces01_04.pdf Acesso em: 05 mar. 2015.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Ministério da Educação. **Programa Nacional de Educação Ambiental**. Brasília: MMA, 2005. Disponível em: <file:///C:/Users/Ana/Downloads/pronea4.pdf> Acesso em: 17 set. 2014.

BRASIL. Resolução Nº 04, de 13 de julho de 2005. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de graduação em Administração, Bacharelado, e dá outras providências. **Diário [da] República Federativa do Brasil**. Poder Executivo, Brasília, DF, 19 jul. 2005, Seção 1, p. 26. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rces004_05.pdf Acesso em: 15 mar. 2015.

BRASIL. Decreto Nº 5773, de 09 de maio de 2006. Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Poder Executivo, Brasília: Portal do MEC, 2006. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/legislacao/decreton57731.pdf> Acesso em: 18 set. 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. **Diretrizes curriculares nacionais para a Educação Ambiental**, Resolução n. 2, de 15/06/2012, Brasília: MEC, 2012. Disponível em: <<http://conferenciainfante.mec.gov.br/images/pdf/diretrizes.pdf>> Acesso em: 18 set. 2014.

CADERNO SECAD. **Educação Ambiental: aprendizes de sustentabilidade**. Brasília, DF: SECAD, 2007. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/publicacao2.pdf>> Acesso em: 17 set. 2014.

CAMPOS, L. M. S. De.; SHIGUNOV NETO, A. A Gestão Ambiental nos Cursos de Administração: discussões preliminares sobre sua importância. **RACE: Revista de Administração Cesusc**, Florianópolis, n. 2, p. 9-24, jul./dez., 2007. Disponível em: <<http://virtual.cesusc.edu.br/portal/externo/revistas/index.php/administracao/article/viewFile/101/91>> Acesso em 22 mar. 2015.

CAMPOS, R. A. **A Educação Ambiental e a Formação do Educador Crítico: estudo de caso em uma escola da rede pública**. 2006. 110 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, SP, 2006. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.puc-campinas.edu.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=90> Acesso em: 16 abr. 2015.

CARVALHO, I. C. M.; SILVA, R. S. Ambientalização do Ensino Superior e experiência da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. In: RUCHEINSKY, A.; GUERRA, A. F.S.; FIGUEIREDO, M. L.; LEME, P. C.S.; RANIERI, V. E. L.; DELITTI, W. B. C. (Orgs.). **Ambientalização nas Instituições de Ensino Superior no Brasil: caminhos trilhados, desafios e possibilidades**. São Carlos: EESC/USP, 2014. Seção II, p. 125-144. Disponível em: <<http://www.bestbothworlds2014.sc.usp.br/AMBIENTALIZACAO.pdf>> Acesso em: 16 abr. 2015.

CATALÃO, V. M. S; LAYRARGUES, P. P.; ZANETI, I. C. B.B. (Orgs.). **Universidade para o Século XXI: educação e gestão ambiental na Universidade de Brasília**. Brasília: Cidade Gráfica e Editora, 2011. Disponível em: <http://www.unb.br/administracao/decanatos/dex/naa/arquivos/Livro%20UnB%20Sustentavel_publicacao.pdf> Acesso em: 16 abr. 2015.

CEF. Conselho Federal de Educação. **Lei Nº 4.769, de 1965**. Dispõe sobre o exercício da profissão de Administrador. Aprovada em 9 de setembro de 1965. Disponível em: <<http://www.cfa.org.br/institucional/legislacao/leis/1965/Lei4769.pdf>> Acesso em: 15 mar. 2015.

CEF. Conselho Federal de Educação. Currículos Mínimos de Administração. **Parecer Nº 307 de 1966**. Disponível em: <http://www.crapa.org.br/images/documentos/Manual_do_Administrador.pdf> Acesso em: 15 mar. 2015.

CEF. Conselho Federal de Educação. Novo currículo mínimo do curso de graduação em administração. **Parecer Nº 433/93**, aprovado em 5 de agosto de 1993. Disponível em: <http://www.mackenzie.com.br/fileadmin/Graduacao/CCSA/estagio/curriculo_min_adm.pdf> 15 mar. 2015.

COIMBRA, D. B. **Abordagens e Limitações da Educação Ambiental no Ensino Superior:** percepções a partir da disciplina de gestão ambiental nos cursos de graduação em Administração na cidade de Fortaleza-CE. 2011. 116 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Ceará (UFC), Fortaleza, 2011. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/2607/3/2011_Tese_%20%20DB%20Coimbra.pdf> Acesso em: 14 maio 2015.

COOPER, M.; MEIRA, A. M.; ARAÚJO, M. A.; SANCHES, A. C. S.; PINHEL, M. T. S. P.; KORTS, M. R. R. Sustentabilidade em *Campus* Universitário: experiência do plano diretor socioambiental participativo – *Campus* Luiz de Queiroz da Universidade de São Paulo/Piracicaba/Brasil. In: RUCHEINSKY, A.; GUERRA, A. F.S.; FIGUEIREDO, M. L.; LEME, P. C.S.; RANIERI, V. E. L.; DELITTI, W. B. C. (Orgs.). **Ambientalização nas Instituições de Ensino Superior no Brasil:** caminhos trilhados, desafios e possibilidades. São Carlos: EESC/USP, 2014. Seção II, p. 83-95. Disponível em: <<http://www.bestbothworlds2014.sc.usp.br/AMBIENTALIZACAO.pdf>> Acesso em: 16 abr. 2015.

COVRE, M. L. M. **A formação e a ideologia do Administrador de Empresa.** 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1982.

DACACHE, F. M. **Uma Proposta de Educação Ambiental Utilizando o Lixo como Tema Interdisciplinar.** 2004. 80 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Ambiental) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, 2004. Disponível em: <<http://www.uff.br/cienciaambiental/dissertacoes/FMDacache.pdf>> Acesso em: 14 maio 2015.

DEMAJOROVIC, J.; SILVA, H. C. O. Formação Interdisciplinar e Sustentabilidade em Cursos de Administração: desafios e perspectivas. **Revista de Administração Mackenzie**, São Paulo, v. 13, n.5, p. 39-64, set./out., 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ram/v13n5/v13n5a03.pdf>> Acesso em: 28 maio 2015.

DIAS, G. F. Os quinze anos da educação ambiental no Brasil: um depoimento. **Em Aberto**, Brasília, v. 10, n. 49, p. 3-14, jan./mar., 1991. Disponível em: <<file:///C:/Users/Ana/Downloads/1798-1860-1-PB.pdf>> Acesso em: 18 set. 2014.

DUVOISIN, I. A.; RUSCHEINSKY, A. Visão sistêmica e educação ambiental: conflitos entre o velho e o novo paradigma. In: RUSCHEINSKY, A. (Org.). **Educação Ambiental:** abordagens múltiplas. 2 ed. Porto Alegre: Penso, 2012. cap. 6, p. 115-135.

FERREIRA, D. D. M.; FERREIRA, L. F. O Ensino de Gestão Ambiental nos Cursos de Administração de Empresas nas Ies (Instituições De Ensino Superior) do Estado de Santa Catarina: um Estudo Exploratório. CONGRESSO NACIONAL DE EXCELÊNCIA EM GESTÃO, 4., 2008, Niterói. **Anais...**, 2008.

FILHO, V. B.; MELO, F. R. Educação Ambiental para a periferia. In: SEABRA, Giovanni (Org). **Educação Ambiental no Mundo Globalizado:** uma ecologia de riscos, desafios e resistência. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2011. cap. 5, p. 79-92.

FREIRE. P. **Educação e Mudança.** 12. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1979.

GADOTTI, M. Educar para a Sustentabilidade. **Inclusão Social**, Brasília, v. 3, n.1, p. 75-78, out. 2007/mar. 2008. Disponível em: <file:///C:/Users/Ana/Downloads/113-449-1-PB.pdf> Acesso em: 17 abr. 2015.

GIESTA, L. C.; SILVA, T. N. Da. Organizações preocupadas com a gestão ambiental e de pessoas e o reflexo na promoção do estoque de capital social: estudo de caso em cooperativas gaúchas. In: GIESTA, Lílian Caporlândia; LEITE, Rodrigo de Almeida. (Orgs.) **Responsabilidade Social e Gestão Ambiental**. Natal: EDUFRN, 2010. p. 119-141.

GIESTA, L. C. Educação (Ambiental) e Gestão Ambiental nas Organizações: a importância de uma abordagem inter/transdisciplinar. In: ENCONTRO NACIONAL E I ENCONTRO INTERNACIONAL SOBRE GESTÃO EMPRESARIAL E MEIO AMBIENTE, 11., 2009, Fortaleza, CE. **Anais...** Fortaleza, CE; [s.n.], 2009.

GONÇALVES, C. W. P. **Os (Des)Caminhos do Meio Ambiente**. 11. Ed. São Paulo: Contexto, 2004.

GONÇALVES, D. B. Desenvolvimento Sustentável: o desafio da presente geração. **Revista Espaço Acadêmico**, n. 51, Ano 5, ago. 2005. Disponível em: <<http://www.espacoacademico.com.br/051/51goncalves.htm>> Acesso em: 18 set. 2014.

GONÇALVES-DIAS, S. L.F.; TEODÓSIO, A. S. S.; CARVALHO, S.; SILVA, H. M. R. Consciência Ambiental: um estudo exploratório sobre suas implicações para o ensino da administração. **RAE Eletrônica**, v. 8, n. 1, jan./jun., 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/raeel/v8n1/a04v8n1.pdf>> Acesso em: 19 set. 2014.

GUERRA, A. F. S.; FIGUEIREDO, M. L. Caminhos e desafios para a ambientalização curricular nas universidades: panorama, reflexões e caminhos da tessitura do Programa Univali Sustentável. In: RUCHEINSKY, A.; GUERRA, A. F.S.; FIGUEIREDO, M. L.; LEME, P. C.S.; RANIERI, V. E. L.; DELITTI, W. B. C. (Orgs.). **Ambientalização nas Instituições de Ensino Superior no Brasil: caminhos trilhados, desafios e possibilidades**. São Carlos: EESC/USP, 2014. Seção II, p. 145-164. Disponível em: <<http://www.bestbothworlds2014.sc.usp.br/AMBIENTALIZACAO.pdf>> Acesso em: 16 abr. 2015.

GUIMARÃES, R. P.; FONTOURA, Y. S. R. Rio+20 ou Rio-20? Crônica de um fracasso anunciado. **Ambiente e Sociedade**, v. 15, n.3, p. 19-39, set./dez., 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/asoc/v15n3/a03v15n3.pdf>> Acesso em: 19 set. 2014.

GURSKI, B. C. et al. Conferência de Estocolmo: um marco na questão ambiental. In: ENANGRAD, 23, 2012, Bento Gonçalves, RS. **Anais...** Bento Gonçalves, RS: ENANGRAD, 2012. Disponível em: <http://xxiiienangrad.enangrad.org.br/anaisenangrad/_resources/media/artigos/gds/14.pdf> Acesso em: 17 out. 2014.

GONZALEZ, C. E. F. Educação Ambiental no Ensino Superior – Contribuições da Aprendizagem Significativa. **Revista Meio Ambiente e Sustentabilidade**, v. 5, n. 3, 2014. Disponível em: <file:///C:/Users/Ana/Downloads/264-978-1-PB%20(1).pdf> Acesso em: 22 nov. 2014.

HIGUCHI, M. I. G.; AZEVEDO, G. C. de. Educação como processo na construção da cidadania ambiental. **Revista Brasileira de Educação Ambiental**, Brasília, nº. 0, p.63-70, nov. 2004. Disponível em:

<http://d3nehc6yl9qzo4.cloudfront.net/downloads/revbea_n_zero.pdf> Acesso em: 19 nov. 2014.

JACOBI, P. R. Educação e Meio Ambiente: transformando as práticas. **Revista Brasileira de Educação Ambiental**, Brasília, n. 0, p. 28-35, nov. 2004. Disponível em:

http://d3nehc6yl9qzo4.cloudfront.net/downloads/revbea_n_zero.pdf> Acesso em: 19 nov. 2014.

JACOBI, P. R. Educação Ambiental: o desafio da construção de um pensamento crítico, complexo e reflexivo. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 31, n. 2, p. 233-250, mai/ago., 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ep/v31n2/a07v31n2.pdf>> Acesso em: 23 nov. 2014.

JACOBI, Pedro Roberto; RAUFFLET, Emmanuel; ARRUDA, Michelle Padovese de. Educação para a sustentabilidade nos cursos de administração: reflexão sobre paradigmas e práticas. **RAM: Rev. Adm. Mackenzie**, São Paulo, v. 12, n. 3, p.21-50, 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ram/v12n3/a03v12n3.pdf>> Acesso em: 23 nov. 2014.

JAKUBOSKI, A. P.; SANTOS, I. J. P.; RAUBER, E. A. Política Nacional de Educação Ambiental. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DA AJES, 1., 2013, Mato Grosso, **Anais...**, Mato Grosso: AJES, 2013. Disponível em:

<http://www.site.ajes.edu.br/direito/arquivos/20131029230331.pdf> Acesso em: 18 nov. 2015.

KRAEMER, M. E. P. A Universidade do Século XXI rumo ao Desenvolvimento Sustentável. **Revista Eletrônica de Ciência Administrativa**, v. 3, n.2, nov./2004. Disponível em:

<[file:///C:/Users/Ana/Downloads/408-1324-1-PB%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/Ana/Downloads/408-1324-1-PB%20(1).pdf)> Acesso em: 26 nov. 2014.

LACERDA, C. C. O.; SILVA, L. B.; SILVA, N. E. F.; SOUZA, S. M. A. Temática Ambiental nos Currículos de Ensino dos Cursos de Administração das Instituições de Ensino Superior do Estado da Paraíba. **Revista de Gestão Ambiental e Sustentabilidade**, v. 3, n.1, p. 28-42, jan./abr., 2014. Disponível em: <<file:///C:/Users/Ana/Downloads/Dialnet-TematicaAmbientalNosCurriculosDeEnsinoDosCursosDeA-5076747.pdf>> Acesso em: 26 ago. 2015.

LAYRARGUES, P. P. Muito Prazer sou a Educação Ambiental, seu novo objeto de Estudo Sociológico. In: ANNPAS, 2002. São Paulo, **Anais...** São Paulo: ANNPAS, 2002. p. 1-15. Disponível em:

<http://www.anppas.org.br/encontro_anual/encontro1/gt/teoria_meio_ambiente/Philippe%20Pomier%20Layrargues.pdf> Acesso em: 27 nov. 2014.

LEFF, E. Complexidade, Interdisciplinaridade e Saber Ambiental. In: PHILIPPI JR., A.; TUCCI, C. E. M.; HOGAN, D. J.; NAVEGANTES, R. (orgs.). **Interdisciplinaridade em Ciências Ambientais**. São Paulo: Signus Editora: 2000. cap. 2, p. 19-51.

LEFF, E. **Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder**. Rio de Janeiro: Vozes, 2001.

LOPES, P. C. A formação do administrador no ensino de graduação: uma reflexão. **Semina: Ciências Sociais e Humanas**, Londrina, v. 27, n. 2, p. 187-201, jul./dez., 2006. Disponível em: <file:///C:/Users/Ana/Downloads/3749-12545-1-PB%20(1).pdf> Acesso em: 07 abr. 2015.

MACEDO, C. V. P.; FREITAS, A. A. F.; GUERRA, D. S. Uma escala para mensuração da importância percebida pelos docentes sobre a abordagem socioambiental nos cursos de administração de empresas. **Revista de Administração Mackenzie**, v. 14, n. 1, p. 75-97, jan./fev., 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ram/v14n1/04.pdf> Acesso em: 07 abr. 2015.

MARCOMIM, F. E.; SILVA, A. D.V. A Sustentabilidade no ensino superior brasileiro: alguns elementos a partir da prática de educação ambiental na Universidade. **Contrapontos**, v. 9, n.2, p. 104-117, mai/ago., 2009. Disponível em: <file:///C:/Users/Ana/Downloads/999-2933-3-PB%20(1).pdf> Acesso em: 28 nov. 2014.

MARINHO, A. M.S. **A Educação Ambiental e o Desafio da Interdisciplinaridade**. 2004. 117 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, 2004. Disponível em: <http://www.biblioteca.pucminas.br/teses/Educacao_MarinhoAM_1.pdf> Acesso em: 19 set. 2014.

MARTINS, Gilberto de Andrade; THEÓPHILO, Carlos Renato. **Metodologia da investigação científica para as ciências sociais aplicadas**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MASCARENHAS, M. P.; SILVA, W. A. C. Educação para Sustentabilidade: a formação da nova geração de administradores nas IES da RMBH. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GESTÃO DE PROJETOS, 2., 2013, São Paulo, **Anais....**, São Paulo: SINGEP, 2013.

MEC. **Parâmetros Curriculares Nacionais: introdução aos parâmetros curriculares nacionais**. Brasília: MEC, 1997. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro01.pdf> Acesso em: 19 nov. 2014.

MEDINA, N. M. **Breve Histórico da Educação Ambiental**. Portal do Meio Ambiente. 2008. Disponível em: <http://pm.al.gov.br/bpa/publicacoes/ed_ambiental.pdf>. Acesso em: 17 dez. 2014.

MENDONÇA, P. R. **Educação Ambiental como Política Pública: avaliação dos Parâmetros em Ação – Meio Ambiente na Escola**. 2004. 122 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável) – Universidade de Brasília. Centro de Desenvolvimento Sustentável, Brasília, DF, 2004.

MORADILLO, E. F.; OKI, M. C. M. Educação Ambiental na Universidade: construindo possibilidades. **Química Nova**, v. 27, n. 2, p. 332-336, 2004. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/4841/1/19284.pdf> Acesso em: 19 nov. 2014.

MORALES, A. G.; KNECHTEL, M. R. Universidade e Formação em Educação Ambiental Multicultural: reflexões iniciais. **Revista Eletrônica Contrapontos**, v. 10, n.2, p. 209-217, mai./ago., 2010. Disponível em: <file:///C:/Users/Ana/Downloads/2162-5037-3-PB.pdf> Acesso em: 04 dez. 2014.

MOTTA, F. P. A questão da formação do administrador. **RAE – Revista de Administração de Empresas**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 4, p. 53-55, out./dez., 1983. Disponível em: <http://rae.fgv.br/sites/rae.fgv.br/files/artigos/10.1590_S0034-75901983000400006.pdf> Acesso em: 16 abr. 2015.

NICOLINI, A. Qual será o futuro das fábricas de administradores? **Revista de Administração de Empresas**, v. 43, n. 2, p. 44-54, abril/mai/jun., 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rae/v43n2/v43n2a03.pdf>> Acesso em: 16 abr. 2015.

OLIVEIRA, A. C. C. O curso de administração à luz das Diretrizes Curriculares Nacionais. **Sitientibus**, Feira de Santana, n. 32, p. 29-42, jan./jun., 2005. Disponível em: <http://www2.uefs.br/sitientibus/pdf/32/o_curso_de_administracao_a_luz_das_diretrizes_curriculares_nacionais.pdf> Acesso em: 16 abr. 2015.

OLIVEIRA, L. G.L.; OLIVEIRA, D. M.; COSTA, F. J. A Gestão Ambiental nos Cursos de Administração: uma análise da perspectiva dos professores. **Revista de Administração da Universidade Federal de Santa Maria**, v. 3, n. 2, p. 205-218, mai./ago., 2010. Disponível em: <[file:///C:/Users/Ana/Downloads/2334-8575-1-PB%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/Ana/Downloads/2334-8575-1-PB%20(1).pdf)> Acesso em: 21 maio 2015.

PASE, J.; NORO, G. B.; MEDEIROS, F. S. B.; WISE, A. D.; SCHEFFER, D. Educação Ambiental na Universidade: percepção dos acadêmicos do curso de administração em Santa Maria – RS. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE GESTÃO AMBIENTAL, 4., 2013, Salvador, **Anais...**, Salvador: IBEAS, 2013. Disponível em: <http://www.ibeas.org.br/congresso/Trabalhos2013/VII-034.pdf>. Acesso em:

PINTO, V. R. R.; MOTTER JÚNIOR, M. D. Uma abordagem histórica sobre o ensino da administração no Brasil. **Revista Pensamento Contemporâneo em Administração**, Rio de Janeiro, v.6, n.4, p. 1-28, out./dez., 2012. Disponível em: <<file:///C:/Users/Ana/Downloads/250-791-2-PB.pdf>> Acesso em: 21 maio 2015.

RAUFFLET, E. Formas de Integração da sustentabilidade ao ensino de administração. In: BRUNSTEIN, J.; GODOY, A. S.; SILVA, H. C. (Orgs.). **Educação para Sustentabilidade nas Escolas de Administração**. São Carlos: RiMa Editora, 2014. cap. 2, p. 15-26.

REIGOTA, M. **O que é educação ambiental**. São Paulo: Brasiliense, 2006.

RODRIGUES, J. M. M; SILVA, E. V. **Educação Ambiental e Desenvolvimento Sustentável: problemática, tendências e desafios**. 2. ed. Fortaleza: Edições UFC, 2010.

RODRIGUES, M. G. Educação Ambiental e Sustentabilidade em Países Emergentes. In: SEABRA, Giovanni (Org). **Educação Ambiental no Mundo Globalizado: uma ecologia de riscos, desafios e resistência**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2011. cap. 6, p. 93-102.

RUCHEINSKY, A. Périplo pela incorporação da dimensão socioambiental: incertezas, desafios e tensões em trajetórias universitárias. In: RUCHEINSKY, A.; GUERRA, A. F.S.; FIGUEIREDO, M. L.; LEME, P. C.S.; RANIERI, V. E. L.; DELITTI, W. B. C. (Orgs.). **Ambientalização nas Instituições de Ensino Superior no Brasil: caminhos trilhados, desafios e possibilidades**. São Carlos: EESC/USP, 2014. Seção II, p. 99-124. Disponível em:

<<http://www.bestbothworlds2014.sc.usp.br/AMBIENTALIZACAO.pdf>> Acesso em: 16 abr. 2015.

RUCHEINSKY, A. As rimas da ecopedagogia: perspectiva ambientalista e crítica social. In: RUCHEINSKY, A. (Org.). **Educação Ambiental: abordagens múltiplas**. 2. ed. Porto Alegre: Penso, 2012. cap. 4, p. 77-92.

RUCHEINSKY, A.; COSTA, A. L. A educação ambiental a partir de Paulo Freire. In: RUCHEINSKY, A. (Org.). **Educação Ambiental: abordagens múltiplas**. 2. ed. Porto Alegre: Penso, 2012. cap. 5, p. 93-114.

SAITO, C. H. Política Nacional de Educação Ambiental e Construção da Cidadania: revendo os desafios contemporâneos. In: RUCHEINSKY, A. (Org.). **Educação Ambiental: abordagens múltiplas**. 2. ed. Porto Alegre: Penso, 2012. cap. 3, p. 54-76.

SAUVÉ, L. Educação Ambiental: possibilidades e limitações. **Educação e Pesquisa**. São Paulo, v. 31, n. 2, p. 317-322, mai./ago., 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ep/v31n2/a12v31n2.pdf>> Acesso em: 16 dez. 2015.

SILVA, Andrea da; HAETINGER, Claus. Educação Ambiental no ensino superior: o conhecimento a favor da qualidade de vida e da conscientização socioambiental. **Revista Contexto & Saúde**. Ijuí, v. 12, n. 23, p. 34-40, jul/dez 2012. Disponível em: <<https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/contextoesaude/article/viewFile/1832/2538>> Acesso em: 17 nov. 2015.

SILVA, Márcia Regina Farias da; MARTIM, Maria do Socorro Costa. Educação Ambiental e formação docente. In: CONGRESSO NORDESTINO DE ECOLOGIA, 8. Natal, 2001. **Anais...** Natal: SNE, 2001. 1cd.

SILVA, P. S. Ações Efetivas da Educação Ambiental na Prática Escolar. In: SEABRA, Giovanni (Org). **Educação Ambiental no Mundo Globalizado: uma ecologia de riscos, desafios e resistência**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2011. Cap. 8, p. 113-124.

SINAY, M. C. F.; DALBEM, M. C.; LOUREIRO, I. A.; VIEIRA, J. M. Ensino e Pesquisa em Gestão Ambiental nos Programas Brasileiros de Pós-Graduação em Administração. **Revista de Administração Mackenzie**, São Paulo, v. 14, n. 3, p. 55-82, mai./jun., 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ram/v14n3/a04v14n3.pdf>> Acesso em: 18 jun. 2015.

SILVA, H. H. M. **O isomorfismo na educação ambiental como tema transversal em cursos de graduação em administração**. 2013. 134 f. Dissertação (Mestrado em Administração de Empresas) – Universidade Nove de Julho, São Paulo, 2013. Disponível em: <<https://repositorio.uninove.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/151/HELOISA%20HELENA%20M%20DA%20SILVA%2006-03-2013.pdf?sequence=1>> Acesso em: 18 jun. 2015.

SOUZA, R. F. **Uma experiência em Educação Ambiental: formação de valores socioambientais**. 2003. 125 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003.

SORRENTINO, M.; BIASOLI, S. Ambientalização das instituições de educação superior: a educação ambiental contribuindo para a construção de sociedades sustentáveis. In:

RUCHEINSKY, A.; GUERRA, A. F.S.; FIGUEIREDO, M. L.; LEME, P. C.S.; RANIERI, V. E. L.; DELITTI, W. B. C. (Orgs.). **Ambientalização nas Instituições de Ensino Superior no Brasil: caminhos trilhados, desafios e possibilidades.** São Carlos: EESC/USP, 2014. Seção I, p. 39-46. Disponível em:

<<http://www.bestbothworlds2014.sc.usp.br/AMBIENTALIZACAO.pdf>> Acesso em: 10 dez. 2015.

SPRINGETT, D. Luta Ideológica: o desenvolvimento sustentável no currículo de Administração. In: BRUNSTEIN, J.; GODOY, A. S.; SILVA, H. C. (Orgs.). **Educação para Sustentabilidade nas Escolas de Administração.** São Carlos: RiMa Editora, 2014. cap.1, p. 5-14.

TANNOUS, S.; GARCIA, A. Histórico e Evolução da Educação Ambiental, através dos Tratados Internacionais sobre o Meio Ambiente. **Nucleus**, v.5, n. 2, p. 183-196, out., 2008. Disponível em: <<file:///C:/Users/Ana/Downloads/131-741-1-PB.pdf>> Acesso em: 10 jun. 2014.

TAUCHEN, J.; BRANDLI, L. L. A Gestão Ambiental em Instituições de Ensino Superior: modelo para implantação em campus universitário. **Gestão & Produção**, v. 13, n. 3, p. 503-515, 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/gp/v13n3/11>> Acesso em: 07 jul. 2014.

TAVARES, G. S. **Estudo da Disciplinarização da Educação Ambiental em um Curso Superior de Ciências Biológicas.** 2009. 122 f. Dissertação (Mestrado em Educação Ambiental) – Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande do Sul, 2009. Disponível em: <http://repositorio.furg.br/bitstream/handle/1/2230/georgia%20de%20souza%20tavares.pdf?sequence=1> Acesso em: 07 jul. 2014.

TEIXEIRA, A. C. E. A.; TEIXEIRA, H. A. De. O Ensino de Administração e a Educação Ambiental: algumas reflexões sobre os currículos e a importância da formação de agentes multiplicadores nas organizações. **Revista Gestão e Planejamento**, Salvador, n. 13, ano 7, p. 14-21, jan/jun 2006. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/97143/Ang%C3%A9lica%20Cristine%20%20e%20HELVIO%20DE%20AVELLAR%20TEIXEIRA.pdf?sequence=3&isAllowed=y>> Acesso em: 08 jul. 2015.

TELLES, B. M. **Integrando a Sustentabilidade na Formação de Administradores.** 2011. 250 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2011. Disponível em: <http://www4.pucsp.br/gepi/downloads/RESUMO_DISSERTACOES_GEPI/2011_DISS_BEATRIZ_TELLES.pdf> Acesso em: 08 jul. 2015.

TOZZONI-REIS, M. F. C. Educação Ambiental: referências teóricas no ensino superior. **Interface – Comunicação, Saúde, Educação**, v. 5, n. 9, p. 33-50, 2001. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/pdf/1801/180114091003.pdf>> Acesso em: 11 dez. 2014.

TRISTÃO, M. Saberes e fazeres da educação ambiental no ambiente escolar. **Revista Brasileira de Educação Ambiental**, Brasília, n. 0, p. 47-55, nov. 2004.

TRISTÃO, M. As dimensões e os desafios da educação ambiental na contemporaneidade. In: RUSCHEINSKY, A. (Org.). **Educação Ambiental: abordagens múltiplas**. 2. ed. Porto Alegre: Penso, 2012. cap. 11, p. 233-249.

VELASCO, S. L. Anotações sobre a “Rio + 20” e a educação ambiental ecomunitarista. **Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**. ISSN 1517-1256, v. especial, março, 2013. Disponível em: <file:///C:/Users/Ana/Downloads/3442-9637-1-PB.pdf> Acesso em: 18 set. 2014.

WCED. **Report of the World Commission on Environment and Development: Our common future**. Oslo: Unated Nations, 1987.

APÊNDICE A – Roteiro para os Coordenadores

1. Quantos professores tem no curso?
2. Quantos alunos tem no curso?
3. O curso atua em quais turnos?
4. Como você vê o papel dos futuros administradores em relação às questões ambientais?
5. A questão ambiental é trabalhada de alguma forma no curso de administração em que você atua? Como?
6. Que tipo de formação possuem os professores que lecionam nas disciplinas voltadas à temática ambiental?
7. A instituição estimula de alguma maneira a formação dos professores nas áreas ambientais?
8. Qual a importância de contemplar a questão ambiental no Projeto Político Pedagógico do Curso?
9. Você acha que as questões ambientais estão bem contempladas no curso?
10. Você participou da elaboração do último PPP do curso?
11. Existe um tempo regular para revisão do PPP e das ementas das disciplinas? Caso sim, de quanto em quanto tempo? Caso não, há previsão de revisão do PPP?
12. Você teria alguma alteração no PPP que desejasse inserir com relação as questões ambientais?
13. Você tem conhecimento da legislação brasileira de educação ambiental? (Programa Nacional de Educação Ambiental, Diretrizes Curriculares Nacionais de Educação Ambiental).
14. Há consideração dos aspectos legais de educação ambiental no PPP?
15. Você percebe desafios para a elaboração e/ou implementação das questões ambientais na estrutura curricular do curso que coordena?
16. Em sua opinião, o curso de graduação em Administração da sua instituição possibilita uma formação interdisciplinar?
17. Existem metodologias diferentes do modelo tradicional que o curso privilegia (ex. aulas de campo, estudos de caso, visitas técnicas, ensino com pesquisa e extensão, etc)?
18. Os professores, a coordenação ou a Instituição estimulam práticas sustentáveis no curso? Caso sim, de que forma?

19. As disciplinas do curso contribuem para que os formandos intervenham na melhoria/mudança de suas realidades, pensando na questão ambiental? De que forma?
20. O que você acha que a Instituição poderia fazer para contribuir na formação de cidadãos mais responsáveis ambientalmente?
21. Os professores e discentes do curso desenvolvem pesquisa articulando questões ambientais? Que exemplos poderia citar?
22. Os professores e discentes do curso possuem projetos de extensão articulando questões ambientais?
23. Há estímulos à produção de TCCs/monografias abordando questões ambientais?
24. Atualmente, o número de TCCs/monografias na área ambiental é significativo?
25. Para uma pesquisa direcionada aos professores do curso que trabalham mais diretamente com as questões ambientais, que professores você indicaria que fossem entrevistados? (Você seria um deles?)
26. Qual a sua formação acadêmica (titulação e área)?
27. Há quanto tempo você coordena o curso?
28. Que disciplinas ministra no curso de administração?

APÊNDICE B – Roteiro para os Professores

1. Qual a sua formação acadêmica (titulação e área)?
2. Que disciplinas ministra no curso de administração?
3. São disciplinas obrigatórias ou eletivas/optativas?
4. Como você vê o meio ambiente? Qual a sua concepção de meio ambiente?
5. Como você vê educação ambiental? Qual sua concepção de educação ambiental?
6. A questão ambiental é trabalhada de alguma forma no curso de administração em que você atua?
7. Você trabalha com as questões ambientais nas suas disciplinas?
8. Caso não, por quê?
9. Caso sim,
 - a) em quais disciplinas?
 - b) de qual forma trabalha com as questões ambientais nas disciplinas?
 - c) A realidade local, o entorno da IES, a comunidade são abordados em sua disciplina?
 - d) Quais os principais autores que você utiliza para subsidiar essa inserção?
10. Você estimula as práticas sustentáveis na sua disciplina? Caso sim, de que forma?
11. As suas disciplinas contribuem para que os formandos intervenham na melhoria/mudança de suas realidades, pensando na questão ambiental? De que forma?
12. Quais as principais dificuldades e benefícios encontrados na inserção da questão ambiental nas disciplinas?
13. Você desenvolve pesquisa articulando questões ambientais?
14. Você estimula ou orienta pesquisas que tratam de questões ambientais?
15. Caso sim, você pode detalhar melhor essa inserção na pesquisa?
16. Você participa de projetos de extensão articulando questões ambientais? Atua em algum desses projetos como coordenador?
17. Caso sim, você pode detalhar melhor essa inserção na extensão?
18. Você tem conhecimento da legislação brasileira de educação ambiental?(Programa Nacional de Educação Ambiental, Diretrizes Curriculares Nacionais de Educação Ambiental)

APÊNDICE C – *Check-List* dos PPCs dos Cursos

Instituição: _____

Ano do desenvolvimento do PPC: _____

Pontos a serem analisados nos textos	Sim	Não
As questões ambientais são trabalhadas nos cursos de administração?		
A instituição se propõe a trabalhar as questões socioambientais?		
A Educação Ambiental é abordada em uma disciplina específica?		
A temática ambiental é abordada em disciplinas optativas/eletivas?		
A temática ambiental é trabalhada em disciplinas específicas? Caso sim, em quantas disciplinas obrigatórias e em quantas optativas:		
Há previsão no PPC acerca das questões ambientais na extensão?		
Há previsão no PPC acerca das questões ambientais na pesquisa?		
O meio ambiente é tratado como um conteúdo interdisciplinar?		
O perfil do profissional formado atende a ideia de que o indivíduo é um dos atores do meio ambiente?		
Em algum momento é citada a Lei 9.795/1999?		
Em algum momento são citadas as Diretrizes Curriculares Nacionais de Educação Ambiental?		